

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Matheus Rezende Caldas

**Ecoss da Madrugada:
a imprensa comercial e os mundos do trabalho nas crônicas de
Francisco Guimarães (1901-1904)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientação: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira.

Rio de Janeiro,
março de 2024



Matheus Rezende Caldas

**Ecoss da Madrugada:
a imprensa comercial e os mundos do trabalho nas
crônicas de Francisco Guimarães (1901-1904)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-graduação em História Social da Cultura.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira
Orientador
Departamento de História - PUC-Rio

Prof^a. Juliana da Conceição Pereira
Pós-doutoranda do Departamento de História -
PUC-Rio

Prof^a. Laura Antunes Maciel
Departamento de História - UFF

Rio de Janeiro, 1 de Março de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Matheus Rezende Caldas

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). cursou o Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, também pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sua pesquisa se insere no campo da História Social, com interesse na questão afrodescendente no pós-abolição, história do trabalho, imprensa e cidadania na Primeira República.

Ficha Catalográfica

Caldas, Matheus Rezende

Ecoss da madrugada : a imprensa comercial e os mundos do trabalho nas crônicas de Francisco Guimarães (1901-1904) / Matheus Rezende Caldas ; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2024.

157 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2024.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Imprensa. 4. Trabalhadores. 5. Francisco Guimarães. 6. Culturas negras. 7. Primeira República. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda, 1968-. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Liz e Dionízia

Agradecimentos

Escrever uma dissertação de mestrado pode parecer às vezes um trabalho solitário. Contudo, para que um trabalho acadêmico chegue ao seu final, além de muita dedicação, é fundamental uma rede de apoio. Felizmente, eu tive o privilégio de poder contar com o auxílio de muitas pessoas que, direta ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui. Cabe assim então, agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Desse modo, não poderia faltar os agradecimentos à CAPES, por ter me financiado com bolsa e a FAPERJ, que também me financiou durante meu segundo ano de pesquisa. Ambas possibilitaram que eu me dedicasse exclusivamente à produção da minha dissertação. Quero agradecer muito ao meu orientador, Leonardo Pereira, que me orienta desde o segundo período da graduação, quando me recebeu como seu aluno de Iniciação Científica. Suas correções e sugestões, desde a graduação até a produção deste trabalho foram e são fundamentais para o meu aprimoramento como historiador e pesquisador. Foi ele, inclusive, quem me apresentou ao Vagalume, meu objeto de pesquisa neste trabalho. Agradeço a minha filha, Liz Roberta Apolinário Rezende, pois é ela a minha grande inspiração. Ela me incentiva a ser melhor a cada dia, como historiador e como pai. Também agradeço muito a minha mãe, Dionízia Maria Rezende de Barros, por todo o suporte que sempre me deu e, principalmente, por apoiar meus estudos, o que possibilitou a realização do meu sonho de cursar uma pós-graduação. Acredito também que o amor é um dos maiores combustíveis para a inspiração de um autor na produção do seu trabalho. Por conta disso, não poderia deixar de agradecer também a minha companheira, Bianca Paixão Silva Ramos, pois seu carinho, afeto e amor contribuíram para me motivar ainda mais durante a escrita desta dissertação.

Agradeço à PUC-Rio, instituição na qual fiz minha graduação em História e que agora me tornará Mestre pelo mesmo curso. Agradeço a todos os funcionários da PUC, em especial ao Departamento de História, além da Juliana Pereira e a Laura Antunes Maciel por aceitarem o convite de participar da minha

banca de defesa e aos professores Diego Galeano e Felipe Azevedo, que integraram a minha banca de qualificação. Agradeço também a todos os outros professores do Departamento de História, sobretudo aos da linha de pesquisa, “Experiências e conexões culturais”, do qual faço parte. Agradeço ao grupo de pesquisa da minha linha, o “Laboratório de Conexões Atlânticas” pelas rodas de conversa que possibilitaram com que eu e outros colegas apresentássemos o que cada um estava produzindo. Essas reuniões, ao meu ver, são essenciais para o desenvolvimento das pesquisas, assim como para preparar os alunos para as bancas de qualificação e defesa. Também agradeço aos outros funcionários da coordenação do curso, em especial ao Cláudio Santiago, Débora Marques e João Igor Fernandes pela ajuda na resolução de dúvidas e avisos importantes.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus colegas de pós-graduação, que durante esses três anos, me ajudaram lendo meus textos, opinando, sugerindo fontes e referências. Quero agradecê-los também pela paciência, por escutar minhas angústias e tensões, que acredito que são comuns a todos os pesquisadores na produção de um trabalho tão importante, como uma dissertação. Primeiramente, quero agradecer a Ana Clara Tavares, Flávia Martins, Gabriel Guedes e Wallace Sousa, grandes amigades que compartilham a vida acadêmica comigo desde os primeiros semestres da graduação na PUC. Também gostaria de agradecer a outros colegas que fiz ao longo da minha experiência na pós-graduação, como: Amanda Tortato, Beatriz Estrella, Elaina Serfaty, Layana Sales, Fidel Velásquez, Isadora Gomes, Julimar Mora, Mariana Marques, Matheus Topine e Pedro Maron.

Também gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha irmã, Lícia Rezende e aos meus sobrinhos queridos, Isabella e Gabriel. Além disso, também quero agradecer às minhas tias: Djanira, Dione e Denise que me deram muito suporte nos últimos meses. Agradeço também a Carmen Banzas, por ter me oferecido uma oportunidade de trabalho depois que terminou o meu período de bolsa. Quero agradecer demais também, ao professor Simon Akindes, da University of Wisconsin-Parkside, por me oferecer uma bolsa de dois meses como auxiliar de pesquisa durante o período em que estive aqui no Brasil. Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus amigos de longa data, Bruno Bittencourt, Daniel Pena e Victória Vasconcelos, pelo carinho e apoio. Em especial quero agradecer aos meus grandes amigos e padrinhos da minha filha,

Bruno Barcelos e Thayná Torquato, por me ajudarem a cuidar da Liz, o que permitiu que eu tivesse um pouco mais de tempo para me dedicar à escrita deste texto.

Resumo

CALDAS, Matheus R; PEREIRA, L. A. M. *Ecos da Madrugada: a imprensa comercial e os mundos do trabalho nas crônicas de Francisco Guimarães (1901-1904)*. Rio de Janeiro, 2024, 157p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho se debruça sobre as crônicas publicadas na grande imprensa entre 1901 e 1904 por Francisco Guimarães – um jovem jornalista negro que, nas décadas seguintes, se consagraria como um dos grandes nomes da crônica carnavalesca carioca como o Vagalume, pseudônimo com o qual publicou em 1933 um dos primeiros estudos sobre o samba. Foca-se de modo especial, sobre duas de suas colunas nos primeiros anos do século XX: a “Reportagem da Madrugada”, publicada na edição vespertina do *Jornal do Brasil* entre abril e julho de 1901; e a “Ecos Noturnos”, publicada no jornal *A Tribuna* ao longo do ano de 1904. Através da análise destas duas séries, pretende-se mostrar como Francisco Guimarães, ao incorporar em suas crônicas as demandas e experiências dos trabalhadores do período, ajudou a transformar radicalmente a cobertura da imprensa sobre os mundos do trabalho, com a ampliação do espaço a eles dedicado nas diversas folhas. Dessa empreitada resultou tanto a criação de novos espaços e colunas nos diferentes jornais quanto o sucesso alcançado por Vagalume na imprensa carioca da Primeira República.

Palavras-chave

Imprensa; Trabalhadores; Francisco Guimarães; Culturas negras; Primeira República

Abstract

CALDAS, Matheus R; PEREIRA, L. A. M. *Echoes of Dawn: the commercial press and the world of work in the chronicles of Francisco Guimarães (1901-1904)*. Rio de Janeiro, 2024, 157p. Master's dissertation - Department of History, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This work focuses on the chronicles published in the mainstream press between 1901 and 1904 by Francisco Guimarães - a young black journalist who, in the following decades, would become one of the great names of Rio's carnival chronicle as Vagalume, the pseudonym under which he published one of the first studies on samba in 1933. It focuses in particular on two of his columns in the early years of the 20th century: "Reportagem da Madrugada", published in the evening edition of *Jornal do Brasil* between April and July 1901; and "Ecos Noturnos", published in the newspaper *A Tribuna* throughout 1904. By analyzing these two series, the aim is to show how Francisco Guimarães, by incorporating the demands and experiences of the workers of the period into his chronicles, helped to radically transform the press coverage of the world of work, by increasing the space dedicated to them in the various sheets. The result of this endeavor was both the creation of new spaces and columns in different newspapers and the success achieved by Vagalume in the Rio de Janeiro press of the First Republic.

Keywords

Press; Workers; Francisco Guimarães; Black cultures; First Republic.

Sumário

Introdução.....	13
1. A gestação do Vagalume.....	24
1.1. De menino desvalido a asilado alfabetizado.....	28
1.2. Dos trilhos do paternalismo a redação do <i>Jornal do Brasil</i>	33
1.3. Um repórter da madrugada.....	40
2. O farol das culturas negras.....	56
2.1. A pagodeira noturna.....	61
2.2. Ecos dos bailes.....	76
2.3. Por dentro dos feitiços.....	88
3. A voz do trabalhador.....	100
3.1. Um repórter suburbano.....	104
3.2. Os vagalumes do trabalho.....	116
3.3. O porta-voz dos trabalhadores.....	130
4. Epílogo: O brilho do Vagalume.....	139
5. Fontes.....	146
6. Referências bibliográficas.....	149

Lista de Imagens

Figura 1 - A. Candido. <i>Jornal do Brasil</i> , Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1899, p. 1.....	13
Figura 2 - PROEDES. <i>Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos</i> , 1903..	30
Figura 3 - PROEDES, <i>Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos</i> , (s/d)...	31
Figura 4 - PROEDES, <i>Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos</i> , (s/d)...	32
Figura 5 - Bambino. "A cidade à noite", <i>Jornal do Brasil</i> , edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1.....	50
Figura 6 - "Recreio das Flores". <i>Jornal do Brasil</i> , Rio de Janeiro, 19 de abril de 1920, p. 8.....	56
Figura 7 - Raul. "Scenas da vida carioca: chôro no Sacco do Alferes". <i>O Mercúrio</i> , Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1898, p. 2.....	72
Figura 8 - "Defesa dos pequenos capitais". <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908, p. 15.....	100
Figura 9 - Bambino. "Reportagem da Madrugada", <i>Jornal do Brasil</i> , edição da tarde, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1901, p. 1.....	139
Figura 10 - Calixto Cordeiro. "Tipos populares", <i>O Malho</i> , Rio de Janeiro, 16 de abril de 1904, p. 4.....	140

“De todos os insetos que conhecemos, o vagalume é, sem dúvida, o mais inofensivo. E se não o fosse, já lhe bastava o castigo de esvoaçar uma noite inteira, trabalhar quando os outros descansam. É sem dúvida alguma espinhosíssima a sua missão. Por esse motivo, pensamos nós que, tirar-se uma asa, quebrar-se uma perna a um vagalume, é a maior das perversidades. Não sejamos perversos, deixemos passar o vagalume, esse inseto notívago. Não lhe perturbemos a marcha, deixemo-lo esvoaçar projetando dessa vez em quando o seu luminoso foco esverdeado. Deixemos o vagalume fazer também as suas explorações...”

“Reportagem da Madrugada”, *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1901, p. 1

Introdução

Em novembro de 1899, o *Jornal do Brasil* publicou em sua primeira página as imagens de alguns membros da sua redação. Dentre elas, figurava a de um jovem negro que seria responsável pela “seção de informações policiais” do periódico. Seu nome era Francisco José Gomes Guimarães.



Figura 1 - A. Candido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1899, p. 1

Desenhada por um certo A. Candido, a imagem deixava evidente os traços afrodescendentes de Francisco Guimarães – um jovem jornalista que, tempos depois, ficaria conhecido pelo pseudônimo de “Vagalume”, sendo lembrado como um dos grandes nomes da crônica carioca da Primeira República. Todavia, no final do século XIX ele era apenas um jovem ingressando na imprensa comercial, um universo em geral desconhecido por parte de homens negros como ele. Para além dele, apareciam também na primeira página do jornal as imagens de outros dois membros da redação: o dr. Eduardo Machado, responsável pela “seção de letras de artes”, e Augusto Camargo, responsável pela “seção da fazenda e do serviço telegráfico do exterior”¹. Dentre os três, Francisco Guimarães era o único negro, o que marcava a sua diferença em relação aos seus colegas de redação. Ainda que vestisse as mesmas roupas elegantes dos demais, sua singularidade

¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1899, p. 1

entre os demais membros era assim evidente no próprio tom de sua pele. Apenas onze anos após o fim da escravidão, um homem negro e de origem humilde conseguia assim chegar à redação de um dos maiores jornais não só da imprensa carioca, mas também brasileira².

Àquela altura, no entanto, a presença nas grandes redações de repórteres negros como Francisco Guimarães era ainda pouco comum. Em sua grande maioria, os jornalistas do período eram pessoas brancas ligadas às elites nacionais, fossem aqueles pertencentes “aos grupos agrários” ou os “filhos de pais advogados, engenheiros e médicos”³. Francisco Guimarães aparecia assim como um caso incomum dentro do universo da imprensa comercial carioca. Para entender a chegada e o sucesso alcançado por um homem com o perfil singular como o dele dentro da imprensa, se mostra necessário refletir melhor sobre o desenvolvimento da imprensa comercial no final do século XIX e o perfil dos jornalistas que nela costumavam trabalhar.

No livro *História da Imprensa no Brasil*, um dos primeiros a analisar o desenvolvimento do jornalismo no Brasil, Nelson Werneck Sodré faz um balanço sobre o desenvolvimento da imprensa brasileira desde a sua formação, ainda no período colonial, até o século XX. Ao tratar especificamente o periodismo na formação da República, chama atenção para a relação entre a imprensa, o crescimento da burguesia nacional e do capitalismo no país e a política oligárquica. Dentro dessa lógica, a imprensa, segundo o autor, teria começado a se estruturar como empresa em um Brasil ainda pré-capitalista. Por conta disso, ela acabava por atender sobretudo aos interesses dos oligarcas, tratando dos temas “ligados ao problema do poder”⁴. Isso fica mais claro no argumento de Sodré, quando ele fala sobre o governo de Campos Salles e sua relação com a imprensa do período. O autor destaca que durante a sua gestão não houve “nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e confessar nuamente essa conduta”, tornando-se, inclusive, “rotina” a compra da opinião da imprensa pelo governo⁵.

² Sobre o perfil socioeconômico de Francisco Guimarães na juventude, ver: PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Pasta 1888, Nº 18.

³ Ver: BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 66. e MACIEL, Laura Antunes. “‘Evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro’: imprensa e memórias populares”. *ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009. p. 3. Ver também: OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O Paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900 - 1920). Tese (Doutorado em História Social) - PPGHIS/UFF, Rio de Janeiro, 2012. p. 47

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 277

⁵ Idem

Nesse sentido, a chamada grande imprensa seria apenas mais uma ferramenta na sustentação do poder das oligarquias que controlavam a política brasileira do período.

Em perspectiva um pouco mais complexa, a historiadora Marialva Barbosa apresenta no livro *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*, publicado em 2000, o perfil dos principais jornais da capital federal, destacando o projeto editorial de cada folha. Mais do que se limitar a apontar para os interesses de classe dos grandes jornais, ela mostra que o desenvolvimento da imprensa comercial estaria relacionada a uma ideia de progresso, baseando-se na crença de que era necessário formar uma “nova civilização” inspirada nos modelos da sociedade europeia. Dentro dessa “febre da modernização”⁶, ela também aponta para aquele que seria o perfil comum do jornalista do período – argumentando que a profissão era ocupada por pessoas oriundas das “faculdades de Direito”, que em geral buscavam esses cargos como trampolim para “alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal”. De acordo com Barbosa, essa elite letrada seria tanto formada quanto formadora de uma nova imprensa que passava a dominar “toda a vida intelectual” – constituindo-se, por isso, “na principal instância da produção cultural, fornecendo a maioria das posições intelectuais”⁷. Nesse sentido, embora defenda que cada folha tinha uma proposta editorial específica, mostra que todas elas se desenvolveram a partir de uma elite intelectual interessada na modernização do país, que aparecia como princípio conformador da grande imprensa do período.

Dessa maneira, a chegada de um homem com o perfil racial e social, como o de Francisco Guimarães na grande imprensa carioca, se mostra em um primeiro momento como um enigma a ser resolvido. Seguindo a trilha de Barbosa, outras produções historiográficas mais recentes sobre a imprensa na Primeira República trataram também de complexificar o argumento apresentado por Sodré. É o caso do artigo “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, escrito pelas historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Nele as autoras problematizam o uso da imprensa por historiadores e outros pesquisadores que usam os jornais como fonte sem se atentar para a lógica de constituição daquele tipo de fonte – tomando os jornais “como meras fontes de

⁶ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. op. cit. p. 21

⁷ *Ibidem*, p. 63

informação”⁸, muitas vezes sem problematizar quem são os diretores da folha, os autores das colunas e os interesses de cada jornal ao noticiar os acontecimentos. Dialogando com a obra de Sodré, elas apontam para a variedade de posições existentes na imprensa, rompendo com a suposta homogeneidade dos jornais e chamando a atenção para o modo pelo qual cada folha afirma seu próprio projeto político. Contudo, mais do que mostrar que os jornais possuem “uma opinião”, as autoras chamam atenção para o fato de que eles também “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”⁹. Mais do que vetores de transmissão da notícia, essas folhas seriam também responsáveis por intervir no espaço público, moldando a opinião pública, principalmente em relação àqueles temas que interessam diretamente aos donos dos grandes jornais. Sendo assim, embora Cruz e Peixoto apontem para o fato de cada folha ter seu projeto em específico, não deixam de se aproximar da perspectiva de Sodré ao argumentarem sobre o poder dessas folhas de intervir sobre a opinião pública.

Ao defenderem tal ideia, as duas autoras parecem dedicar pouca atenção ao sentido empresarial deste processo. Por mais que os principais periódicos da Primeira República tivessem seus posicionamentos e opiniões políticas bem definidos, a virada do século XIX para o XX marcou uma importante transformação na imprensa brasileira, principalmente no Rio de Janeiro. É o que aborda novamente a historiadora Marialva Barbosa no livro: *História cultural da imprensa: Brasil 1800 – 1900*, publicado em 2010. Segundo ela:

“Cria-se, no Rio de Janeiro, desde os anos 1880, e com mais intensidade a partir da década seguinte, um novo jornalismo que muda o padrão editorial das publicações. Agora, os textos pretendem, sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade (...)”¹⁰.

No trecho, diferenciando-se de Sodré, que chama atenção para a influência dos setores políticos sobre os jornais, mas também de Cruz e Peixoto, atentas aos interesses que se afirmam na cobertura de cada folha, Barbosa destaca uma mudança da lógica e da forma pela qual jornais da capital federal apresentavam a notícia para os leitores. Ao adotarem a perspectiva comercial, eles teriam se afastado do modelo anterior voltado para os “partidos políticos” e o “fato

⁸ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, pp. 253-270, dez., 2007. p. 256

⁹ Ibidem, p. 258

¹⁰ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 121

político”¹¹ – passando a se apresentar como veículos imparciais, voltados somente para o interesse de seu público leitor. Como resultado, esse novo jornalismo teria como principal característica a busca por novos leitores, sendo esta suposta neutralidade uma forma de alargar seu público potencial¹².

Contudo, esta suposta neutralidade não passava de uma estratégia das principais folhas do período para conseguir vender mais. Por mais que deixassem de se constituir em canais de expressão de grupos políticos restritos, os jornais do período não deixavam de atender a pautas, interesses e pontos de vista de seus proprietários, diretores e redatores, excluindo ainda, portanto, os trabalhadores na construção da circulação de informações. Justamente para observar a participação popular na circulação das informações, historiadoras como Laura Maciel se voltaram para os impressos formados por trabalhadores. Maciel não pensa apenas nas folhas operárias como fonte para observar a organização e o espaço de propagação dos ideais dos trabalhadores organizados, como fazem a maior parte dos estudos sobre o movimento operário do período. Mais do que isso, seu objetivo era observar como os trabalhadores tentavam disputar a opinião pública e a memória popular com a chamada “grande imprensa”, que por sua vez representava os interesses empresariais e, por isso, se opunha a esta imprensa formada por trabalhadores¹³.

Ao se debruçar sobre os jornais formados por trabalhadores, Maciel contrasta com parte da historiografia sobre os mundos do trabalho na Primeira República – que não enxergou a imprensa, formada por intelectuais, como espaço de ação dos trabalhadores, justamente pelo baixo índice de letramento desses sujeitos. A autora aponta, dessa forma, para o fato de que o periodismo era alvo de disputa por parte dos trabalhadores do período, sendo para eles um meio de emitir “opiniões e intervenções sobre as questões sociais mais amplas que os mobilizaram naquelas conjunturas”¹⁴.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. op. cit. p. 277

¹² PEREIRA, L. A. M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo), v. 35, n. 99, 2016. p. 3

¹³ Ver: MACIEL, Laura Antunes. “Evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro?: imprensa e memórias populares”. *ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009. _____ . “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?”. *História & Perspectiva*, Uberlândia (39): 89 - 135, jul. dez. 2008; _____ . “Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880 - 1920)”. *Rev. hist.* (São Paulo), n. 175, p. 415 - 448, jul. dez, 2016;

¹⁴ MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880 - 1920)” op. cit. p. 419

Embora Laura Maciel chame atenção para a agência dos trabalhadores por meio do periodismo, suas análises se focaram nos meios de comunicação produzidos pelos próprios trabalhadores, tendo em vista que na chamada grande imprensa esses sujeitos não teriam o mesmo espaço de atuação pelo fato dela corresponder aos interesses empresariais e da elite¹⁵. Outros historiadores que também se debruçaram sobre a imprensa do período, no entanto, buscaram demonstrar que, apesar dessa imprensa comercial corresponder, sobretudo, aos interesses dos seus proprietários e diretores, ainda assim os trabalhadores do período não deixaram de buscar brechas nessas folhas para reivindicar melhores condições de vida. É o que sugere o historiador Leonardo Pereira no artigo “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”¹⁶ – que busca mostrar como a produção da grande imprensa da Primeira República é marcada por uma negociação constante com homens e mulheres que faziam parte dos mundos do trabalho. De acordo com Pereira, essa negociação se dava, em primeiro lugar, através do caráter polissêmico assumido então pela imprensa carioca. Segundo o autor, os jornais passavam a adotar uma postura que permitia que “seus registros fossem passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor”¹⁷. Sendo assim, de certo modo os jornais conseguiam, ao mesmo tempo, contemplar tanto os interesses daqueles sujeitos pertencentes aos mundos do trabalho, que passavam a compor o novo quadro de leitores das folhas, como “as opiniões e perspectivas dos seus leitores habituais”, que costumavam olhar criticamente para esses assuntos com os quais em geral não tinham muita familiaridade.

Para além da polissemia, no entanto, Pereira chama a atenção para outra característica dos grandes jornais da capital federal que ajudaria a atrair para eles um maior número de leitores: a polifonia, expressa na criação de variadas colunas que incorporavam novas temáticas e questões do interesse de grupos diversos. Tal procedimento permitiu que os jornais se abrissem para temas que se relacionavam com o dia a dia e os interesses dos trabalhadores, por mais que os mesmos temas pudessem ser tratados de forma diversa nas seções políticas ou editoriais das diversas folhas. De fato, desde os últimos anos do século XIX os jornais

¹⁵ Ibidem, p. 425

¹⁶ PEREIRA, L. A. M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo), v. 35, n. 99, 2016.

¹⁷ Ibidem, p. 13

mudavam abertamente seu perfil, abrindo-se para novas temáticas antes ausentes, adotando mudanças gráficas que tentavam tornar a leitura mais leve, além de tornar mais barato o seu preço – que seria em geral de 100 réis, o equivalente ao preço de uma passagem de bonde ou da barca que fazia a travessia Rio-Niterói¹⁸. Como resultado desse processo, ganharam espaço nos jornais as colunas policiais, os casos criminais, as seções voltadas exclusivamente para a vida nos subúrbios e muitas outras colunas que atendiam aos interesses dos trabalhadores da então capital federal¹⁹. Temas até então ausentes das páginas das grandes folhas, como os pequenos bailes realizados pelos clubes carnavalescos de trabalhadores que proliferavam pela cidade, passavam também a merecer colunas próprias em diferentes jornais, mostrando um aumento do espaço dedicado às práticas e experiências dos trabalhadores do período. Muitas vezes estes espaços eram preenchidos por notícias e relatos enviados por esses próprios trabalhadores, que conseguiam assim nas diversas folhas um espaço próprio de expressão de seus interesses.

Ao abrirem suas páginas para cenas do cotidiano e lazer dos trabalhadores, os jornais permitiram que esses sujeitos aos poucos enxergassem na imprensa uma possível “aliada na tarefa de afirmar a força, singularidade e moralidade de suas práticas, crenças e experiências”²⁰. Pereira mostra assim que, se os jornais de fato formavam seus leitores, não deixavam também de ser formados por eles, em uma tensa e constante negociação que se expressava a cada edição das diferentes folhas da cidade. Cabe, no entanto, entender com mais profundidade como funcionavam essas negociações entre os jornais e os trabalhadores que se desenrolaram neste processo. De fato, para dar conta desta proposta os grandes jornais muitas vezes se viram na necessidade de incorporar redatores capazes de contemplar tais interesses, ainda que eles pudessem ser distantes. Se Pereira aponta para o sentido geral das negociações entre os jornais e os trabalhadores ao longo do período, é ainda preciso analisar com mais cuidado o modo pelo qual esse movimento veio a se afirmar na imprensa carioca.

¹⁸ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. op. cit. p. 124

¹⁹ Sobre as colunas da imprensa comercial voltadas para a vida nos subúrbios, ver: MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920*. Rio de Janeiro: Mauad X: ANPUH-RJ, 2020.

²⁰ PEREIRA, L.A.M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. op. cit. p. 17

Para além da incorporação de novos redatores, tal processo implicava também em novas formas de escrita jornalística, que tinham o mesmo intuito de atrair o interesse dos possíveis leitores. Nessa perspectiva, alguns gêneros literários acabaram desempenhando um papel relevante nessa aproximação dos trabalhadores com o mundo letrado. Dentre eles, a crônica por se aproximar do “rés do chão” na expressão de Antonio Candido²¹, acabou se sobressaindo entre os periódicos do período. É o que argumentam os historiadores Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Pereira na apresentação do livro: *História em cousas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Segundo eles, a crônica se popularizou dentro das principais folhas da imprensa comercial em relação a outros gêneros literários, pois ela teria uma suposta “leveza” ao tratar “de temas diversos”, tendo nos “pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada”²². Por se debruçar sobre essas pequenas temáticas do cotidiano, a crônica teria mais facilidade de dialogar com sujeitos pertencentes a camadas sociais mais baixas, cujo às suas experiências eles poderiam ver retratadas na própria crônica. Além disso, por tratar de questões menores do cotidiano, apesar da sua popularidade entre leitores, não era um gênero muito disputado dentro das redações. Isso contribuiu para que homens como Francisco Guimarães, negro e vindo da pobreza, conseguisse penetrar no meio jornalístico e, justamente por ela, ganhasse relevo dentro da imprensa comercial. Contudo, os autores também destacam que se engana quem acha que a crônica se trata de “um gênero simples”, tendo em vista que para além da sua leveza, outra característica que a singulariza é: “a cumplicidade construída entre o autor e o público quanto aos temas e questões a serem discutidos”. Todavia, para que fosse firmada esta cumplicidade, caberia ao cronista buscar entre os “acontecimentos sociais” aqueles de “maior relevo e divulgação”²³, de modo a atrair o público para sua coluna. A escolha dessas temáticas costumava partir dos próprios cronistas, que usavam de certa liberdade que ela oferecia a eles, para selecionar aqueles assuntos que eram mais próximos do seu interesse em particular.

²¹ CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés do chão”, in *A crônica*, Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1990.

²² CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; L. A. M.; PEREIRA (Orgs.). *História em cousas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, S.P: Editora Unicamp, 2005. p. 9

²³ *Ibidem*, p. 11

Para além das características que diferenciam a crônica de outros gêneros literários, os autores também chamam atenção para os cuidados que um “leitor de hoje” deve ter ao se voltar para uma crônica de outra época. Isso porque, por mais “banais que fossem para os contemporâneos” determinados assuntos, para o leitor da posterioridade eles não o serão. Por conta disso, cabe a este leitor saber “decifrar e decodificar” os termos do cronista. De acordo com os autores, só assim é possível entender a relação daquilo que é narrado pelo cronista com a realidade que ele intervém por meio do seu texto. Com isso, eles também marcam outra característica da crônica, que é o fato do seu autor, mais do que escrevê-la, também está inteiramente dentro do universo que descreve. Desse modo o cronista, ao “meter-se onde não era chamado”, teria a capacidade de agir sobre aquilo que “via e vivia”²⁴, fazendo com que seu testemunho seja sempre um relato participativo.

A partir desta produção historiográfica da imprensa na Primeira República, o presente trabalho busca mostrar como Francisco Guimarães contribuiu desde os primeiros tempos de seu trabalho como jornalista, para conformar uma cobertura singular sobre as experiências dos trabalhadores cariocas do período, ampliando o espaço desses sujeitos nas principais folhas cariocas. Pretende-se mostrar como ele, em suas duas primeiras colunas, se beneficiou da busca dos grandes jornais pelo público para imprimir neles uma nova forma de abordagem sobre a experiência desses trabalhadores, que os tratasse de forma mais inclusiva e respeitosa. Ao fazer isso, ajudou a mudar a forma da cobertura mais ampla da imprensa sobre esses sujeitos, que em pouco tempo seria incorporada por todos os grandes jornais da capital federal – alavancando o sucesso de sua trajetória como jornalista.

Para dar conta desta tarefa, a presente dissertação se divide em três capítulos. O primeiro, intitulado “A gestação do Vagalume”, busca mostrar a trajetória de Francisco Guimarães antes da sua chegada ao *Jornal do Brasil*, no qual iniciaria seu caminho no jornalismo carioca. Além disso, o capítulo também analisa o período que vai do seu início dentro da redação desta folha até a publicação da “Reportagem da Madrugada”, a primeira coluna escrita por ele na imprensa. Ao abordar o início desta coluna, o capítulo busca mostrar como, nela, Francisco Guimarães começava a forjar aquela que seria a sua marca dentro do

²⁴ Ibidem, p. 12

universo da imprensa comercial, conformando uma perspectiva narrativa que o faria desde então ser conhecido como Vagalume.

Já o segundo capítulo, intitulado: “O farol das culturas negras”, busca mostrar como Francisco Guimarães, após começar em 1901 a escrever a “Reportagem da Madrugada” no *Jornal do Brasil*, transformou a proposta inicial da série, inicialmente voltada para questões policiais da madrugada, de modo a passar a trazer em seus textos as experiências noturnas dos trabalhadores cariocas. Ao fazer isso em uma cidade como o Rio de Janeiro, que era até pouco mais de dez anos antes a Corte de um império escravista, tais crônicas passaram a abrir um generoso espaço para as tradições e práticas afrodescendente, em especial aquelas recreativas – como os bailes carnavalescos e as rodas de samba. O capítulo também busca mostrar como posteriormente, ao passar em 1904 a publicar no jornal *A Tribuna* uma nova coluna intitulada “Ecos Noturnos”, ele continuou não só trazendo essas experiências para a imprensa comercial, como também passou a cobrir o cotidiano dos espaços de práticas de religiões de matriz africana – dando forma a perspectiva original sobre as diferentes culturas negras que contribuiu para singularizar seu trabalho em relação a outros cronistas contemporâneos que fizeram movimentos semelhantes, como João do Rio.

No terceiro e último capítulo, intitulado: “A voz do trabalhador”, pretende-se mostrar como, para além das práticas culturais de perfil afrodescendente, Francisco Guimarães passou também a incorporar em suas crônicas as demandas mais amplas dos trabalhadores da cidade, do lado dos quais se colocava de modo explícito. Acompanhando as duas primeiras séries escritas por ele na grande imprensa, pretende-se evidenciar a relação direta por ele estabelecida com aqueles que faziam da noite o seu ganha pão. Como fruto deste processo, afirma-se tanto um maior espaço para as demandas operárias na imprensa carioca quanto o sucesso alcançado pelo próprio vagalume, que tinha na popularidade então alcançada a base para o sucesso futuro de sua trajetória como jornalista – como discutido em um epílogo intitulado: “O brilho do Vagalume”, que busca demonstrar como o sucesso alcançado por Francisco Guimarães com a “Reportagem da Madrugada” e os “Ecos Noturnos” foi a base que permitiu que ele se tornasse uma das principais referências do jornalismo no Rio de Janeiro da Primeira República, em especial no que dizia respeito aos temas ligados às

culturas negras – como mostraria, em 1933, a publicação do livro *Na roda do samba*, que viria a consagrá-lo para a posteridade²⁵.

A partir desses capítulos, este trabalho buscará, assim, mostrar as contribuições de Francisco Guimarães para os jornais do seu tempo. Para isso, será necessário cruzar a sua produção com o restante do que estava sendo noticiado pela chamada grande imprensa e por outros cronistas contemporâneos, de modo a localizar os elementos que marcariam a particularidade do seu trabalho na cobertura das experiências populares. Por outro lado, ao fazer um recorte da produção do Vagalume nas suas duas primeiras séries de crônicas, o presente texto também pretende demonstrar como nelas, ele começaria a forjar o perfil que imortalizou o seu pseudônimo dentro da imprensa carioca da Primeira República.

²⁵ Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da Barriga, 2023 (1933).

1. A gestação do Vagalume

Em novembro de 1899, na mesma edição que teve sua imagem publicada na primeira página do *Jornal do Brasil*²⁶, Francisco Guimarães teve também uma pequena matéria publicada em sua homenagem. Intitulada “Sorte... a propósito”, a matéria o descrevia como “um dos nossos companheiros na redação do *Jornal do Brasil*” e como um “boêmio”. O título da notícia era explicado pelo autor ao longo do texto, tendo em vista que se tratava de um sorteio vencido por Guimarães, seguido de um jantar em sua homenagem “no bem montado Hotel Brito à rua do Ouvidor”, em comemoração a sua vitória. No local da celebração “esteve presente grande número de pessoas” e para Francisco Guimarães teriam sido levantados “muitos brindes”, que foram agradecidos pelo mesmo em forma de uma “substanciosa saudação”. Apesar das homenagens, ao falar do final da festa, o autor destaca que outros colegas de redação contavam “várias e interessantes pilhérias” do tempo que Francisco Guimarães “era pobre”²⁷. Ao escrever isso, o redator da notícia deixava claro que, por mais que fosse aparentemente estimado por todos, ele ainda assim era tratado como diferente em relação aos seus companheiros - não apenas pelo tom de sua pele que o diferenciava da maioria dos seus colegas, mas também por sua origem social modesta, igualmente incomum nas redações dos grandes jornais do período.

Segundo muitas análises ainda influentes para se pensar a condição do negro no período compreendido como pós-abolição, essa marca de diferenciação não se trata de um acaso. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, o sociólogo Florestan Fernandes defende que, devido à privação da educação durante o período escravista, os negros acabariam por ficar “totalmente incapazes de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas”²⁸. Ou seja, para Fernandes seriam poucos os trabalhadores egressos da escravidão que conseguiriam se manter no espaço urbano como “operários”, “seja porque se temia a sua falta de preparo técnico: seja porque se valorizava preferencialmente o ‘trabalhador estrangeiro’”. Segundo

²⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1899, p. 1

²⁷ “Sorte... a propósito”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1899, p. 1

²⁸ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. vol. 1. São Paulo: Dominus Editora; Editora da USP, 1965. p. 103

as palavras do sociólogo, “os próprios ‘negros’ e ‘mulatos’ retraíam-se, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho mais acessíveis”, isto é, trabalhos que exigiam pouca qualificação²⁹. Nesse sentido, esses sujeitos supostamente não teriam espaço de ascensão no novo regime que se afirmava com a queda da Monarquia, ocorrida no ano seguinte à abolição da escravidão, ficando por isso à margem da sociedade, naquilo que o autor define como um estado de anomia social.

Estudos mais recentes, no entanto, trataram de problematizar essa ideia. É o que faz a historiadora Silvia Lara no artigo “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. Ela contesta a maneira pela qual autores como Florestan Fernandes, que foram pioneiros em tratar das dificuldades impostas aos negros por um processo de abolição que não se preocupou com as condições de vida dos ex-escravizados e que, por isso, olharam para a transição do trabalho escravo para o livre, naquilo que ela chama de “teoria da substituição”³⁰. Dentro do seu argumento, durante muito tempo se olhou para esse período do final do século XIX para o início do XX como um momento em que o trabalho escravo teria sido substituído pelo chamado livre ou assalariado. Nesse contexto, o perfil da mão de obra supostamente teria mudado, tendo o negro escravizado sido “substituído” pelo branco europeu, como se simplesmente homens e mulheres afrodescendentes saíssem de cena nos mundos do trabalho. Lara mostra a complexidade dessas duas ideias, chamando atenção, primeiramente, para como o trabalho escravo e livre conviveram também no pós-abolição e, em segundo lugar, que os trabalhadores negros que emergiram da escravidão não ficaram desaparecidos dentro do novo regime político.

Se Lara contesta essa ideia da anomia do negro e chama atenção para agência negra antes e após o 13 de maio de 1888, outros trabalhos se encarregariam de analisar os caminhos e estratégias percorridos pelos sujeitos escravizados e ex-escravizados na luta pela sobrevivência. Se, como aponta Fernandes, um dos fatores para condição da suposta anomia do negro no pós-abolição era a privação da educação, Flávio Gomes e Maria Helena P. T. Machado, demonstraram que, na segunda metade do século XIX, escravizados e

²⁹ Ibidem, p. 104

³⁰ LARA, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998. p. 25

negros livres por mais que em sua maioria não fossem alfabetizados, estavam atentos aos acontecimentos do país a partir de leituras de periódicos em público. Ao se informar sobre o que acontecia, esses sujeitos elaboravam estratégias e agiam por dentro das possibilidades que se apresentavam para eles³¹. Com isso, os autores demonstram como a comunicação e o acesso à informação era algo valioso para essas pessoas na sua luta diária pela liberdade.

Já tratando da Primeira República, historiadores como Aldrin Castellucci também demonstrou como, dentro das fábricas, o perfil racial dos trabalhadores não era apenas de imigrantes brancos. Em “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, que se debruça sobre o movimento operário baiano, Castellucci demonstra como muitos trabalhadores afrodescendentes ocuparam diversas fábricas ao longo da Primeira República, sendo sujeitos atuantes em inúmeras articulações políticas - a ponto de participarem da criação de partidos políticos operários³². Desse modo, seu argumento se opõe àquele colocado por Florestan Fernandes, que defendia a ideia de que esses sujeitos egressos da escravidão não teriam espaço no mercado de trabalho urbano da Primeira República e menos ainda atuação política.

Para além de ações coletivas, no entanto, parte da historiografia mais recentes do pós-abolição tem chamado atenção para agência negra no início do século XX a partir de trajetórias individuais, tentando entender como esses sujeitos pensavam e agiam dentro das possibilidades que se apresentavam para eles. É o que fazem, historiadoras e historiadores, como: Martha Abreu, ao analisar a trajetória de Eduardo da Neves, um músico e cantor negro que seria um dos grandes nomes da música durante a Primeira República³³; Carolina Vianna Dantas, ao se voltar para a carreira de Monteiro Lopes, um político influente, que em 1909, conseguiu se eleger deputado federal no Rio de Janeiro, capital do país naquele momento³⁴ e Leonardo Pereira, que além de estudos sobre o próprio

³¹ Ver: GOMES, Flávio e MACHADO, Maria Helena. “Eles ficaram ‘embatucados’, seus escravos sabiam ler: abolicionistas, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade”. In: Marcelo Mac Cord; Flávio dos Santos Gomes. (Org.). *Rascunhos cativos. Educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 77-99.

³² CASTELLUCCI, Aldrin. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Afro-Ásia*, n. 41, 2010, pp. 85-131

³³ Ver: ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890 – 1920)”. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 92 – 113, jan. / jun. 2010.

³⁴ Ver: DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867 – 1910), um ‘líder da raça negra’ na capital da república”. *Afro-Ásia*, n. 41, pp. 167 – 209. 2010. Ver também o trabalho mais recente de Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas sobre Monteiro Lopes e Eduardo das Neves. ABREU,

Francisco Guimarães³⁵, publicou recentemente um artigo analisando a trajetória do dr. Jacarandá, como ficaria conhecido Manoel Vicente Alves, um importante advogado na Primeira República que se colocava em defesa de pessoas que assim como ele, tinham uma condição social mais modesta³⁶. Embora cada um tenha a sua própria carreira e suas próprias singularidades ao longo das trajetórias, todos eles tiveram que lutar para sobreviver em um regime que insistia em excluí-los, a partir de uma perspectiva elitista e cientificista que fazia com que os homens e mulheres afrodescendentes fossem vistos como “classes perigosas”, supostamente propícios ao vício, à ociosidade e à criminalidade³⁷. Estes trabalhos mostram, porém, que apesar de todas essas barreiras a eles impostas, sujeitos como Eduardo das Neves, Monteiro Lopes e Manoel Vicente Alves Jacarandá conseguiram, a partir de redes de apoio e estratégias próprias, se afirmar e atingir certa ascensão social durante a Primeira República.

Seguindo esta trilha, cabe assim analisar o modo pelo qual Francisco Guimarães conquistou seu espaço na imprensa carioca da Primeira República. De fato, a chegada de um homem negro à redação de um jornal tão importante naquele momento como o *Jornal do Brasil*³⁸, contraria por si só a imagem de anomia social associada por autores como Florestan Fernandes à situação dos negros no pós-abolição. Mais do que isso, no entanto, investigar as estratégias e redes de solidariedade na qual ele se apoiou se mostra uma forma de qualificar este debate, relacionando a agência de indivíduos como Francisco Guimarães com a estrutura social e política excludente dentro da qual desenvolveram suas trajetórias. Desse modo, este capítulo buscará mostrar como um homem negro, de

Martha; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Niterói: Eduff, 2020.

³⁵ Sobre a produção historiográfica de Leonardo Pereira a respeito de Vagalume, ver: PEREIRA, L. A. M. “A invenção do Vagalume”. In: VAGALUME. *Ecos Noturnos*. PEREIRA, L. A. M.; COSTA, Mariana (org.). Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2018 e _____. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 13-33, 2015.

³⁶ Ver: PEREIRA, L. A. M. “As desventuras do Dr. Jacarandá: prática jurídica, racismo e luta por direitos na Primeira República”. *Afro-Ásia*, n. 64, pp. 284 - 319, 2021.

³⁷ Sobre o pensamento cientificista do período e o racismo científico, ver: SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Com relação ao conceito de “classes perigosas”, ver: CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁸ Sobre o *Jornal do Brasil*, ver: FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008; LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006; SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

origem pobre, conseguiu se inserir em um meio pouco habitado por sujeitos com o seu perfil, como era o caso da imprensa carioca da Primeira República. Para dar conta desta tarefa, o presente capítulo analisará a juventude de Francisco Guimarães, assim como o seu primeiro trabalho na imprensa à frente do *Jornal do Brasil*.

1.1. De menino desvalido a asilado alfabetizado

Francisco Guimarães, filho de José Gomes Guimarães e Francisca Maria da Conceição – um casal pobre, “porém laboriosos”, como se orgulharia futuramente ao se lembrar deles³⁹ - nasceu em 30 de janeiro de 1878. Seu pai era barbeiro e de origem portuguesa, já sua mãe era uma mulher negra não alfabetizada. Eles viviam então na Rua dos Inválidos número 87, em uma casa de cômodos na qual viviam também desde outras mulheres negras que prestavam serviços domésticos, como lavadeira ou cozinheira, até uma professora de português, inglês, francês e piano, que usava o local para ministrar aulas⁴⁰. Nessa casa compartilhada, Francisco Guimarães vivia com seus pais e mais quatro irmãos, sendo ele o caçula do casal. Em testemunhos dados em 1886, o vigário da freguesia de Santo Antônio dos Pobres e o Inspetor de Quarteirão do 2º Distrito da Freguesia de Santana atestavam a condição de pobreza daquela família, que havia então se mudado da Rua dos Inválidos para o número 27 da Rua dos Cajueiros. Neste mesmo ano a situação de penúria da família se tornaria ainda mais complicada com a morte de seu pai por uma congestão pulmonar. Sem condições de criá-lo sozinho, sua mãe, depois de muito apelar para diferentes autoridades, conseguiu em 1888 matricular o jovem Francisco Guimarães, que completava 10 anos de idade, no Asilo de Meninos Desvalidos – uma das instituições para menores criada em 1874 em decorrência da Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre⁴¹. O processo da matrícula contou com a

³⁹ PEREIRA, L. A. M. “A invenção do Vagalume”. In: VAGALUME. Ecos Noturnos. PEREIRA, L. A. M.; COSTA, Mariana (org.). Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2018. p. 18

⁴⁰ Ver respectivamente os seguintes anúncios: “Aluga-se uma preta cozinheira e lavadeira”. *Jornal do Commercio*, 3 de abril de 1881. p. 6 e “Professora”. *Jornal do Commercio*, 5 de julho de 1881. p. 4

⁴¹ Às informações sobre a família de Francisco Guimarães e a sua passagem pelo Asilo dos Meninos Desvalidos estão presentes no Acervo PROEDES na UFRJ Campus Praia Vermelha, ver: PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Pasta 1888, Nº 18. Sobre a instituição em si, ver: SOUZA, Maria Zélia Maia. *Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875 – 1894): caminhos possíveis*. (Dissertação). Rio de Janeiro: Unirio, 2008. Sobre a Lei de 28 de

ajuda de um certo João José da Costa Guimarães, que pelo sobrenome provavelmente era um parente da família. Ele redigiu os ofícios em nome de Francisca Conceição, pelo fato dela ser analfabeta, e ajudou a comprovar que aquela mãe não tinha como garantir um futuro melhor para seu filho. Iniciava-se assim a formação de Francisco Guimarães no Asilo, no qual estudaria até 1892.

A função do Asilo, segundo seu decreto de criação em 1875, era a de “recolher e educar meninos de 6 a 12 anos”. Ademais, a instituição ainda garantia que os jovens desvalidos que fossem recolhidos para lá seriam imediatamente vacinados, caso não houvessem sido antes⁴². Evidencia-se com isso a preocupação da instituição em garantir não apenas a educação, mas também o bem-estar dos seus alunos. Em um segundo decreto sobre seu funcionamento, lançado em 1883, delimitava-se o perfil das crianças que seriam consideradas aptas a serem recebidas, que seriam apenas as que fossem órfãs ou aquelas que os pais não tivessem condições financeiras para garantir sua educação – mostrando que seu público alvo era justamente o de crianças como Francisco Guimarães, que havia perdido o pai e não tinha como ser instruído pela mãe. O decreto de 1883 definia ainda uma série de cuidados com os alunos que apontam para um futuro promissor projetado para eles. Como acontece no artigo 11, em que aqueles jovens que demonstrassem “aptidão para as letras”, seriam recomendados “ao Ministro do Império”, caso este achasse conveniente, para desligá-los do Asilo e matriculá-los no “Internato do Imperial Colégio de Pedro II ou em qualquer estabelecimento de instituição secundária”. Ao definir isso em um dos seus artigos, a instituição demonstrava que poderia servir como um espaço de elevação na educação dos seus alunos. Já o artigo 12 dizia que, após completar 18 anos, os asilados que produzissem “trabalho educativo para o Asilo” teriam “direito à metade do lucro líquido do seu trabalho”, que seria entregue após a saída deste da instituição⁴³. Outro decreto, de 1890, abria também aos egressos com bom desempenho nas artes uma vaga na Academia de Belas Artes ou no Instituto Nacional de Música⁴⁴. Desse modo, a cada novo decreto de funcionamento o Asilo de Meninos Desvalidos ampliava o caminho de possibilidades para esses

setembro de 1871, ver: BRASIL. “Lei do Ventre Livre”. 28 de setembro de 1871, Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/leidoventre.pdf> . Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

⁴² PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 5849 de 9 de janeiro de 1875.

⁴³ PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 8910 de 17 de março de 1883.

⁴⁴ PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 658 de 12 de agosto de 1890.

jovens oriundos de famílias muito pobres, permitindo que eles pudessem ter um meio de ascender socialmente.

Entre a norma e a realidade existia, é claro, uma diferença significativa. Ainda assim, ao se tornar aluno do Asilo, Francisco Guimarães conseguiu ter acesso à alfabetização, algo ainda raro para jovens com o perfil social e racial dele no período⁴⁵. Para além do letramento, ele também aprendeu na instituição disciplinas como álgebra, geometria plana, mecânica aplicada às artes, geografia e história do Brasil, desenho, escultura e ginástica⁴⁶. Junto a estas disciplinas acadêmicas, no entanto, o currículo escolar dos jovens desvalidos incluía atividades ausentes das escolas frequentadas pelas elites da cidade – caso aquelas ligadas a ofícios práticos como a encadernação, como registrado nesta imagem de 1903:



Figura 2 - PROEDES. *Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos*, 1903.

Na fotografia é possível observar os alunos do Asilo aprendendo a encadernar. Nela, fica nítido o perfil racial heterogêneo entre eles, tendo jovens brancos, de origem pobre e também alguns afrodescendentes, com a mesma

⁴⁵ Sobre os limites da educação do período, ver: SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. “Felismina e libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)”, *História da Educação*, v. 19, n. 46, pp. 145-165, 2015. e SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. “Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906)”, *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 1, pp. 160-175, 2019.

⁴⁶ PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 8910 de 17 de março de 1883.

condição social. Além da encadernação, os asilados do tempo de Francisco Guimarães aprendiam diversos ofícios mecânicos, como o de “alfaiate, sapateiro, marceneiro, empilhador, carpinteiro e latoeiro”⁴⁷. A aprendizagem desses ofícios para jovens negros e pobres como ele era vista como algo importante para prepará-lo para o mundo do trabalho, uma vez que oferecia uma gama de carreiras que ele poderia seguir após deixar a instituição.

Para além das disciplinas escolares e ofícios mecânicos para o trabalho, Francisco Guimarães também recebeu no Asilo aulas de “música instrumental e vocal”. No acervo iconográfico da instituição é possível observar algumas imagens das orquestras e bandas.



Figura 3 - PROEDES, *Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos*, (s/d).

⁴⁷ PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 8910 de 17 de março de 1883.



Figura 4 - PROEDES, *Acervo do Asylo dos Meninos Desvalidos*, (s/d).

Nas imagens é possível observar a preocupação da instituição em retratar bem os alunos e a instrução musical oferecida para eles, visto que se apresentavam bem-vestidos e alinhados para a foto, cada um com o seu instrumento. Evidenciava-se, nelas, que o ensino musical se ligava à prática de constituição de bandas musicais, que eram então comuns em diferentes instituições particulares e públicas. Como resultado desse processo, Francisco Guimarães possivelmente adquiriu não só o gosto pela música, mas também conhecimentos musicais que depois seriam importantes para sua atuação profissional como cronista carnavalesco⁴⁸.

Por mais que se propusesse a oferecer educação para os ingênuos beneficiados pela Lei do Ventre Livre, ficava claro o perfil profissional privilegiado nesta formação, que visava prepará-los para o trabalho. Ainda que este modelo de instituição não tenha se disseminado, aparecendo como um caso isolado, seu claro intuito era assim o de oferecer a estes jovens uma formação básica que pavimentasse seu futuro como bons trabalhadores. Foi assim, com este apoio oferecido pelo Asilo, que se abriram novos caminhos para o jovem

⁴⁸ Ver: Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da Barriga, 2023 (1933) e PEREIRA, L. A. M. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 13-33, 2015.

Francisco Guimarães. Apesar da ausência prematura de seu pai e da pobreza extrema de sua mãe, a partir dessa experiência ele conseguiu se alfabetizar e aprender ofícios que, ao final do ano de 1891, começaria a colocar sua vida nos trilhos, abrindo a ele novas oportunidades profissionais.

1.2. Dos trilhos do paternalismo a redação do *Jornal do Brasil*

O aprendizado obtido no Asilo dos Meninos Desvalidos foi importante para que Francisco Guimarães conseguisse seu primeiro emprego: o de auxiliar de trem na Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, função que começou a exercer quando ainda tinha 13 anos⁴⁹. A forma de obtenção daquele emprego mostrava, no entanto, que tão importante quanto a instrução recebida era o apoio de redes de proteção características da estrutura paternalista do século XIX. Durante algum tempo, a historiografia sobre escravidão olhou para o paternalismo apenas como a representação da vontade do senhor, que era soberano não apenas em relação aos seus cativos, mas também com todos aqueles situados dentro da sua rede de dependência. Nesse sentido, não caberia mais nada dentro dessa lógica senhorial que não fosse a vontade do senhor, sobretudo em relação aos escravizados e libertos, que segundo Florestan Fernandes, supostamente “não tinham consciência clara sobre o que deveriam querer coletivamente nem de como agir socialmente”, por formarem “o polo heteronômico e alienado de uma ‘situação de castas’”⁵⁰. Estudos recentes têm apontado, no entanto, para os limites desta ideia. Ao evidenciar que esses sujeitos tinham consciência individual e coletiva, eles mostram como os escravizados disputavam, por dentro das redes do paternalismo, seu espaço de autonomia, negociando e agindo por dentro dela⁵¹. No caso de Francisco Guimarães, se estas redes de proteção já haviam se mostrado importantes para o próprio ingresso no Asilo, elas continuariam a marcar sua trajetória ao longo das décadas seguintes.

Uma figura de apoio importante para ele foi a de seu padrinho, Francisco Antônio da Costa, um “antigo capitalista e negociante” do Rio de Janeiro⁵². Ele

⁴⁹ “E. F. Central do Brazil”. *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1891, p. 2

⁵⁰ FERNANDES, Florestan. op. cit. p. 28

⁵¹ Ver: CHALHOUN, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Sobre a ideologia senhorial, ver: CHALHOUN, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista”. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

⁵² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1902, p. 3

que, junto com a madrinha de Guimarães - Adelaide Maria da Conceição - auxiliou Francisca da Conceição no processo de internação do futuro cronista no Asilo dos Meninos Desvalidos. É possível que ele tenha tido alguma influência também na indicação de Francisco Guimarães para o emprego na Estrada de Ferro⁵³. Após a sua morte em 1902, tudo indica que era um sujeito muito querido por toda a família e amigos, tendo em vista às várias missas fúnebres que seriam rezadas em sua homenagem⁵⁴.

Paralelo ao trabalho na Estrada de Ferro, Guimarães também desempenharia outras atividades. Praticamente dois meses depois de começar a trabalhar na Central do Brasil, ele ingressou na Guarda Nacional para lutar pelas tropas do Marechal Floriano Peixoto na Revolta da Armada, após assinar uma subscrição popular a seu favor⁵⁵. As razões para o apoio ao florianismo podem ser explicadas a partir de uma aproximação de Francisco Guimarães com os princípios do jacobinismo, termo pelo qual ficou conhecido o movimento de apoio ao presidente. O termo utilizado era inspirado nos revolucionários franceses que defendiam medidas mais radicais durante a Revolução Francesa, ficando marcados na historiografia sobre o tema como o grupo burguês que mais se aproximou das camadas populares devido a suas propostas de governo, colocadas em práticas entre os anos de 1793 e 1794, quando os jacobinos tomaram o poder dentro do processo revolucionário⁵⁶. Segundo Amanda Muzzi, no Brasil, o termo “jacobino” foi usado muitas vezes como sinônimo de “arruaceiro”, “desordeiro” entre outros adjetivos pejorativos. Contudo, ela argumenta que foi sobretudo durante o Governo Floriano Peixoto que o termo ganhou um sentido “ímpar”, se referindo aqueles “voluntários dos batalhões patrióticos e mais veementes florianistas, os propalados ‘amigos do Marechal Floriano’”⁵⁷. Como destaca Guillaume de Saes, o jacobinismo brasileiro teria como características: o

⁵³ Sobre a influência do padrinho, ver: PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Pasta 1888, Nº 18 ; PEREIRA, L. A. M. “A invenção do Vagalume”, op. cit. p. 18 - 19 e *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1902.

⁵⁴ Ver: “Missas”. *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1902, p. 2; “Para amanhã: missas fúnebres”. *Jornal do Brasil*, 22 de abril de 1902, p. 2; “Missas”. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1902, p. 3.

⁵⁵ “Subscrição popular”. *O Tempo*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1891.

⁵⁶ Sobre o pensamento revolucionário que gerou a Revolução Francesa, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999. Sobre a circulação de ideias que aproximava às camadas populares do ideal revolucionário, ver: DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: Redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁵⁷ MUZZI, Amanda. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. *Revista Cantareira*, UFF, n. 13, 2008. p. 3

nacionalismo fervoroso, o culto a República, uma visão xenofóbica em relação aos imigrantes europeus, o autoritarismo, o progressismo (defesa da industrialização) e o anticlericalismo⁵⁸. Ele destaca ainda a Revolta da Armada como um momento de grande ebulição do jacobinismo nos quartéis e entre os populares⁵⁹. Saes destaca ainda, que durante a gestão de Floriano, grupos de trabalhadores que se identificavam com a política do Marechal de Ferro, especialmente no Rio de Janeiro, formaram o que ele nomeia como “florianismo de rua”. Essa corrente de florianismo popular se fez especialmente presente nos “Batalhões Patrióticos” formados para a defesa da República durante o combate aos revoltosos da Armada, aos quais se juntou Francisco Guimarães.

De acordo com Guillaume de Saes, o principal fator para o desenvolvimento deste movimento teriam sido as “medidas populares” adotadas pelo Marechal ao longo do seu governo – como a “redução dos preços dos alugueis e de artigos de comércio”, o que teria conquistado a “simpatia das camadas pobres cariocas”. Todavia, a sua principal hipótese para entender a popularidade do florianismo entre aqueles sujeitos despossuídos é a de que, excluídos do sistema político formal republicado que seria forjado pela e para as elites nacionais, esses indivíduos marginalizados teriam passado a projetar seus interesses em uma figura autoritária que “se colocasse acima das instituições políticas, acima das manobras parlamentares, acima dos processos eleitorais e acima da oligarquia política”. Para esses trabalhadores, o Marechal de Ferro representava assim, uma alternativa mais eficaz de mudança⁶⁰. Frente à experiência de carências que havia marcado até então a trajetória de Francisco Guimarães, não é assim difícil compreender seu encanto com o jacobinismo e a sua luta pelas tropas de Floriano Peixoto na Revolta da Armada.

⁵⁸ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República da Espada: a primeira década republicana e o florianismo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005. p. 49. Sobre o jacobinismo no Brasil, ver também: HAHNER, June. “Jacobinos versus galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18, n. 2, May 1976, p. 125-154; MUZZI, Amanda. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2006; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e SIMAS, Luiz Antônio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da República*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História. Rio de Janeiro, 1994.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 48

⁶⁰ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *op. cit.* p. 48

Ao ingressar nas tropas florianistas, ele seguiu lutando contra a Revolta até 1894, quando lutou em Niterói pelo Batalhão Tirantes contra os revoltosos da Armada. Essa batalha acabaria com um fim ruim para o batalhão do qual Francisco Guimarães fazia parte, tendo em vista que saíam derrotados, mesmo com mais homens e teriam muitas baixas. Ademais, para o próprio jovem negro também teria um gosto amargo, visto que ele acabaria sendo ferido em combate e feito prisioneiro⁶¹. Pouco tempo depois deste episódio, a revolta terminaria e Floriano Peixoto entregaria o poder a Prudente de Moraes, primeiro presidente civil. Mesmo após o fim da Revolta da Armada e do governo do Marechal de Ferro, Francisco Guimarães continuaria servindo a Guarda Nacional até 1900. Foi provavelmente pelo longo tempo servindo a Guarda que ele ganhou a alcunha de “capitão” que muitas vezes seria adotado por seus interlocutores para se referir a ele⁶², embora sua patente em 1900 apareça apenas como “alferes”⁶³.

O mais interessante é que, mesmo alinhado ao jacobinismo carioca, Francisco Guimarães não deixava de se utilizar das relações paternalistas para progredir na vida. Em tese, ao se utilizar das redes de proteção características da lógica senhorial e da época do Império, ele estaria em contradição com o próprio pensamento jacobino. Primeiramente pelo jacobinismo ser um movimento em defesa do republicanismo e por propor mudanças mais enérgicas e radicais e não negociadas ou por meio de redes de proteção, como era dentro da lógica paternalista. Contudo, ao conseguir certa ascensão a partir das redes de apoio que se apresentavam para ele e, por outro lado, também defender a causa de Floriano Peixoto contra os revoltosos da Armada, se colocando ao lado da ordem republicana, Francisco Guimarães demonstrava que para ele, às duas lógicas não se anulavam. Muito pelo contrário, sua postura mostrava que, por mais que a adesão ao jacobinismo demarcasse sua perspectiva política, era por dentro da lógica paternalista que ela precisava ainda se manifestar em uma sociedade recém-saída da escravidão. Ficava claro assim que, para um sujeito negro e de origem pobre como ele, as duas lógicas poderiam coexistir em meio às lutas cotidianas pela sobrevivência no alvorecer do século XX.

⁶¹ Ver: “A Revolta”. *O Tempo*, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1894 e “Revolta Restauradora”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1894.

⁶² Ver: “Sociedade”. *Crítica*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1928, p. 5; “Apollo-Club”. *Crítica*, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1929, p. 6; “O aniversário de ‘Vagalume’”. *Crítica*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1929, p. 6

⁶³ “Guarda Nacional: ordem do dia N. 8”. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1900, p. 2

Com o fim da Revolta e a saída de Floriano Peixoto do poder, Francisco Guimarães voltaria para a sua rotina de trabalho nos trilhos, onde alguns anos depois acabaria conhecendo um jornalista chamado Luiz Gama – o encarregado da seção “E. F. Central do Brasil” do *Jornal do Brasil*, que fazia diariamente a cobertura jornalística dos acontecimentos relativos à estrada de ferro. O tal jornalista, no entanto, se envolveria em algumas polêmicas e faria alguns desafetos. Um deles foi o Pereira Passos, que era em 1899 o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, e se tornaria anos depois prefeito do Rio de Janeiro. Escrevendo no *Jornal do Brasil* em 1899, Luiz Gama lembrava de desavenças entre ele e Pereira Passos de dois anos antes, por conta de denúncias feitas pelo jornalista contra algumas supostas irregularidades cometidas pelo futuro prefeito da capital federal enquanto diretor da Estrada de Ferro. Devido a essas desavenças, Luiz Gama teria sido proibido de entrar “em todas as dependências da estrada”, tendo sido até mesmo ameaçado de morte. Por conta desses problemas, o jornalista não poderia continuar o seu trabalho à frente da coluna “E. F. Central do Brasil”. Contudo, a esta altura Luiz Gama e Francisco Guimarães já eram amigos. Foi a partir da sua amizade com Francisco Guimarães, que o jornalista conseguiu continuar colhendo notas sobre o cotidiano da Estrada Ferro. Por outro lado, não só o jornalista se beneficiou com essa relação. Valendo-se mais uma vez das redes de proteção características do paternalismo, Francisco Guimarães conseguiu, com a indicação de Luiz Gama, emprego na redação do *Jornal do Brasil* em 1896, onde iniciaria a sua trajetória dentro do jornalismo⁶⁴.

Dois anos depois de ingressar no *Jornal do Brasil*, Francisco Guimarães já teria seu nome citado em uma nota do próprio jornal, aparecendo como um “representante” do mesmo em um “passeio na Ilha de Brocoió” oferecida pelo “Club Schubert”, para o qual foi convidada a diretoria do *Jornal do Brasil*⁶⁵. Ao representar os diretores do jornal nesse tipo de evento, Guimarães se mostrava já bem estabelecido na redação do jornal, embora tivesse ainda nela pouco tempo de trabalho. No ano seguinte, no dia do seu aniversário, o *Jornal do Brasil* o cumprimentava e o descrevia como: “nosso companheiro na redação do ‘*Jornal do Brasil*’”⁶⁶. Alguns meses depois, o jornal voltava a citar seu nome, entretanto,

⁶⁴ PEREIRA, L. A. M. “A invenção do Vagalume”, op. cit. p. 19

⁶⁵ “Pic-nic”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1898, p. 1

⁶⁶ “Comprimentos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1899, p. 2

trazendo a triste notícia da morte da sua irmã, Arminda Gomes dos Santos, que segundo a matéria era uma “senhora geralmente considerada pelos dotes do seu coração e pelas suas excelentes qualidades”. Ao terminar de noticiar o caso, o jornal lamentava a perda do “nosso estimado companheiro Francisco Guimarães”⁶⁷, demonstrando para os leitores o quanto ele era querido entre os colegas de redação.

No mês seguinte, como mostrado na introdução da dissertação, a sua imagem já aparecia no próprio jornal, constando que ele fazia parte da redação e era o responsável pela “seção de informações policiais” – função que ele dividia com outro homem negro, chamado Balthazar Mendes⁶⁸. Embora estivesse ingressando em um dos principais jornais da capital federal daquele momento, Francisco Guimarães continuava a ter uma condição social diferente da maioria dos outros membros da redação. Essa distinção pode ser observada pelo local onde ele residia, tendo em vista que ele morava na Piedade, distante do seu local de trabalho. Com isso, dependia, como os outros trabalhadores, dos serviços públicos de transporte, como os trens e bondes para chegar ao centro da cidade, onde a maior parte de trabalhadores como ele exerciam seus ofícios⁶⁹. Alguns desses serviços sofriam com abandonos e eram precarizados, não oferecendo muitas vezes o conformo e a segurança necessária aos transeuntes⁷⁰. Ao que tudo indica, a parte do bairro em que ele morava também não era das mais seguras, tendo em vista que não era incomum jornais noticiarem roubos e assaltos na região, que seriam frequentes⁷¹. Sendo o próprio Francisco Guimarães assaltado na sua residência, no número 22 da rua Cristóvão Penha, em que foram levados alguns pertencentes, totalizando grande prejuízo em valor⁷².

A diferença racial e social em relação aos seus companheiros não impediu, no entanto, que ele continuasse desenvolvendo seu trabalho na redação do jornal, representando o *Jornal do Brasil*, inclusive, em algumas cerimônias e eventos que

⁶⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1899, p. 1

⁶⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1899, p. 1

⁶⁹ Ver: SERFATY, Elaina. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870 - 1906)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral, 2018.

⁷⁰ O próprio Francisco Guimarães, enquanto repórter do *Jornal do Brasil*, escreveu uma crítica à estação de trem do bairro da Piedade, que segundo ele, chegava a ser uma “indecência” para os passageiros que precisavam dela, pois estava em “ruínas”. “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1901, p. 1

⁷¹ Ver: “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1901, p. 1

⁷² “A gatinagem na Piedade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1900, p. 2.

a folha era chamada. Como relatado pelo periódico *A Notícia* no dia 13 de novembro de 1900, quando ao noticiar homenagens a Antenor Cordoville, jornalista e repórter policial por diversas folhas do período que havia falecido, destaca que entre os presentes, representando o *Jornal do Brasil*, estava Francisco Guimarães e mais um colega, chamado Campos Mello. Junto a Guimarães, como representante do jornal *Cidade do Rio* estava também presente José do Patrocínio, importante jornalista negro e umas das principais figuras do movimento abolicionista nos anos que antecederam a abolição da escravatura⁷³. Ademais, estavam no velório também outros jornalistas representantes de jornais importantes da capital federal, como *Jornal do Commercio* e *A Tribuna*. Dessa maneira, ao ser o representante do *Jornal do Brasil* em diferentes acontecimentos, sejam eles trágicos ou celebrações, como aquela do Club Schubert⁷⁴, Francisco Guimarães demonstrava ser uma figura reconhecida dentro do periódico, mantendo deste modo o seu espaço dentro da folha, embora enfrentasse dificuldades financeiras e tivesse uma origem muito diversa da maioria dos seus companheiros de redação.

Na virada do século XIX para o XX, diversas folhas investiram em um perfil mais popular, trazendo conteúdos que pudessem atingir públicos mais amplos. Como destaca o historiador Leonardo Pereira, os jornais do período se tornaram verdadeiras arenas de disputa, estabelecendo negociações com um novo público leitor - aqueles pertencentes aos mundos do trabalho - se debruçando com mais cuidado sobre assuntos que eram do interesse e envolviam principalmente a realidade dessas pessoas⁷⁵. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* foi um dos que mais investiu na criação de um perfil popular, sobretudo após 1894 quando ele foi reaberto, depois de ficar quase um ano fechado devido às suas críticas ao governo de Floriano Peixoto. De acordo com o historiador Eduardo Silva, ao voltar a funcionar, o jornal passou a abrir um espaço cada vez maior para assuntos que interessavam os trabalhadores da cidade, tentando com isso garantir sua

⁷³ Para uma discussão mais profunda sobre o papel do movimento abolicionista dentro do processo de abolição da escravidão, ver respectivamente: ALONSO, Angela. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 100, novembro de 2014, pp. 115-137 e AZEVEDO, Elciene. “Para além dos tribunais. Advogados e escravos no movimento abolicionista de São Paulo”, em LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli. *Direitos e justiça no Brasil*, Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006, pp. 199-237.

⁷⁴ “Pic-nic”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1898, p. 1

⁷⁵ Ver: PEREIRA, L. A. M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo), v. 35, n. 99, 2016.

sobrevivência. Um exemplo do esforço do *Jornal do Brasil* de dialogar mais diretamente com as camadas populares, foi a criação da coluna “Queixas do Povo”, analisada por Silva em um livro que leva o mesmo nome⁷⁶. Nela, homens e mulheres de qualquer classe social poderiam fazer reclamações e reivindicações para o Estado e contra ele também. Com isso, aqueles que costumavam sofrer com a ausência do Estado passaram a ver neste jornal, um caminho para que suas vozes fossem ouvidas. Por meio de estratégias como essa, que o jornal receberia entre os contemporâneos o título de “popularíssimo”, sendo considerado pelo autor um “verdadeiro sucesso editorial”⁷⁷. Silva ainda afirma que o sucesso alcançado pelo jornal foi tamanho, que em 1900 já era “expedido para todos os municípios do país”, além de se gabar por ser “o diário de maior tiragem da América do Sul”⁷⁸. Embora se tratasse de uma autopropaganda do jornal, afirmações como essas nos permitem observar a força e a expansão atingidos por ele em relação às demais folhas do período e a sua popularidade⁷⁹. Dentro dessa estratégia do jornal de dialogar com os mundos do trabalho, trazer pessoas pertencentes a este universo para dentro da sua redação, como o próprio Francisco Guimarães, era uma maneira de aumentar esse diálogo, uma vez que ele tinha um amplo conhecimento sobre assuntos que atraíam leitores dos mundos do trabalho, como: a rotina na estrada de ferro, a vida suburbana e o cotidiano policial. Conhecimentos estes, adquiridos a partir da sua própria experiência. Por outro lado, para pessoas como ele, trabalhar em um periódico como aquele era uma brecha que se apresentava para sua ascensão social. Essa estratégia do *Jornal do Brasil*, alinhada ao acesso à educação que Guimarães teve na juventude, além das redes de dependência, permitiram que ele - mesmo sendo um homem negro em um período recente de pós-abolição e de origem pobre - desse início a sua carreira dentro do mundo da imprensa comercial da Primeira República.

1.3. Um repórter da madrugada

⁷⁶ Ver: SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 47

⁷⁸ *Ibidem*, p. 48

⁷⁹ Sobre o investimento feito *Jornal do Brasil* no início do século XX, cujo possibilitou que ele se tornasse um dos principais jornais da capital federal do período, ver: FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008.

Na segunda página da sua edição vespertina do dia 9 de abril de 1901, o *Jornal do Brasil* lançava para seus leitores um “novo serviço de reportagem” que seria “incontestavelmente original na imprensa brasileira”. Tratava-se da “Reportagem da Madrugada”, uma série de reportagens, que segundo o seu autor, tinha como objetivo noticiar os acontecimentos que ocorriam no Rio de Janeiro após “o velho bronze da torre de S. Francisco dá às 12 pancadas da meia-noite”, tendo em vista que “casos importantíssimo” se davam “desta hora em diante e que bem mereciam as honras de uma exploração de reportagem”. Tentando “preencher essa lacuna”, o jornal criava a coluna que transformava a madrugada em objeto de exploração⁸⁰. Ela duraria aproximadamente quatro meses, até ser publicada pela última vez no dia 27 de julho daquele ano. Esse novo serviço de reportagem não recebia a assinatura do seu autor, se apresentando deste modo como um serviço exclusivo do próprio jornal.

Embora a “Reportagem da Madrugada” não fosse assinada, não é tão difícil descobrir que a autoria pertencia ao próprio Francisco Guimarães. O fato dela não ser assinada pelo repórter negro se deu, pelo o que historiador Denilson Botelho chama de processo da “despersonalização” dos jornais, que representou “o triunfo do método inglês e norte-americano” em que era abolido a “assinatura dos artigos, crônicas e notícias para, pretensamente, tornar forte, objetivo e homogêneo o jornal - que adquire ares de uma entidade isenta, neutra e imparcial”⁸¹. “O texto é assim destituído de sua autoria, procurando se negar ou ocultar o seu processo de construção e tudo o que mais envolve o seu autor”, conclui Botelho⁸². Nesse sentido, por mais que a “Reportagem da Madrugada” tivesse o trabalho de Francisco Guimarães por trás dela, a coluna se apresentava como um “serviço” que pertencia unicamente ao *Jornal do Brasil*.

Na sua primeira edição, como de costume em séries de reportagens ou crônicas que eram publicadas diariamente, a coluna definia o seu programa, isto é, quais seriam os assuntos tratados por ela⁸³. Analisando a primeira reportagem, os crimes que aconteciam na madrugada e o cotidiano policial, pareciam que seriam

⁸⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1901, p. 2

⁸¹ BOTELO, Denilson. “Sobre objetividade e isenção no jornalismo da Primeira República”. *ANPUH, SP: XXIII encontro estadual de história: História por quê e para quem?*, 2016. p. 3

⁸² *Ibidem*, p. 4

⁸³ Sobre o perfil da crônica, ver: CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; L. A. M.; PEREIRA (Orgs.). *História em cousas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, S.P: Editora Unicamp, 2005.

temas de destaque na série. Desse modo, o perfil desenhado pelo *Jornal do Brasil* para a “Reportagem da Madrugada” era a de uma coluna policial. A escolha por um perfil policial para a nova coluna também não se dava por acaso. Como destaca a historiadora Marialva Barbosa, as colunas policiais estavam crescendo nos principais periódicos do período, “para conquistar maior número de leitores”⁸⁴. Esses leitores muitas vezes eram atraídos desde os grandes roubos praticados por ladrões conhecidos na imprensa, que passariam a ocupar diversas páginas desses periódicos, até os pequenos crimes do cotidiano, mais próximo da realidade dos trabalhadores⁸⁵. Além disso, os jornais também investiram em reportagens que mesclavam os acontecimentos criminais com uma espécie de romance policial, o que instigava os leitores a ficar acompanhando alguns casos por meio dos impressos⁸⁶. Já a escolha de Francisco Guimarães para ser o redator da série, provavelmente se deu pelo fato dele já ter experiência com esse tipo de coluna, uma vez que trabalhava na seção de informações policiais. O conhecimento sobre polícia adquirido pelo tempo que ficou responsável por essa seção, o tornava um nome interessante para cobrir com mais profundidade a rotina policial na madrugada⁸⁷.

Por mais que não assinasse a coluna, isso não impediu que Francisco Guimarães começasse a desenvolver um perfil autoral para ela ainda nas primeiras reportagens. Logo na primeira reportagem, no dia 9 de abril de 1901, ele inicia seu serviço dizendo que, ao passar pelo Largo São Francisco de Paula, viu alguns mendigos “que de quando em vez são despertados brutalmente pela polícia”,

⁸⁴ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 122.

⁸⁵ Sobre o crescimento das colunas policiais no período, ver: BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. op. cit. p. 122. Ver também: PEREIRA, L. A. M. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. *Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997. Sobre a cobertura da imprensa sobre os ladrões e grandes roubos, veja: GALEANO, Diego. “Memorias de un ratón de hotel: delito, prensa y literatura en Brasil, 1890 - 1912”. *Claves, Revista de História*, Vol. 2, nº 3, Montevideo, Julio - Diciembre, 2016, pp. 99 - 132; OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O Paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900 - 1920). Tese (Doutorado em História Social) - PPGHIS/UFF, Rio de Janeiro, 2012; OZANAM, Israel. “Jornalismo e pobreza na era da reportagem: o inquérito literário de 1905”. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 134 - 156, 2014; OZANAM, Israel. *Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889 - 1916)*. (Tese), Campinas, S.P, 2018

⁸⁶ Ver: OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. *Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica: Rio de Janeiro, 1907 - 1915*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2021.

⁸⁷ Sobre o cotidiano policial no início do século XX, ver: BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 - 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

sofrendo diversos tipos de abusos, sendo aqueles “pobres infelizes” despertados com “pontapés, bengaladas, correadas, etc”, pelos policiais pelo simples fato de estarem dormindo nas ruas⁸⁸. Ao falar isso, Francisco Guimarães iniciava a coluna já denunciando um problema que parecia ser recorrente na madrugada, a violência policial contra os mais pobres.

Seguindo na sua primeira reportagem, depois de passar por alguns pontos no Largo de São Francisco, o repórter diz ter encontrado Russinho, um “célebre gatuno” que supostamente teria sido um dos cúmplices de um assassinato ocorrido no morro de Santo Antônio. Ao vê-lo, Francisco Guimarães resolve perguntá-lo sobre o que havia acontecido, para escutar a versão de Russinho, que segundo o próprio repórter foi preso por ter estado com a vítima um dia antes do assassinato. Por conta disso, Russinho teria permanecido 59 dias preso, enquanto um outro amigo envolvido no caso, teria ficado 57. Para além deste caso, ele argumentava que havia sido indiciado também por um “roubo de um relógio de Platina dourada, pertencente ao compadre do chefe de polícia”, cujo em sua autodefesa não havia cometido. Independentemente da veracidade ou não do testemunho, ao relatar na sua reportagem a versão de Russinho, Guimarães mostrava que a “Reportagem da Madrugada” abria espaço de fala para pessoas que não costumavam tê-lo em outras colunas, por serem muitas vezes marginalizadas nelas.

Continuando na sua primeira reportagem, Francisco Guimarães resolveu visitar a 1ª circunscrição urbana, que ficava na rua Sete de Setembro. Ao chegar na referida delegacia, diz ter sido informado que, poucas horas antes, um homem havia sido “barbaramente espancado”. Tratava-se de Manuel Marques, um carpinteiro português, que na noite anterior havia entrado “demasiadamente no uso de bebidas alcoólicas”, o que justificava “umas tantas estrepolias por ele praticadas”, razão pela qual foi parar na prisão daquela delegacia, tendo ainda se portado de modo “inconveniente” dentro dela. Porém, isso não era justificativa para o tratamento violento praticado contra ele, que segundo o testemunho do repórter, teria o português ficado com um ferimento “no pulso esquerdo”, outro “na canela do mesmo lado”, sendo este, “profundo e extenso”, além de ter ficado também com “um pontaco na nuca, uma escoriação na face esquerda e as costas

⁸⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1901, p. 2

em estado indescritível”. Depois desse ato violento, a reportagem destaca o esforço dos policiais daquela delegacia em tentar esconder o crime, liberando Manuel Marques sem a presença do delegado, pois seu corpo machucado era a prova de que havia sido violentado dentro da cadeia. “Está claro que nenhum inspetor tem autorização para soltar um preso por menor que seja a sua criminalidade”, concluía o repórter, se referindo ao inspetor tenente Pamplona que tinha liberado o carpinteiro para proteger seu colega Tomaz Times, que aparentemente teria sido um dos agressores. Para o caso não passar impune, Guimarães compartilha com os leitores que o *Jornal do Brasil*, “o defensor dos fracos e dos oprimidos”, como exaltava ele, teria mandado “um dos seus representantes levar Manuel Marques à repartição central da polícia onde foi apresentado ao delegado auxiliar de serviço”. O objetivo do jornal era fazer com que o carpinteiro fosse submetido ao “exame de corpo de delito” e que fossem tomadas “as suas declarações”. “Estamos certos de que enérgicas providências serão tomadas a fim de que tais fatos não se repitam”, concluía o repórter esperando a resolução do caso e se colocando ao lado do trabalhador que havia sido vítima da violência policial.

Ao inserir na estreia da nova coluna esses três casos envolvendo a polícia - a violência contra os moradores em situação de rua, a prisão de Russinho (em que ele teve a oportunidade de contar a sua versão da história no jornal) e o caso de espancamento de Manoel Marques na 1ª delegacia urbana - Francisco Guimarães afirmava para a coluna um perfil singular. Se nela estava clara a atenção para as ocorrências policiais noturnas, como desejado pela direção do *Jornal do Brasil*, ele tratava de fazê-lo com atenção à experiência dos sujeitos que eram em geral objetos da ação policial, como aqueles que aparecem em sua crônica de estreia. Começava-se deste modo, a ser definido não apenas um perfil policial para a coluna, mas que se colocava também à disposição dos sujeitos pertencentes às camadas mais baixas que costumavam ser os principais alvos dessas ações policiais na madrugada. Porém, esta era ainda apenas a primeira reportagem, nas edições seguintes esse perfil singular que começava a ser desenvolvido por Guimarães se explicitaria de modo mais claro.

Ainda com relação a primeira reportagem, no dia seguinte a ela, na sua edição matutina, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria na sua primeira página exaltando o “verdadeiro sucesso” feito pela primeira edição da “Reportagem da

Madrugada”. Ela teria aguçado tanto o interesse dos leitores que teria havido um “grande aumento” da tiragem da tarde, o que para o jornal demonstrava seu “acolhimento por parte do público”⁸⁹. Por mais que se tratasse de uma autopropaganda do periódico, o fato da série receber uma menção especial na folha da manhã (considerada a edição de maior relevância), demonstrava que aquela nova coluna passava a desenvolver um papel importante dentro da proposta editorial do jornal em trazer a vida noturna para o seu conteúdo. Todavia, como a coluna não era assinada, todos os créditos da primeira reportagem ficavam com a própria folha que era responsável por ela.

Ao começar a sua segunda reportagem naquele mesmo dia na edição da tarde, Francisco Guimarães iniciou sua exploração da madrugada dizendo que “os retardatários, os notívagos, são apelidados de vagalumes”, logo em seguida ele conclui para seus leitores: “sejamos vagalumes também”. A partir desse momento, Guimarães passaria a se auto referir muitas vezes como “Vagalume” dentro do seu próprio texto. Na continuação desta mesma reportagem do dia 10 de abril, após seguir dois homens esperando encontrar algum furo de reportagem, ele desiste de continuar acompanhando eles, pois poderiam “perceber que por ali andava o vagalume do *Jornal do Brasil*”⁹⁰. Desse modo, começava a desenvolver aquilo que seria a sua grande marca dentro da imprensa carioca da Primeira República: o pseudônimo de Vagalume. Já na reportagem do dia 15 do mesmo mês, ele começa dizendo que o “frio é o maior inimigo dos vagalumes” e que nas últimas madrugadas fazia um “frio de rachar” fazendo os “vagalumes” desaparecer, exceto os de “baixa categoria, porque (coitados!), não têm domicílio!”, justificava ele. “O nosso vagalume, porém, não conta com essas coisas... e mete-se por toda a parte... com engenho e arte”, concluía ele⁹¹. Por mais que não assinasse a sua coluna, ao utilizar do termo “vagalume” constantemente para se referir aos outros notívagos e a si mesmo, ele buscava mecanismos para superar o “fenômeno da despersonalização” adotado pelos jornais do período, construindo um tom mais autoral para a coluna que escrevia. Como destaca Denilson Botelho, por mais que os jornais buscassem passar a ideia de um conteúdo homogêneo, que pertencia

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, edição da manhã, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1901, p. 1

⁹⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1901, p. 1

⁹¹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1901, p. 1

unicamente a própria folha que publicava, isso não quer dizer que autores anônimos não buscassem que suas colaborações intelectuais para esses diários não fossem reconhecidas. Botelho lembra que por mais que a “despersonalização” fosse uma imposição que predominou em vários dos jornais do período, ainda assim esse processo não se deu sem “conflitos e enfrentamentos”, uma vez que muitos desses autores reivindicaram o reconhecimento do seu trabalho. Outros, no entanto, buscaram fazer com que o reconhecimento dos leitores viesse por dentro do próprio texto. Ao adotar o termo “vagalume” e usá-lo constantemente na sua “Reportagem da Madrugada”, Francisco Guimarães encontrava uma forma de gradativamente ir sendo reconhecido pelos leitores do *Jornal do Brasil* como o responsável por redigir aquela seção.

À frente da “Reportagem da Madrugada”, Guimarães também passaria a acompanhar de perto aqueles casos que provavelmente mais tinham chamado a atenção dos leitores habituais do *Jornal do Brasil*. Depois de noticiar o bárbaro espancamento do português Manuel Marques, ele voltaria a tratar do caso nas crônicas seguintes, tendo em vista que ele ainda não havia sido solucionado. Ainda na segunda reportagem, no dia 10 de abril, ele diz que estava voltando no assunto para “levantar o nosso protesto para a mesma irregularidade contínua”. Isso porque, segundo seu relato, o jornal havia mandado um representante levar Manuel Marques a 1ª circunscrição urbana para que o delegado “visse o modo porque fora o homem espancado”. Contudo, aparentemente o representante do jornal precisou ir antes da chegada do delegado, com isso, o inspetor Pamplona, um dos envolvidos no caso, teria aproveitado e levado para prisão o carpinteiro, deixando-o “incomunicável e sem nota de culpa”. Ademais, ele também estaria sendo privado de fazer qualquer refeição, uma vez que os policiais não permitiam que os seus amigos levassem comida. Segundo Guimarães, os policiais da 1ª delegacia urbana faziam tudo isso para esconder “os vestígios do bárbaro espancamento”⁹². Já na reportagem do dia seguinte, no 11 de abril, Francisco Guimarães celebra o fato de Manuel Marques ter sido colocado novamente em liberdade, após Arthur Meira Lima, o delegado daquela circunscrição⁹³, ter lido

⁹² “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da manhã, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1901, p. 1

⁹³ Na documentação de polícia do Fundo GIFÍ presente no Arquivo Nacional, é possível identificar que o delegado da 1ª circunscrição urbana neste momento era Arthur Meira Lima. Ver: *Arquivo Nacional*, GIFÍ 6C 61.

“o protesto enérgico do *Jornal do Brasil*”. “É de se esperar que o delegado da 1^o circunscrição urbana mande apresentar Marques à repartição central da polícia. Para ser submetido a corpo de delito e providencie de modo a que não fiquem impunes os culpados do seu espancamento”, finalizava assim a coluna daquele dia⁹⁴. Por fim, depois de tanto pressionar por providências, ele compartilha com seus leitores na reportagem do dia 12 de abril, que o carpinteiro agredido em fim tinha sido submetido ao exame de corpo e delito pelos médicos da polícia. “Agora é necessário que o sr. Delegado não deixe impune o autor ou autores desse bárbaro espancamento, que apresenta uma covardia sem nome”, terminava assim a sua cobertura sobre o caso, tendo em vista que nas reportagens posteriores ele não retornaria mais neste assunto⁹⁵. O interessante deste caso, é que ao acompanhar pelas quatro primeiras reportagens o espancamento do carpinteiro português, mais do que trazer para Reportagem da Madrugada” um perfil policial, Francisco Guimarães demonstrava para seus leitores que a nova coluna também se atentava para o direito dos presos e trabalhadores, como Manuel Marques, que costumavam ser as principais vítimas da violência policial e que, muitas vezes, não tinham um espaço para se defender ou contar a sua versão do ocorrido. Esse caso também demonstrava a força do jornal e a preocupação da polícia pela maneira como os principais veículos de comunicação noticiavam os acontecimentos nas delegacias, tendo em vista que se não fosse a insistência de Francisco Guimarães em resolver o caso, talvez o carpinteiro português não fosse levado para fazer o exame de corpo e delito⁹⁶.

As denúncias feitas pelo jovem jornalista contra as arbitrariedades policiais não se limitaram, no entanto, às ocorrências dentro das delegacias. Ao circular pela madrugada, Francisco Guimarães observava irregularidades cometidas pelos policiais também nas ruas, como o tratamento violento muitas vezes usado pela polícia contra aqueles que dormiam no espaço público. Depois de denunciar o modo violento com o qual os policiais acordavam as pessoas em

⁹⁴ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1901, p. 1

⁹⁵ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1901, p. 2

⁹⁶ Analisando a documentação policial do período é possível observar a preocupação da polícia de como as suas delegacias eram representadas na imprensa. Em alguns documentos são mencionados, por exemplo, notícias de jornais, como: *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* entre outros, em que policiais e delegados se mostravam preocupados pela maneira como suas delegacias ou seu trabalho estavam sendo representados nessas folhas. Ver: *Arquivo Nacional*, Fundo GIF1 6C 61.

situação de rua do Largo de São Francisco na apresentação do seu programa, isto é, na primeira reportagem, ele volta a falar sobre a situação desses sujeitos dois dias depois. No seu testemunho, diz ter visto ali um homem de “cavanhaque aparado, de meia cartolinha” que vinha “acompanhado de soldados de polícia e alguns paisanos”, acordando os “infelizes” que dormiam ao relento. Ao relatar isso, demonstrava que as ações arbitrárias contra aqueles homens despossuídos continuavam. Com medo de ser levado na “onda”, ele revela que resolveu se afastar e sair dali⁹⁷. Isso não o impediu, entretanto, de voltar no dia seguinte e constatar como era grande o número de pessoas que dormiam nos arredores do Largo de São Francisco, tendo visto “4 indivíduos” dormindo na porta de um salão na “travessa do teatro”, mais 4 “na escadaria dos fundos da Escola Politécnica” e “nas diversas portas de casas de negócio da Rua Luiz de Camões”, segundo ele: “dormiam nada menos de treze indivíduos! ”. “Que miséria!”, concluía ele ao presenciar aquilo⁹⁸. Ao noticiar e acompanhar ao longo das reportagens o grande número de pessoas dormindo na rua ao redor do Largo de São Francisco e mostrar indignação com isso, Francisco Guimarães demonstrava para seus leitores que na sua coluna, esses sujeitos que sofriam com o descaso do poder público e que costumavam ser ignorados na grande imprensa, na sua “Reportagem da Madrugada”, eles não ficariam mais invisíveis.

Na reportagem do dia seguinte, no dia 13 de abril, ao voltar mais uma vez para o Largo de São Francisco, ele compartilhou com seus leitores que naquela noite não encontrou “ali uma só pessoa dormindo ao relento! ”. “Já um grande serviço prestou à nossa reportagem da madrugada”, celebrava ele⁹⁹. Ao afirmar que era por conta do seu serviço que aquelas pessoas haviam saído de lá, Guimarães reconhecia que a sua reportagem, apesar de pouco tempo de publicação no jornal, contribuía já para intervir socialmente sobre a realidade daqueles indivíduos pertencentes às camadas sociais mais modestas. Contudo, alguns dias depois ele descobriu que toda aquela gente havia apenas se mudado para a Travessa das Belas Artes que, segundo ele, estava sendo “transformada em dormitório ou casa de alugar quartos”. “Para essa inconveniência inclassificável, é

⁹⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1901, p. 1

⁹⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1901, p. 2

⁹⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1901, p. 1

que a polícia deve lançar as suas vistas, porque não são só os vagabundos, que ali procedem inconvenientemente, encontram-se ali também, como hoje vimos homens que deviam fazer-se respeitar”¹⁰⁰, concluía Guimarães, tentando dar dignidade aquelas pessoas que dormiam na rua, indicando para seus leitores, que entre aqueles sujeitos haviam trabalhadores que não tinham como garantir um domicílio.

De fato, durante a Primeira República não era incomum encontrar grupos de trabalhadores que, mesmo com o trabalho, ainda assim acabavam dormindo nas ruas. Era o caso muitas vezes de trabalhos temporários, como aqueles praticados por trabalhadores portuários, que como destaca a historiadora Erika Bastos Arantes, exigia uma mão de obra que era “avulsa” dependendo das “flutuações do mercado”, fazendo com que as pessoas contratadas para determinado serviço estivesse relacionada ao número de carga. Arantes lembra que quando algum trabalhador não conseguia trabalho para um determinado dia por não ter “sido escolhido pelo contratador”, este poderia ter que dormir na rua, devido à falta de dinheiro para pagar pelas “hospedarias ou estalagens” e porque a contratação para serviço “estimulava os homens a se apresentarem bem cedo na ‘parede’”, local onde eles eram selecionados pelo contratador para trabalhar ou serem dispensados¹⁰¹. Desse modo, não parece equivocado supor, que uma parte daqueles homens mencionados por Francisco Guimarães na sua coluna, que sofriam agressões dos policiais por dormir nas ruas, era formada por trabalhadores sem residência ou que não tinham como retornar para casa.

Não demorou para que as críticas de Francisco Guimarães a respeito da violência policial contra aqueles que dormiam nas ruas, reverberasse em outras partes do *Jornal do Brasil*. Junto a “Reportagem da Madrugada” do dia 17 de abril, o periódico publicou a seguinte charge:

¹⁰⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1

¹⁰¹ ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. in: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2009. p. 116 - 117.



Figura 5 - Bambino. “A cidade à noite”, *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1

A charge de Arthur Lucas, conhecido pelo pseudônimo de Bambino¹⁰², intitulada “A cidade à noite”, reforçava claramente as críticas feitas por Guimarães desde a sua primeira reportagem a respeito do tratamento dado pela polícia contra aqueles que dormiam nas ruas. Isso ficou explícito pela nota colocada no topo da imagem, logo abaixo do título, na qual se alertava: “Vide a ‘Reportagem da Madrugada’, do *Jornal do Brasil*, edição da tarde”. Na legenda da imagem, explicava-se por fim que ela tratava do modo “como são despertados, durante a noite, os infelizes que são encontrados a dormir nas ruas e praças. É desumano, mas é verdade!”. Desse modo, o *Jornal do Brasil* expandia às críticas feitas por Guimarães para outros espaços da sua folha. Vale ressaltar que charges como esta, que o *Jornal do Brasil* introduziu em suas páginas com pioneirismo¹⁰³, não só deixavam o jornal visualmente mais interessante para seus leitores, como também facilitava o diálogo com aqueles sujeitos pertencentes aos mundos do

¹⁰² Sobre o trabalho de Bambino como ilustrador do *Jornal do Brasil*, ver: FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008. p. 107

¹⁰³ *Ibidem*, p. 68

trabalho que não costumavam ter tanta familiaridade com as letras. Desse modo, ao ilustrar as críticas de Guimarães, o jornal aproximava a nova coluna daqueles que seriam seu público-alvo: os trabalhadores.

Convém mencionar, todavia, que não só de críticas às forças de segurança viveria a “Reportagem da Madrugada”. Com relação às guardas noturnas, por exemplo, muitas vezes Francisco Guimarães trazia um olhar que valorizava essas instituições. Na reportagem do dia 13 de abril, Francisco Guimarães resolveu visitar a guarda noturna da 2ª circunscrição urbana na rua do Costa, no Centro do Rio de Janeiro. O quartel era comandado pelo major Carlos Bento Serzedello que segundo o repórter era o responsável pela manutenção e boa organização da guarda, que tinha também sua escrituração “em dia, sendo notável e digno de elogios”. Ao ser convidado para escrever no livro de visitas da guarda, Guimarães termina a sua visita dizendo que saía de lá “muito satisfeito e levando a melhor impressão possível, tal é a ordem e o asseio que se notam em tudo”¹⁰⁴. Já na reportagem do dia 7 de maio, ele acabou parando no Engenho Novo, onde resolveu visitar o “quartel da guarda noturna do 1º distrito do Engenho Novo”, que estava “sob o comando do major Isaias de Assis”. De acordo com Guimarães, poderia se afirmar, “sem contestação”, que aquele quartel era “o modelo das guardas noturnas”, pois “em tudo e sobretudo nota-se atividade, vigilância, muito zelo e disciplina”. Continuando na sua descrição, ele destaca o trabalho exemplar do comandante da guarda, que fazia “ronda todas as noites”, sobretudo nas “horas mais adiantadas”, seguindo o exemplo contrário do seu colega da Candelária, isto é, do comandante da guarda de lá que “durante as noites vela no macio colchão e alvíssimos lençóis”. Seguindo na sua exploração, depois de percorrer diversas dependências da guarda com o auxílio de um ajudante, diz ter sido apresentados para ele vários documentos ali guardados. Dentre eles, constava o “registro das notícias publicadas pela imprensa com referência à guarda”, o que nos permite observar mais uma vez a preocupação da polícia e guardas noturnas com o modo que eram descritas pelos grandes jornais do período¹⁰⁵. Além desses documentos, ele diz ver também “várias fotografias não só do pessoal superior da guarda, o que

¹⁰⁴ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1901, p. 1

¹⁰⁵ Sobre o funcionamento das guardas noturnas, ver: MARQUES, Pedro Guimarães. *Morcegos e policiais: Guarda noturna e a vigilância urbana no Rio de Janeiro (1885 - 1912)*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2019.

demonstra que ao par do maior respeito há toda familiaridade fora do serviço”. Depois disso, Guimarães encontra o major Isaias, que apresenta com mais detalhes o movimento da sua guarda. Após estabelecer conversação com este homem, Guimarães deixa seu testemunho sobre aquela guarda noturna em um livro, que aparentemente era o de visitas, transcrevendo-o posteriormente na sua coluna da seguinte forma:

“Na qualidade de encarregado da Reportagem da Madrugada do *Jornal do Brasil*, tive hoje a ocasião de visitar diversos postos da guarda noturna do 1º distrito do Engenho Novo, tendo encontrado vigilantes os respectivos guardas, que foram solícitos em prestar os esclarecimentos por mim exigidos, demonstrando deste modo a grande disciplina mantida pelo digno e zeloso comandante, o sr major Isaias de Assis. Eu, que tenho analisado como representante da imprensa, o serviço de outras guardas noturnas, levo desta a melhor impressão possível, certo de que não há segunda em ordem de escrituração (...) sobretudo, em referência à disciplina. Por esse motivo, deixo aqui registrado os meus louvores ao sr. major Isaias de Assis, digníssimo comandante. — Em 7 de maio de 1901”¹⁰⁶.

Ao trazer o trabalho da guarda noturna do Engenho Novo em perspectiva positiva, ressaltando a boa organização e disciplina, Francisco Guimarães mostrava assim que, por mais que fosse crítico das arbitrariedades policiais, não deixava de lado o seu jacobinismo, reconhecendo a importância de instituições como às guardas noturnas, colocando-se do lado da ordem republicana. Por outro lado, descrever em tom positivo o bom trabalho de uma guarda era importante para manutenção do seu trabalho enquanto redator de uma coluna policial, uma vez que precisava negociar com a força policial para acessar a documentação presente nas delegacias e guardas noturnas e, com isso, trazer em primeira mão os acontecimentos que julgava mais relevante sobre a rotina policial para sua folha, atraindo os trabalhadores que se interessavam em acompanhar essas cenas do cotidiano, cujo eram próximas das suas realidades¹⁰⁷. Ao retratar de maneira cuidadosa o trabalho da guarda do Engenho Novo, depois de fazer diversas críticas ao trabalho policial e das guardas na madrugada, Francisco Guimarães demonstrava assim, que era possível se colocar ao lado dos trabalhadores, denunciando as arbitrariedades policiais cometidas contra eles, sem deixar de

¹⁰⁶ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1901, p. 1

¹⁰⁷ Ver: PEREIRA, L. A. M. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. *Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997.

defender a manutenção da ordem republicana e valorizar o trabalho das suas instituições.

Ao aproximar a série dos interesses dos trabalhadores, trazendo não apenas a rotina policial na madrugada, mas também criticando irregularidades e violências praticadas pela polícia contra esses sujeitos, não demorou para que tanto a “Reportagem da Madrugada”, como o próprio Francisco Guimarães começassem a se popularizar entre os trabalhadores que formavam o quadro de leitores do *Jornal do Brasil*. Ao passar por uma casa de molhados no Centro do Rio de Janeiro, para tomar “café e um cálice de conhaque”, enquanto escrevia a sua reportagem do dia 11 de abril, ele descobre que o dono daquele estabelecimento não aceitava que nenhuma pessoa do *Jornal do Brasil* pagasse um real de despesa, pois era a folha que ele mais apreciava. Ao agradecer o sr. José do Cabo, como se chamava o proprietário, Guimarães é perguntado por este, se era ele quem estava fazendo a “Reportagem da Madrugada”. Ao dizer que sim, o repórter escuta a seguinte resposta do seu interlocutor: “Tenho apreciado muito! Aquilo é muito interessante. Vou colecionar”¹⁰⁸. Ao compartilhar isso na sua coluna, demonstrava que, mesmo com pouco tempo de funcionamento, a série já começava a se tornar conhecida e do interesse dos leitores da folha para qual trabalhava. Dois dias depois, na reportagem do dia 13 de abril, após denunciar nas primeiras reportagens a violência policial contra os moradores em situação rua e a grande quantidade de gente dormindo ao ar livre no Largo de São Francisco, Guimarães escreveu na sua coluna que, ao passar pelo Café dos Prontos, que se localizava ali, teria escutado um homem proferir a seguinte frase: “O *Jornal do Brasil* com a tal Reportagem da Madrugada, fez desaparecer a vagabundagem que dormia por ali”¹⁰⁹. Por mais que esse depoimento reforçasse um argumento contrário ao seu, já que reverberava a ideia de que aqueles sujeitos eram “vagabundos”, ainda assim, ao trazer esse suposto relato que havia escutado, Francisco Guimarães mostrava como seus leitores já começavam a observar o poder da série de intervir sobre a realidade daqueles que eram excluídos da sociedade. Isso porque, foi após suas constantes denúncias de pessoas dormindo ao relento, que aqueles sujeitos foram retirados dali.

¹⁰⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1901, p. 1

¹⁰⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1901, p. 1

Por outro lado, não só entre os leitores dos mundos do trabalho Francisco Guimarães e a “Reportagem da Madrugada” se tornariam conhecidos. Com suas críticas e visitas às delegacias e guardas noturnas, muitos policiais dos mais baixos aos mais altos escalões passaram também a se mostrar atentos com o desenrolar da série. Ao pegar um bonde no Largo de São Francisco, no dia 19 de abril, ele diz ter tido como “companheiro de viagem”, o “capitão fiscal geral das guardas noturnas” que naquela noite havia acabado de “rondar as freguesias do Sacramento, S. José e Santa Rita”. Ao vê-lo, o homem disse que estimava encontrá-lo. Ao perguntar para o capitão se havia algo de novo acontecendo, Guimarães escutou a seguinte resposta de seu ouvinte: “Tenho apreciado e gostado imenso dos seus artigos com referência às guardas noturnas. A sua crítica tem sido severa, mas criteriosa. O senhor presta-nos um grande serviço!”¹¹⁰. Ao trazer isso para sua coluna, demonstrava que seu trabalho era reconhecido também por aqueles que muitas vezes eram o alvo da sua crítica, visto que elas eram feitas visando um melhor funcionamento da força policial e guardas noturnas durante a madrugada e, principalmente, buscando auxiliar e proteger os mais pobres que costumavam ser as vítimas do arbítrio policial.

Ao trazer esses casos, não se limitando apenas a narrar os acontecimentos envolvendo a polícia na madrugada, mas também colocando seu ponto de vista, seja criticando ou fazendo elogios, Francisco Guimarães acabava modificando a proposta inicial do *Jornal do Brasil* para a “Reportagem da Madrugada”. Se o jornal, assim como seus concorrentes, apostava na imparcialidade¹¹¹, ele desenvolvia para aquela coluna um perfil mais subjetivo e autoral. Por se mostrar atento e crítico a violência policial contra sujeitos que eram da mesma classe social que a sua, Francisco Guimarães construía um perfil singular para a “Reportagem da Madrugada”, tornando ela mais interessante para ser acompanhada pelos trabalhadores, o que facilitava, por outro lado, o seu reconhecimento entre esses sujeitos.

Ao conseguir penetrar no universo da imprensa, trazendo um perfil mais autoral para a “Reportagem da Madrugada”, com uma perspectiva que partia de um olhar vindo de baixo, Francisco Guimarães demonstrava que embora

¹¹⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1901, p. 1

¹¹¹ Ver: BOTELHO, Denilson. “Sobre objetividade e isenção no jornalismo da Primeira República”. op. cit.

houvessem as barreiras raciais e sociais do período, isso não quer dizer que homens e mulheres afrodescendentes ficavam sempre à margem, em estado de anomia social. O sucesso inicial da “Reportagem da Madrugada” entre os leitores do *Jornal do Brasil*, não se dava assim pela proposta do próprio periódico, mas pelo perfil social e racial do seu autor, que pela sua própria trajetória, demonstrava ter um olhar mais cuidadoso em relação aos trabalhadores e contra as arbitrariedades cometidas contra eles.

2. O farol das culturas negras

Em 1920, o *Jornal do Brasil* organizou um concurso entre as agremiações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro. Naquele ano, em específico, o concurso foi vencido pela Recreio das Flores, uma das sociedades carnavalescas oriundas do bairro da Saúde, que costumava agregar muitos trabalhadores afrodescendentes. A entrega da taça à sociedade “alvirrubro” como era conhecida, foi não apenas noticiada pelo jornal organizador do evento, como também ilustrada.



Figura 6 - “Recreio das Flores”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1920, p. 8

Na imagem, além dos diretores da Recreio das Flores, figurava no centro dela, com a taça em punhos, Francisco Guimarães, que representava o *Jornal do Brasil* na cerimônia. A sua escolha não se deu por acaso, naquela altura o cronista da “Reportagem da Madrugada” já figurava como um dos grandes nomes da

crônica carnavalesca da imprensa carioca¹¹². Não à toa, ele foi convidado depois pela mesma diretoria do grupo, para acompanhá-los até “a sede social, onde desejava que fosse feita a entrega solene”, ou seja, a responsabilidade de entrega da taça ao Recreio das Flores foi uma escolha feita pela própria sociedade carnavalesca, o que demonstrava o prestígio que o cronista negro já tinha naquele momento entre essas agremiações¹¹³. Não obstante, durante a década de 1920, Francisco Guimarães demonstraria que sua proximidade com as culturas negras não se limitava às atividades dos clubes carnavalescos. Ao se transferir para o jornal *Crítica* em 1929, ele passaria a cobrir uma coluna voltada para as religiões de matriz africana, intitulada: “Mistérios da Mandinga”. Na apresentação do seu programa, no dia 13 de janeiro de 1929, o cronista sublinhava a influência e o poder das mandingas, que teriam atraído a atenção até mesmo do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I, que segundo ele era também um “mandingueiro”, pois em momentos de instabilidade do seu governo, teria recorrido ao poder dos feitiços para conseguir mantê-lo¹¹⁴. Buscava demonstrar, por meio desse caso, o poder das religiões de matriz africana na construção da nação, reconhecendo a sua importância. Desse modo, iniciava a década de 1930 como um representante das diferentes práticas culturais de marca negra, o que depois se consolidaria em 1933, com a escrita de *Na roda do samba*¹¹⁵, onde também apontaria para o papel do gênero musical na construção da nacionalidade brasileira.

Vale ressaltar, no entanto, que esse movimento cujo Francisco Guimarães começaria a fazer ainda no início da sua carreira jornalística não era algo comum dentro da chamada grande imprensa. No início do século XX a cobertura da imprensa em relação às pessoas negras costumava colocá-las nas colunas policiais, associando a cor da pele à criminalidade. É o que destaca Ana Ottoni, na tese de doutorado “*O Paraíso dos ladrões*”: *crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900 - 1920)*. Segundo a autora, quando pessoas negras e pardas cometiam crimes, havia o cuidado de apontar não só o

¹¹² Ver: COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2006; PEREIRA, L. A. M. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 13-33, 2015

¹¹³ “Recreio das Flores”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1920, p. 8

¹¹⁴ Francisco Guimarães. “Mistérios da Mandinga”. *Crítica*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1929, p. 5

¹¹⁵ Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da Barriga, 2023 (1933).

perfil racial do criminoso, como também destacá-lo de maneira pejorativa, depreciando suas características físicas, algo que não costumava acontecer quando este era branco¹¹⁶. O mesmo caráter discriminatório na grande imprensa era dedicado também às culturas negras. Ao falar sobre o *Jornal do Brasil*, jornal que abriu as portas para Francisco Guimarães dentro da imprensa carioca, Antônio Herculano Lopes destaca que por mais que o jornal se intitulasse como “popularíssimo”, ele não divergia, no entanto, das outras grandes folhas com relação a “cultura popular”, sobretudo aquelas de forte marca afrodescendente. De acordo com ele, o alvo predileto do jornal seriam “as práticas curandeirísticas e de feitiçaria, como eram vistos rituais ligados a umbanda e ao espiritismo popular”, em geral associados ao charlatanismo e a desordem. Além das religiões de matriz africana, o autor destaca que outras práticas do universo afrodescendente também costumavam aparecer negativamente na folha, como a “capoeiragem, o maxixe e o samba”, sendo todos eles preocupações da folha com relação a “ordem e a moral”¹¹⁷. Nesse sentido, os olhares da grande imprensa em relação a homens e mulheres afrodescendentes e às suas manifestações culturais costumavam ser marcados pela desconfiança.

Nesse contexto, o aparecimento ocasional na imprensa comercial de matérias e crônicas que diziam respeito ao universo afrodescendente se mostrava uma exceção. Longe de expressar a legitimidade dessas tradições negras aos olhos das elites da cidade, tais matérias passavam a apresentá-las como manifestações exóticas e primitivas, que despertavam a curiosidade dos leitores habituais das grandes folhas da cidade. É o que fazia o cronista Paulo Barreto, que ao longo dos mesmos anos em que Francisco Guimarães começava a afirmar seu espaço na imprensa carioca, também viria a se destacar entre as rodas elegantes da cidade por conta de crônicas que tentavam trazer às páginas dos grandes jornais as culturas da rua, definindo um perfil narrativo que viria a se associar ao pseudônimo de João do Rio. Embora fosse ligado à alta roda carioca, ao trazer a vida pulsante das ruas e práticas da cultura popular, João do Rio teria sido o responsável por apresentar aos círculos letrados esse universo cultural até então

¹¹⁶ OTTONI, Ana Vasconcelos. “*O Paraíso dos ladrões*”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900 - 1920). Tese (Doutorado em História Social) - PPGHIS/UFF, Rio de Janeiro, 2012. p. 133

¹¹⁷ LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. p. 5

pouco conhecido pela grande imprensa. Dentre essas práticas, ganhariam destaque aquelas de forte marca afrodescendente, sobretudo em colunas como “As religiões no Rio”, escrita por ele na *Gazeta de Notícias* em 1904. Tais práticas seriam tão desconhecidas das elites da cidade, que Paulo Barreto chegou a ser atacado pelos seus desafetos pela suspeita de inventar religiões que nunca teriam existido na cidade carioca - como aquelas de “magia negra” que em tese não poderiam sobreviver ao cosmopolitismo que tomava a cidade¹¹⁸.

Embora sofresse com a oposição de alguns adversários, por conseguir trazer de perto os acontecimentos da vida cotidiana dos trabalhadores da cidade, o cronista da *Gazeta de Notícias*, ainda assim, conseguiu encontrar um filão que garantiria seu prestígio na posteridade, fazendo com que fosse reconhecido por historiadores como Antonio Edmilson Rodrigues como “o grande revolucionário do novo tempo dos jornais”¹¹⁹. Seguindo a mesma linha, Orna Messer Levin também destaca João do Rio como o poeta e cronista que traz para o jornal “a pulsão de vida existente nas ruas”, quando saía nas suas expedições à procura de “aspectos humanos” para suas colunas¹²⁰.

Já a antropóloga Julia O’Donnell, ao se debruçar sobre o trabalho de João do Rio, chama atenção para o “temperamento etnográfico” da sua produção. Segundo ela, o poeta das ruas, ao redigir colunas como “As religiões no Rio”, conseguia representar as práticas em perspectiva semelhante àquela adotada pelos antropólogos no encontro com seus “outros” – pois, baseando-se em “informantes” nativos, ele conseguiria explorar realidades “que, na condição de *outsider*, o cronista não poderia acessar por si só”¹²¹. Ao noticiar com tanta proximidade às práticas do universo cultural afrodescendente, João do Rio costuma assim, ser lembrado como um dos grandes nomes da crônica urbana do período e ficaria marcado pela historiografia, como um dos pioneiros em trazer para a imprensa as práticas recreativas e religiosas formadas majoritariamente por trabalhadores negros.

¹¹⁸ RODRIGUES, Antônio Edmilson. *João do Rio, a cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 39

¹¹⁹ Ibidem, p. 37

¹²⁰ LEVIN, Orna Messer. “A cidade e a modernidade: João do Rio”. *Remate de Males*, Campinas, (10,) pp. 21-25, 1990.. p. 22

¹²¹ O’ DONNELL, Julia. *De olho na rua: A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 107

Não parecia ser essa a opinião de Francisco Guimarães sobre seu contemporâneo. Ao lembrar e escrever sobre João do Rio em 1930, afirmou que “Paulo Barreto, de saudosíssima memória, em *Religiões do Rio*, disse pouco, inventou muito, fugiu sempre à verdade e ridicularizou bastante”¹²². Com isso, explicitava seu descontentamento com o sucesso alcançado por João do Rio, apontando para a perspectiva exterior e preconceituosa de seus relatos sobre as culturas negras.

No artigo “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”, Leonardo Pereira aponta Francisco Guimarães como um dos responsáveis por fazer com que as culturas negras ganhassem mais espaço dentro da imprensa e no debate público durante a Primeira República, contribuindo inclusive para o processo de exaltação e nacionalização do samba que viria a se afirmar na década de 1930. De acordo com o autor, esse processo se iniciaria ainda nas primeiras reportagens escritas por Guimarães dentro da imprensa, no qual ele cobriria práticas culturais afrodescendentes, porém se diferenciando de outros cronistas contemporâneos, como o próprio João do Rio, uma vez que ao retratar essas práticas ele não adotava o mesmo estranhamento que o repórter da *Gazeta de Notícias*, procurando desta maneira trazer a perspectiva própria dos “notívagos” e “boêmios” que cruzavam seu caminho¹²³.

Assim como Pereira, ao falar sobre os cronistas do Carnaval carioca, Eduardo Granja Coutinho também observa as diferenças do trabalho de Francisco Guimarães em relação a João do Rio. O autor declara que, ao falar dos cordões carnavalescos, por exemplo, João do Rio se mostrava “simpático”, porém assumia uma posição elitista, retratando-os muitas vezes de maneira sensacionalista e com certa dose de paternalismo¹²⁴. Já Francisco Guimarães, ao cobrir o cotidiano dos clubes, traria para a sua reportagem “a fala de alguém afetivamente ligado às pequenas sociedades carnavalescas”. Deste modo, Coutinho argumenta que a diferença de Guimarães em relação a João do Rio, era de que seu relato vinha “a

¹²² Vagalume (Francisco Guimarães). “Minha opinião”. In: Jota Efegê. *O Cabrocha: meu companheiro de farras*. Rio de Janeiro: Casa Leuzinger, 1931. Prefácio apud COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. op. cit. p. 95

¹²³ PEREIRA, L. A. M. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 69, p. 13-33, 2015. p. 18

¹²⁴ COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2006. p. 93

partir de dentro”, isto é, mais do que noticiar essas práticas era ele também um praticante delas¹²⁵.

Embora Pereira e Coutinho apontem para a importância do trabalho de Francisco Guimarães na valorização da cultura negra dentro da grande imprensa, ambos não chegaram a demonstrar, por dentro das suas crônicas, como se deu esse processo. Tendo isso em vista, o presente capítulo acompanhará as crônicas escritas por Francisco Guimarães entre 1901 e 1904 para mostrar como ele, utilizando-se da polifonia e polissemia própria à imprensa comercial do período, pode ter contribuído para trazer novas perspectivas em relação às culturas negras nos grandes jornais da cidade, antes mesmo de literatos como João do Rio, cujo esse movimento costuma ser associado.

2.1. A pagodeira noturna

Na madrugada do dia 4 de maio, ao andar pelo Largo de São Francisco cobrindo a “Reportagem da Madrugada” do *Jornal do Brasil*, Francisco Guimarães foi reconhecido por um leitor. Ao encontrá-lo, este resolveu convidar o cronista para visitar o baile do Democráticos – uma das sociedades carnavalescas mais elitizadas e elegantes do período¹²⁶. Nas palavras do seu interlocutor, o baile seria “um sucesso nunca visto nos anais das sociedades carnavalescas”, o que convenceu Francisco Guimarães a seguir para a festa. Na crônica em que relatava sua entrada nos salões, ele contava a seus leitores que sua “admiração começou logo na escadaria”, devido à “bela e artística ornamentação”. “O grande salão dos Democráticos estava lindíssimo”, argumentava ele, destacando ainda a grande quantidade de “bandeiras e flores” no clube, que prometia realizar um baile que seria “feérico”. Como representante de sua folha naquela festa, Francisco Guimarães não deixaria ainda de apontar a relação do jornal para qual trabalhava com essas sociedades elegantes – afirmando ter visto no baile “um belo escudo em homenagem ao *Jornal do Brasil*”, o que atestava a atenção já usual da grande imprensa aos eventos de clubes elegantes como o Democráticos¹²⁷. Mostrava, com

¹²⁵ Ibidem, p. 94

¹²⁶ Sobre o perfil das sociedades carnavalescas do período, ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹²⁷ Ver: “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1901, p. 1

isso, a grande familiaridade dos homens de imprensa com os eventos promovidos por esse tipo de clube – sendo o próprio Francisco Guimarães sócio dos Fenianos, outra das grandes sociedades carnavalescas da cidade.

De fato, era frequente no noticiário recreativo da folha uma cobertura atenciosa de todos os “grandes bailes” de clubes como os Democráticos, em notícias que costumavam destacar as “fantasias elegantes” neles presentes¹²⁸. Ao tratar daquele baile em sua coluna, no entanto, Guimarães fugia um pouco do foco nas ações policiais que marcava o perfil inicial dela, abrindo sua atenção para os bailes noturnos realizados pelos clubes carnavalescos da cidade. Se partia para isso de uma agremiação que costumava ter um espaço privilegiado dentro da imprensa carioca, sendo já reconhecida pelos leitores habituais do jornal, em pouco tempo esse impulso o levaria a tratar de outros bailes menos refinados – como aqueles realizados nos bairros habitados por trabalhadores negros e de baixa renda. Em crônica publicada poucos dias após seu relato sobre o baile dos Democráticos, Francisco Guimarães contava que estava na noite anterior na praça Onze de Julho sem saber qual “destino tomar”, até que encontrou um “amigalhão” que dizia estar a sua procura com intuito de levá-lo em um baile no “Saco do Alferes”, na Cidade Nova. Inicialmente, Francisco Guimarães, reverberando os possíveis preconceitos de seus leitores, diz não fazer “fé” e não gostar muito “daqueles bairros”, por achá-los “perigosíssimos” - reproduzindo desta forma, em termos discursivos, a narrativa do restante da grande imprensa que colocava em suspeita os bailes das regiões majoritariamente negras. Não obstante, ao escutar do seu interlocutor que se tratava de uma “agremiação de operários admiradores do *Jornal do Brasil*”, Francisco Guimarães chamava a atenção de seus leitores para o fato de que aquele também era um público potencial da folha, o que o levou a seguir para festa. “Basta dizer que se trata de uma agremiação de operários para que eu não deixe de atender”, complementava ele, construindo desta maneira uma explícita marca popular para sua coluna, que se voltava para este público¹²⁹.

Ao chegar no local do baile, o cronista explicou que ele acontecia na “sede do Grêmio Recreativo Vinte e Quatro de Fevereiro, onde a Sociedade Beneficente

¹²⁸ Ver: “Democráticos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1900, p. 3; “D. C. Democráticos: grande baile”. *Jornal do Brasil*, edição manhã, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1900, p. 2. “Os Democráticos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1902, p. 3.

¹²⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1901, p. 1

Proteção Operária, dava um magnífico baile em homenagem à data de 13 de maio e para solenizar a posse da nova diretoria”. Ao destacar que o baile homenageava o 13 de maio, data que marcava o décimo segundo aniversário da abolição da escravidão, sendo frequentemente celebrada pelos pequenos clubes dançantes de forte presença negra¹³⁰, Guimarães mostrava aos seus leitores que os trabalhadores afrodescendentes que compunham o clube estavam atentos à data que simbolizava a conquista de sua liberdade. Frente a esta composição social e racial singular, no entanto, Francisco Guimarães fazia questão de afirmar para seus leitores que “foi cavalheirescamente recebido pelo sr. Campos, presidente do 24 de Fevereiro”, além de ter presenciado uma chuva de “cerveja e discursos” naquela festa que havia sido “magnífica”. Ao destacar o bom tratamento recebido no baile, apresentar a diretoria e realçar que a festa foi “magnífica”, ele dava o mesmo tratamento para um baile operário que costumava ser dado aos bailes elegantes. Ao trazer um olhar de desconfiança sobre os bailes da Cidade Nova e depois exaltar o baile operário na região, Francisco Guimarães se utilizava da polissemia que marcava os grandes periódicos do período para dar forma a um texto que, se por um lado contemplava os preconceitos dos leitores habituais do jornal, que podiam se reconhecer na desconfiança que ele afirmava em relação aquela zona, não deixava de relativizá-lo a partir de uma perspectiva diversa, que levava em conta as experiências e expectativas dos participantes daquela festa. Com procedimentos como estes, Francisco Guimarães fazia da “Reportagem da Madrugada” um espaço diferenciado na folha, na qual os eventos promovidos por esses trabalhadores pretos e pardos eram tratados com a mesma dignidade e deferência antes reservada aos clubes mais ricos.

Diferente da narrativa empregada por Francisco Guimarães era a de João do Rio ao falar sobre os clubes carnavalescos. Embora tenha sido um dos pioneiros na organização dos “Concursos de Cordões”, promovidos em 1906 pela *Gazeta de Notícias*¹³¹, ainda assim não deixava de trazer um olhar elitizado a respeito da folia dos trabalhadores. Em 1905, trabalhando pela *Gazeta de Notícias* e com a ajuda de um feiticeiro, ele visitou um “Afoxé”, como era conhecido o

¹³⁰ MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição no Rio de Janeiro (1888 - 1908)*. Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2023.

¹³¹ COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. op. cit. p. 93

“carnaval africano”, no Clube Rosa Branca, localizado na rua dos Cajueiros¹³². Ao falar dos “cordões negros”, como aquele, João do Rio se refere a eles como “bárbaros”, além de “suarentos esgoelando melopeias com a cara pintada e lagartos e cobras vivas no braço”. Tratava dessa maneira, de forma totalmente exótica e preconceituosa os cordões carnavalescos formados por trabalhadores negros. Ao entrar no Rosa Branca, o cronista até aponta para alguns pontos positivos, como a organização e regras daquela sociedade carnavalesca. Contudo, ao falar sobre o “Samba”, que “como o batuque” teria vindo da África Central, o cronista da *Gazeta de Notícias* voltava a tratá-los de maneira bestializada. Isso fica evidente no seu relato, quando ao apontar para empolgação dos “negros e mulatos” ao dançarem o samba, afirma que eles saíam “desse bárbaro exercício com as tíbias escorrendo sangue”. Na continuação do seu testemunho, afirmava ver aquela dança como “uma orgia feroz e sanguinária”, reforçando desta maneira alguns estigmas da grande imprensa em relação aos bailes negros. Por fim, João do Rio conclui sua visita ao Afoxé do Rosa Branca, associando o “cérebro africano” ao atraso. Adotava deste modo, uma postura de superioridade frente às culturas negras e um olhar extremamente preconceituoso em relação às pequenas sociedades carnavalescas de perfil afrodescendente.

Alguns anos depois, ao escrever sobre um cordão que passava pela rua do Ouvidor em *A alma encantadora das ruas*, o cronista o apresentava da seguinte maneira para seus leitores:

“O cordão vinha assustador. A frente um grupo desenfreado de quatro ou cinco caboclos adolescentes com os sapatos desfeitos e grandes arcos pontudos corria abrindo as bocas em berros roucos. Depois um negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro. Em seguida gorgolejava o grupo vestido de vermelho e amarelo com lantejoulas d’ouro a chispar no dorso das casacas e grandes cabeleiras de cachos, que se confundiam com a epiderme num empastamento nauseabundo. Ladeando o bolo, homens em tamancos ou de pés nus iam por ali, tropeçando, erguendo archotes, carregando serpentes vivas sem os dentes, lagartos enfeitados, jabutis aterradores com grandes gritos roufenhos”¹³³.

¹³² João do Rio. “Afoché”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1905, p. 1 e 2.

¹³³ João do Rio (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas/ The enchanting soul of the streets*. Rio de Janeiro: Ed. Cidade Viva (Coleção River of January), 2010 (1908). p. 248.

João do Rio misturava uma narrativa de horror e sensacionalismo ao analisar o cordão que observava passando. É possível averiguar isso, a partir de adjetivos usados por ele que claramente tinham o intuito de desqualificar a festa carnavalesca. Frases como: “o cordão vinha assustador”, os “berros roucos” ou a descrição de que vinha um “negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche”, que estava gotejando “suor”, corroborava uma ideia de bestialização daqueles sujeitos envolvidos na realização do cordão. Ademais, ao continuar afirmando que ali tinha homens carregando “serpentes vivas sem os dentes, lagartos enfeitados, jabutis aterradores com grandes gritos roufenhos”, também apontava para um olhar de exotismo sobre essas práticas compostas em sua maioria por trabalhadores negros e pardos. Em outra passagem do livro, João do Rio afirmava que, apesar do “calor” da multidão, corria nele “um frio de medo”, já que se encontrava no meio de uma “confluência” que para ele era “perigosa”¹³⁴, reforçando a ideia de que cordões poderiam apresentar riscos para aqueles que se aventuravam neles. Sendo assim, por mais que muitas vezes se mostrasse “simpático” a festa popular, não deixava de assumir uma posição de superioridade frente a ela¹³⁵.

Era tentando fugir de narrativas como estas de João do Rio, que os clubes carnavalescos formados por trabalhadores negros, definiam muito claramente a boa postura que deveria ser adotada pelos seus sócios nos seus estatutos¹³⁶. Mesmo assim, precisavam muitas vezes negociar com a polícia e com a imprensa, para tentar mudar as imagens negativas que costumavam ser projetadas sobre eles. Foi o que aconteceu com a Estrela da Aurora, sociedade carnavalesca que era formada por trabalhadores e que teve um baile seu noticiado pelo jornal *A Noite*, em novembro de 1906, sob o título de “Música e... pancadaria”¹³⁷. Na descrição do baile, o periódico ressaltou que o clube era “foco de desordens”, sendo responsável pelas “constantes” correrias que aconteciam na rua onde ficava sua sede. Naquela noite em si, o jornal mencionou que a sociedade em questão teve sua licença cassada após um sócio, de nome José Martins Ribeiro, ter sido supostamente agredido por outros dois sócios, ficando por conta disso com

¹³⁴ Ibidem, p. 260

¹³⁵ COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. op. cit. p. 93

¹³⁶ Ver: *Arquivo Nacional*, GIF 6C 64.

¹³⁷ “Música e... pancadaria”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1906.

“algumas escoriações nas faces”. Após agredido, o sócio resolveu prestar queixa na 8ª circunscrição urbana fazendo com que alguns policiais se dirigissem para o local, onde teriam supostamente sofrido desacato por parte do presidente e tesoureiro do clube, que se encontravam “excitados pelo álcool”. Ao fim do caso, o jornal comemorava mais uma vez a cassação da licença daquele “barulhento congresso”, se referindo a festa daquela sociedade carnavalesca apenas como um espaço de ruídos e sons irritantes.

No dia seguinte, no entanto, os sócios do clube procuraram a redação d’ *A Noite* para desmentir a notícia anterior. Ao receber os sócios da Estrela da Aurora na sua redação, o jornal admite que a matéria publicada um dia antes tinha sido construída com base nas informações fornecidas pela 8ª circunscrição. Ao escutar a versão dos membros do clube, a folha destacou que se tratava de uma sociedade que funcionava já há 13 anos e que nunca havia dado “lugar a intervenção de autoridade”, sendo seu salão frequentado por “cavalheiros decentes e famílias consideradas”. Com isso, ao ouvir o outro lado, o periódico alterava radicalmente a sua versão sobre o acontecimento, dizendo que o que havia ocorrido de fato era que um sócio teria desrespeitado uma das damas no salão do clube, sendo por conta disso, posto para fora do mesmo. Do lado de fora, um dos parentes da moça resolveu tirar satisfação, o que acabou na agressão do tal sócio. Este depois, se dirigiu para a 8ª circunscrição, onde denunciou o caso. Porém, de maneira injustificável, de acordo com o periódico, a polícia resolveu prender todos os diretores da referida sociedade¹³⁸. Fato é que, somente após procurarem a redação do jornal, que os diretores da Estrela da Aurora conseguiram mudar a maneira com que a sua sociedade estava sendo representada pela imprensa. O caso da Estrela da Aurora demonstra assim, o papel que a imprensa poderia desempenhar a favor ou contra a manutenção desses pequenos clubes, já que foi recorrendo a própria imprensa que seus sócios conseguiram desmentir a notícia que associava o clube a barbárie.

O caso dos bailes formalmente organizados era, porém, apenas uma das várias práticas recreativas dos trabalhadores afrodescendentes da cidade que a coluna de Francisco Guimarães passaria a valorizar. Para além destes bailes carnavalescos, ele passava a tratar com frequência cada vez maior de musicalidade negra, expressa em sambas, choro e os lundus que costumavam ser

¹³⁸ *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1906.

vistos sobretudo nos bairros onde residiam trabalhadores pretos e pardos. Essa narrativa adotada pelo cronista da madrugada de valorizar as festas em bairros de grande presença negra, nem sempre se repetia em outros espaços da mesma folha. Ao falar da Gamboa, outro bairro de grande presença negra, em 26 de dezembro de 1900, o *Jornal do Brasil* destacava que ali havia “desordeiros conhecidos e capoeiras audazes”. Indivíduos que, segundo a folha, representavam um perigo sobretudo nas “festas de carnaval”, porque era nesses “três dias de folguedos” que eles exerciam “as suas vinganças”, dando a entender que esses sujeitos aproveitavam a época festiva para cometer crimes. Para complementar a sua crítica, a folha relatava que no dia anterior, durante o Natal, esses “indivíduos da pior espécie, dançavam em um samba, ao som de pandeiros e chocalhos”, quando foram interrompidos por dois policiais que rondavam a região, por entender que a música perturbava “a ordem”, mandando os homens que tocavam “terminar com aquilo”. “Os homens do samba”, no entanto, se recusaram a cessar a música e teriam mandado os praças irem embora, o que iniciou uma briga com facas e revólveres entre os policiais e os membros do cordão, culminando na retirada dos praças para pedir reforços, já que os capoeiristas “eram em número superior a 30”. No fim, após ver a chegada de reforços, os “desordeiros puseram-se em fuga, atirando-se ao mar”¹³⁹. Ao se referir a aqueles sujeitos como criminosos e ao relacionar o seu samba (neste momento entendido ainda como os batuques, uma tradição negra desde o período da escravidão¹⁴⁰), a algo que ia contra a ordem, o *Jornal do Brasil* ajudava a reforçar preconceitos a respeito das práticas culturais e de lazer comuns aos trabalhadores afrodescendentes. Nesse sentido, por mais que a folha adotasse um perfil editorial em favor dos trabalhadores, não deixava de reverberar os mesmos preconceitos que suas concorrentes com relação às culturas negras¹⁴¹.

Bem diferente desta era a postura de Francisco Guimarães frente a este tipo de prática. Um dia antes de noticiar o baile no Vinte e Quatro de Fevereiro, ele andava pelo bairro da Piedade tomando notas para a sua reportagem do dia 13

¹³⁹ “Grande conflito na Gamboa”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1900, p. 2

¹⁴⁰ Ver: PEREIRA, L. A. M. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933)*. Campinas, SP: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Editora edUERJ, 2020.

¹⁴¹ Sobre o perfil editorial do *Jornal do Brasil* no período, ver: FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008; LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006; SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

de maio. Significativamente, Francisco Guimarães conta ter encontrado na estação de trem do bairro um certo Félix Bastos Carnaúba, músico dos subúrbios conhecido pelo apelido de “Vovô das Crianças” e também popular na “rodas dos baianos”, onde costumava ser conhecido como “Felix Rochinha”¹⁴². Ao vê-lo, Francisco Guimarães adiantava para seus leitores: “temos forrobodó!... Que bela madrugada vai ter o *vagalume!*”. Assim que percebeu a presença do repórter da madrugada, o músico resolveu convidá-lo para “um pagode ali em uma casa”. Inicialmente o cronista recusa a oferta, pois naquela noite teria “muito trabalho” para fazer. Entretanto, mudou de ideia após escutar do seu interlocutor, que este não aceitaria “desculpas” para não aceitar o convite. “Em vista de tal intimação”, Guimarães diz que não encontrou “outro remédio senão tocar a rica marcha para o lugar que o Vovô indicasse”. Além do músico, havia “outros rapazes que o acompanhavam”. Ao segui-los, Francisco Guimarães percebe rapidamente que se tratava de um grupo de músicos, resolvendo por isso apresentar cada um deles para seus leitores. “Que belas harmonias!”, argumentava ele, mostrando-se encantado com a música do grupo. Dentre os músicos, o que mais encantava com seu talento era Eduardo das Neves, um “conhecido cancionista” que carregava o violão e cantava “canções chiques” que deixavam todos “cheios de contentamento”. Como destaca a historiadora Martha Abreu, “Crioulo Dudu”, como também era conhecido Das Neves, foi um dos grandes músicos-cantores negros da Primeira República¹⁴³. Segundo Abreu, mais do que contribuir com modinhas e lundus que faziam sucesso, sua música ecoava, por um lado, como um canto patriótico e que valorizava o regime republicano, por outro, oferecia também um repertório que “valorizava os não brancos, das coisas crioulas, mulatas e morenas”¹⁴⁴, sendo deste modo, um grande contribuinte para a valorização do negro na música durante a Primeira República. Ao narrar esse

¹⁴² “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1901, p. 1. Sobre os baianos no Rio de Janeiro e a proliferação do samba na capital federal, ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Acontece que sou baiano”: identidades em Santana - Rio de Janeiro, no início do século XX”. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUN, Sidney (orgs.). *Trabalhadores da Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, S.P: Editora da Unicamp, 2009.

¹⁴³ Ver: ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890 – 1920)”. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 92 – 113, jan. / jun. 2010 e ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Niterói: Eduff, 2020.

¹⁴⁴ ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890 – 1920)” op. cit. p. 94

encontro casual com o músico negro que seguia para uma festa e que era um representante da causa afrodescendente no país, justamente em um 13 de maio, Francisco Guimarães apontava, de maneira velada, para a celebração da abolição entre homens e mulheres afrodescendentes. Ainda que, no seu texto, o cronista afirmasse que se tratava apenas da comemoração do “aniversário natalício de d. Maria Duque Leitão, uma excelente senhora muito conhecida e estimada naquela localidade”.

Ao chegar no local, ele contava a seus leitores que a casa onde acontecia a festa “estava repleta”, atestando tratar-se de um evento popular na região. Os motivos desta popularidade estavam, provavelmente, na animação das músicas. “Os músicos executaram uma polca e todos começaram a desembaraçar as pernas e mostrar-se alegres, porque tristezas não pagam dívidas”, relatava o cronista, testemunhando que a festa corria assim na “maior animação”. Por fim, Eduardo das Neves aproveitou para cantar algumas de suas canções, cujo tiveram os títulos mencionados por Guimarães na sua coluna. O cronista aproveitava também para fazer propaganda do próximo show de Eduardo das Neves, que aconteceria na quarta-feira “no *Teatro Coliseu*, na praça Onze de Junho”, onde ele teria outra oportunidade de mostrar às músicas do seu “grande repertório”. Ao ressaltar o talento musical de Eduardo das Neves, fazendo propaganda das suas músicas, Francisco Guimarães contribuía deliberadamente para promover o trabalho do músico negro, que era conhecido no mundo das ruas, mas que ainda não contava com a mesma popularidade dentro da imprensa carioca. Vale ressaltar, que posteriormente o próprio Francisco Guimarães seria memorialista de Das Neves, após o falecimento do cantor em 1919, aos 45 anos¹⁴⁵. Sendo assim, ao destacar o talento do “Diamante Negro” - como ele mesmo apelidaria futuramente o músico¹⁴⁶ - mais do que usar a série para começar a construir a sua carreira dentro da imprensa, Guimarães passava usá-la também para promover o trabalho de outros sujeitos como ele.

¹⁴⁵ “A morte de Eduardo das Neves”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1919, p. 3.

¹⁴⁶ Além de ser memorialista do trabalho de Eduardo das Neves e dedicar várias homenagens póstumas ao cantor, Guimarães também ajudou o músico negro a compor algumas de suas músicas, além de dedicar uma seção inteira do *Na Roda do Samba para ele*. Ver: ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890 – 1920)”. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 92 – 113, jan. / jun. 2010. p. 97. Ver também: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Niterói: Eduff, 2020; Vagalume (Francisco Guimarães). “O Diamante Negro”. *Na roda do samba*. Tipografia São Benedito, Rio de Janeiro, 1933. p. 81-100.

Não eram apenas os artistas já renomados como Dudu das Neves que recebiam destaque nas crônicas de Francisco Guimarães. Na reportagem do dia 13 de junho, no qual relata um passeio noturno pela Praça da Aclamação (Campo de Santana), ele destaca ter encontrado “um grupo com pandeiros e outros instrumentos próprios para a esquisitíssima dança que apreciadores chamam — de velho”¹⁴⁷. Ao insinuar certo estranhamento em relação àquela prática, o cronista parecia dialogar com o possível desconhecimento sobre ela por parte de seus leitores mais ilustrados, pois se tratava de um tipo de dança bem conhecido para entusiastas do carnaval como ele. Caracterizada por movimento rápidos das pernas, em agilidade que contrastava com a máscara de velho usada pelos que dançavam, tal dança de velho era associada desde o final do século XIX às práticas corporais negras, como a própria capoeira – como evidenciava a definição dela escrita no começo do século seguinte por um homem de letras, para o qual a “dança de velho” era entendida como uma referência à capoeira¹⁴⁸. O cronista destaca ainda que, junto ao grupo, havia também algumas mulheres que usavam “saias cheias de bicos, muito largas, envolvendo o corpo em um pano da Costa d’África”, sublinhando a africanidade das vestimentas e contemplando novamente o olhar de exotismo dos círculos letrados, o que era uma forma de convidar essas pessoas interessadas em descobrir mais sobre esse universo a acompanhar a sequência das crônicas. Deste modo, Francisco Guimarães indicava aos seus leitores que se tratava de mais uma das práticas negras que costumavam aparecer na grande imprensa relacionadas à violência e ao barbarismo, tanto no *Jornal do Brasil* quanto nas folhas concorrentes¹⁴⁹.

Ao falar mais sobre o grupo, ele destacou que tratava-se de músicos ligados a ritmos sincopados, que voltavam de uma festa na casa de João Flautim, um “músico do Exército e também da polícia”, que era conhecido pelos contemporâneos como “um farrista de fama”, que pela sua maneira de “se expressar naquele minúsculo instrumento, que era o flautim”, ficou conhecido

¹⁴⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1901, p. 2

¹⁴⁸ Ver: Raul Pederneiras. *Geringonça Carioca: verbetes para um dicionário da gíria*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1946. p. 26

¹⁴⁹ “Grande conflito na Gamboa”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1900, p. 2; “Gynasio de música”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1901, p. 1; “Remador sanguinário”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1902, p. 2; “Tentativa de assassinato”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1900, p. 2; “Capoeiras”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1900, p. 2.

desta forma¹⁵⁰. O cronista compartilhou ainda que, “em certa ocasião apareceu um mocinho de cor parda, cabelos cortados rente”, que assim que se deparou com o grupo, teria dito: “Bravos! Estou gostando do corretismo!”. Era outro membro do “bando”, que começava a interagir com os outros presentes, até que outro homem, que segundo o cronista aparentava ser o “chefe do cordão”, adiantou-se e “desmanchou” a música que estava sendo composta por ele. Após esse ato, ambos teriam desenvolvido a seguinte discussão transcrita por Guimarães:

— Ora, você é um canalha!
 — Canalha, por quê?
 — Porque não foi à casa do João *Flautim*.
 — Fizeram *serão* na oficina...
 — Não sabes o que perdeste...
 — Por quê?
 — Um choro medonho!
 — Quer saber de uma coisa? Não gosto dessa história de polca, valsa e quadrilha. Comigo, você já sabe, é no *adufe* velho.
 — Houve também samba. Na sala da frente, já sabe, o respeito era grande, mas na dos fundos... ah! meu irmão, nem te conto nada!...
 Nunca vi um *guisado* tão gostoso!...
 — E bóia?
 — Havia em penca... Você sabe que o João Flautim quando dá uma brincadeira em casa não olha às pelegas que se vão”¹⁵¹.

Ao abrir a crônica para fala dos músicos, além de trazer a própria perspectiva desses sujeitos em relação às suas festas, Francisco Guimarães também demonstrava para seus leitores a complexidade desses bailes. Ao transcrever a conversa, apontava para como havia elementos tradicionais, como os antigos batuques, tocados com “adufes”, muitas vezes relacionados ao primitivismo, que ainda se faziam presentes nessas festas e tinha também seus defensores. Por outro lado, ao indicar que ali se tocava: “polca, valsa e quadrilha”, ritmos em circulação no espaço Atlântico¹⁵², o cronista externava como esses sujeitos também estavam atentos ao cosmopolitismo do período, assumindo deste modo um caráter moderno para seus bailes. Ao trazer isso para sua coluna, demonstrava o esforço por parte dos trabalhadores que organizavam esses bailes, de se distanciar dos estigmas associados aos seus festejos, que os tratavam como primitivos. Esse esforço fica ainda mais evidente na fala final de um dos músicos,

¹⁵⁰ Ver: PEREIRA, L. A. M. *Ecos Noturnos*, p. 301 apud Alexandre Gonçalves Pinto, *O choro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978 (1936), p. 198.

¹⁵¹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1901, p. 2

¹⁵² Ver: PEREIRA, L. A. M. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933)*. Campinas, SP: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Editora edUERJ, 2020.

que afirmava que a comida “havia em penca” e que o anfitrião, quando dava uma “brincadeira” em casa, não via “às pelegas que se vão”. Relatando isso na “Reportagem da Madrugada”, Francisco Guimarães contribuía claramente para dar notoriedade a músicos menos conhecidos, como João Flautim, responsável pelo baile que estava na boca dos membros do grupo.

Francisco Guimarães não era, àquela altura, o único a levar aquele tipo de baile para as páginas dos grandes jornais e revistas da cidade. Alguns anos antes, o ilustrador Raul, em desenho publicado no jornal *O Mercúrio*, representava de maneira própria um desses bailes, descrito por ele como um “choro na Cidade Nova”:



Figura 7 - Raul. “Scenas da vida carioca: chôro no Sacco do Alferes”. *O Mercúrio*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1898, p. 2

Na charge é possível observar que se trata do mesmo tipo de evento que apareceria anos depois na crônica de Francisco Guimarães. A pequena orquestra, as danças de par e as dobras nas pernas dos que dançavam evidenciavam que ali se executavam justamente aqueles ritmos sincopados que marcavam a festa descrita pelo cronista na “Reportagem da Madrugada”. Some-se a isso os traços afrodescendentes de alguns dos presentes no baile e o perfil social modesto dos presentes - com exceções como o “Seu Antônio da venda da esquina”, o dono de um pequeno estabelecimento comercial que é retratado como figura de destaque na festa. O ilustrador deixava evidente também a preocupação dos participantes em usar vestimentas elegantes, tal como nos bailes de sociedades refinadas - ainda que os participantes destes bailes fossem representados como distantes deste refinamento pretendido, como sugeriam vários dos elementos do desenho. A começar pela palavra “polca” que era grafada por ele como “a porka”, em uma tentativa de mimetizar a oralidade de negros que tentavam se apropriar daquela

musicalidade moderna. O pano que cobre a mesa do canto esquerdo, do mesmo modo, se encontra todo remendado e com rasgos, indicando que de fato se tratava de uma festa de pessoas de baixa renda. No outro canto da imagem, o autor reforçaria ainda mais essa ideia ao representar os chapéus deixados pelos convidados ao entrar no local, em cima de um pequeno banco de madeira ao invés de um cabideiro, como seria nos bailes mais chiques. Por fim, no mesmo lado na parte superior da imagem, aparecem um grupo de homens virando copos e com várias garrafas sobre a mesa, o que servia como um indicativo de que bailes formados por trabalhadores negros, como costumavam ser esses no Saco do Alferes, poderiam ser propícios a bebedeira sem moderação. Desse modo, o ilustrador d'*O Mercúrio* trazia os bailes dos trabalhadores partindo de um olhar elitizado, que optava por fazer galhofa deles e tratá-los como espaços de vícios, reverberando algumas das ideias sobre as culturas negras que marcavam o cientificismo próprio do período, que definia negros e mestiços como sujeitos avessos à civilização¹⁵³.

Francisco Guimarães, por outro lado, mais do que incorporar essas experiências em suas crônicas, optava por adotar uma posição explicitamente respeitosa em relação a elas, diferindo do modo pelo qual elas costumavam até então aparecer nos jornais, o que voltou a fazer na reportagem do dia 22 de junho, que tratava de uma nova caminhada noturna pela Praça da Aclamação. Ele conta que, enquanto caminhava, avistou “um indivíduo que lá apareceu empunhando o seu violão”, que por isso foi logo “aclamado”. “Horas bem agradáveis nos proporcionou o trovador”, confessava ele, dando destaque às “modinhas chorosas” e aos “lundus jocosos”, que faziam parte do repertório “inesgotável” do cantor¹⁵⁴. Como já era um padrão em suas crônicas, Francisco Guimarães se utilizava mais uma vez do seu espaço no *Jornal do Brasil* para promover as práticas culturais dos trabalhadores de baixa renda da cidade. Posição bem diferente de João do Rio, que ao falar sobre os “músicos ambulantes” em *A alma encantadora das ruas*, afirmava que “quase todos os músicos ambulantes e aventureiros ganham rios de dinheiro, vivendo uma vida

¹⁵³ SCHWARCZ, Lilia. “Uma história de ‘Diferenças e Desigualdades’”. As doutrinas raciais do século XIX”. in: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 43-65.

¹⁵⁴ Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1901, p. 2

quase lamentável”, associava deste modo, o trabalho artístico desses cantores ao dinheiro fácil, a vadiagem. Na continuação, o poeta das ruas afirmava que esses músicos de rua, como pessoas nascidas naquele “século de vaidades”, só conseguiam regular “os seus ideais entre a pretensão, o alto juízo do próprio valor e o número de moedas da coleta”. Nesse sentido, João do Rio atribuía a esses músicos a ideia de que eram incapazes de pensar para além do dinheiro que precisavam acumular, de modo a garantir a sua sobrevivência diária¹⁵⁵.

Francisco Guimarães não se limitaria, no entanto, a dar só espaço a essas práticas, tratando também de defender sua qualidade e mostrar o pensamento crítico desses sujeitos. Na continuação de sua reportagem sobre o trovador da Praça da Aclamação, ele ressaltou que havia ali alguns policiais, que supostamente teriam a tarefa de dizer ao músico que “os serenistas eram expressamente proibidos”. Como estariam “gostando da coisa”, no entanto, eles nada fizeram – sugerindo para seus leitores que a música era tão boa que até os agentes repressivos resolveram apreciá-la. O curioso é que, de acordo com o cronista, a modinha que era cantada pelo trovador era uma crítica ao aumento das passagens de trem da Companhia São Cristóvão, e a própria polícia aparecia nela representada “em tom áspero”. Alguns dias antes o próprio *Jornal do Brasil* publicou algumas charges celebrando as manifestações dos trabalhadores contra o aumento das passagens da Companhia São Cristóvão, que de acordo com o jornal sofriam uma injustiça¹⁵⁶. Sendo assim, mais do que afirmar o talento do músico de rua, Francisco Guimarães fazia questão de também dar destaque ao tom crítico da sua música - mostrando como através da arte esses trabalhadores não deixavam de se posicionar e reclamar contra os problemas que os atingiam diretamente.

Francisco Guimarães bem sabia que a atitude daqueles policiais da Praça da Aclamação estava longe de ser a regra. Em outras de suas crônicas, o próprio cronista fazia questão de tratar de situações que envolviam a repressão policial ao lazer dos trabalhadores da cidade, em especial aqueles relacionados às culturas negras. Na reportagem do dia 3 de julho, mais uma vez o repórter da madrugada caminhava pela Praça da Aclamação quando resolveu parar em um café. Ao tomar nota do que acontecia em sua volta, ele diz ter notado que ali havia “um grupo

¹⁵⁵ João do Rio (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas/ The enchanting soul of the streets*. Rio de Janeiro: Ed. Cidade Viva (Coleção River of January), 2010 (1908). p. 202.

¹⁵⁶ Julião Machado. “Rolo, rolhas e balas: Peça fantástica em três quadros e meio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1901, p. 1

numeroso de baianos e baianas, que vinham de um *samba* em casa da baiana Isabel” que era a “mãe de João Flautim, morador à rua Senador Pompeu”, o mesmo citado na crônica do dia 13 de junho. Curioso com a presença daquela gente, Guimarães resolveu mais uma vez afinar seus ouvidos, para poder escutar o que diziam os baianos, transcrevendo o diálogo destes da seguinte maneira:

“— Isabé foi muito feliz, porque o samba correu sem havê baruío nem desordi.

— Ó xentes! tinha graça... para a casa da rapariga e no dia do seus anos fazê lambança.

Neste momento, um deles começou a bater no pandeiro e entoou uma chula, cujo estribilho era este:

Eu não quero que ninguém me seja

Bebida boa é a cerveja

‘Eu não quero que ninguém me veja;

Bebida boa é a cerveja’.

Todo aquele pessoal caiu no *batuque*, até que chegou a patrulha de cavalaria.

— Vamos lá! Vamos lá! Deem uma volta nisso!...

Eles silenciaram e seguiram cada um para o seu lado, depois de tomar, para despedida, a última dose de parati”¹⁵⁷.

No trecho citado, mais uma vez Francisco Guimarães construía uma narrativa polissêmica, tentando atrair o interesse de diferentes tipos de leitores para sua crônica. Isso porque iniciava o relato copiando o que supostamente escutava, trazendo os erros de fala dos interlocutores, o que para leitores das classes mais altas poderia funcionar como elemento satírico e para reforçar caricaturas sobre os mais pobres e negros, tendo em vista que, como destaca Tania Alkmim, a transcrição oralizada era usada na imprensa para indicar o perfil negro do autor da fala¹⁵⁸. Por outro lado, também deixava evidente a repressão aos batuques, tendo em vista que bastou o grupo começar a cantar e batucar para que a patrulha de cavalaria acabasse com a festa. Assumia, portanto, uma posição em favor dos trabalhadores negros ao transcrever na sua coluna a própria perspectiva desses sujeitos, que se mostravam contentes pelo “samba” que eles participaram ter ocorrido “sem barulho” ou “desordem”, além de mais uma vez, abrir sua coluna para divulgar a canção dos músicos.

¹⁵⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901, p. 1

¹⁵⁸ ALKMIM, Tania. “Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX”, em I.S. Lima e L. do Carmo (orgs.), *História social da língua nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, pp. 247-264.

Ainda que seu foco inicial fosse outro, Francisco Guimarães conseguiu, através deste tipo de postura, fazer do lazer dos trabalhadores negros um dos eixos principais de sua “Reportagem da Madrugada”. Ao cobrir de perto festas e bailes patrocinados por esses sujeitos, o cronista usava o espaço que tinha dentro do *Jornal do Brasil* para dialogar com diferentes públicos. Para a elite letrada, o cronista apresentava o desconhecido universo cultural dos bailes negros, em relatos permeados pelas formas tradicionais de representação racializada desse tipo de prática. Ao fazer isso, no entanto, ele afirmava a legitimidade daquele tipo de prática dançante, dando a ver sua feição moderna para um público acostumado a pensá-los como espaço de barbarismo. Desse modo, construía para a “Reportagem da Madrugada” um ambiente de negociação dentro da grande imprensa, em que a pagodeira noturna ganhava destaque não por brigas e confusões, mas pela organização, talento dos músicos, variedade musical e manutenção da ordem.

Foi esse perfil singular que garantiu, desde o início, o sucesso da série e a popularidade do cronista entre os grupos afrodescendentes da cidade. O mesmo sucesso, no entanto, levou ao desaparecimento daquela coluna, que teve sua última crônica publicada no dia 27 de julho de 1901. Frente ao destaque alcançado com a “Reportagem da Madrugada”, Francisco Guimarães passou a ser disputado pelas redações da cidade, passando a partir daquele momento a fazer parte da redação do jornal *A Tribuna*. Depois de aproximadamente quatro meses, a série chegava prematuramente ao fim. Longe de expressar algum tipo de fracasso ou desinteresse do público, este fim atestava, desse modo, a força da novidade representada pelo modo através do qual ele deu forma a suas crônicas, que trouxeram para as páginas dos jornais sujeitos que só costumavam a aparecer neles se fosse nas páginas policiais. Mesmo sem assinar esta coluna, Francisco Guimarães conseguiu assim promover, através dela, uma das maiores transformações pelas quais passava a imprensa da cidade desde as últimas décadas do século XIX – apontando para um tipo de jornalismo popular que passava a interessar aos próprios trabalhadores da cidade, garantindo seu espaço como jornalista ao longo dos anos seguintes.

2.2. Ecos dos bailes

Depois de anos trabalhando no *Jornal do Brasil*, o sucesso obtido nos quatro meses de “Reportagem da Madrugada” serviu como passe para o cronista negro se aventurar na redação de outro jornal. No início de 1904, ele chegava ao periódico *A Tribuna*, no qual não demoraria para assumir uma nova coluna. Intitulada “Ecos Noturnos”¹⁵⁹, ela se iniciava no dia 10 de março de 1904, com proposta semelhante àquela da “Reportagem da Madrugada”. A diferença fundamental entre elas estava no reconhecimento de sua autoria. Se a série escrita por Francisco Guimarães no *Jornal do Brasil* não chegava a ser assinada, levando o cronista a demarcar sua autoria no próprio texto, nas crônicas em que se apresentava como um vagalume – na nova série de fato nasceria o pseudônimo de Vagalume, com o qual passava a assinar aquelas crônicas. Para além desta diferença formal, no entanto, a continuidade entre as duas séries se expressava primeiramente no próprio subtítulo da segunda, que se apresentava também como uma “Reportagem da Madrugada”. Ademais, Vagalume (como passaria a ser conhecido Francisco Guimarães a partir de então) faria questão de marcar, na apresentação do programa que faz em sua primeira crônica¹⁶⁰, que ela era a continuação do seu trabalho anterior – afirmando que “certamente, os numerosos leitores d’*A Tribuna* dirão que não descobrimos a pólvora ou que a nossa nova reportagem é coisa velha”, se referindo ao trabalho no *Jornal do Brasil*. Em resposta a estes leitores, entretanto, ele usa uma anedota supostamente dita por Solano Lopes durante a Guerra do Paraguai, que dizia “aos seus comandados que quem morresse em Humaitá ressuscitaria em Assunção!”. Depois disso ele complementa: “eis o que aconteceu ao fosfórico inseto, ao luminoso inseto que subscreve estas linhas. Morremos na rua Gonçalves Dias para ressuscitar na bela e encantadora rua do Ouvidor!”. A rua Gonçalves Dias era onde ficava a sede do *Jornal do Brasil*, enquanto na do Ouvidor ficava *A Tribuna*. Desta maneira, ao afirmar que morria na rua do seu antigo jornal e ressuscitava na rua do seu novo local de trabalho, Guimarães deixava evidente para os contemporâneos que a nova coluna era o retorno ao trabalho iniciado três anos antes. Se restava alguma dúvida, ele fazia questão de esclarecer dizendo: “ora, portanto, a quem disser que

¹⁵⁹ A versão do “Ecos Noturnos” utilizada neste trabalho foi a transcrição da coluna feita pelos professores Leonardo Pereira e Mariana Costa, presente no livro: VAGALUME. *Ecos Noturnos*. PEREIRA, L. A. M.; COSTA, Mariana (org.). Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2018.

¹⁶⁰ Sobre a estrutura da crônica, ver: CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; L. A. M.; PEREIRA (Orgs.). *História em cousas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, S.P: Editora Unicamp, 2005.

a invenção não é nossa, diremos apenas que a obra é a do mesmo autor...”¹⁶¹. Com isso, marcava para os leitores que era ele, como Vagalume, que voltava a jogar seu brilho sobre os acontecimentos da madrugada em uma nova folha.

Assim como a primeira coluna, a “Ecos Noturnos” também tinha a questão policial como uma temática importante dentro da sua proposta. Não à toa, na sua primeira descrição, ao começar sua exploração pelo Stadt München – um restaurante da praça Tiradentes que se autointitulava “restaurante da moda” e se gabava por oferecer “preços moderados” – ele afirmou que “não há quem ignore que é ali o ponto de reunião dos delegados e suplentes policiais quando terminam as funções nas casas de espetáculos”¹⁶². Ao começar a sua exploração noturna desta forma, já indicava para seus leitores que o cotidiano da polícia continuaria a tomar parte das suas crônicas. De fato, não é difícil encontrar na grande imprensa do período reportagens que ligavam o restaurante à presença de policiais e militares. A *Gazeta de Notícias*, em setembro de 1904, destacava um caso de desavença entre um “anspeçada” e um “soldado do 10º batalhão de infantaria” que na noite do dia 13 de agosto daquele ano teriam realizado “um conflito” na porta do restaurante¹⁶³.

Ao continuar falando do Stadt München, Vagalume destaca para seus leitores que ele acabou chegando “muito cedo lá e por conta disso, só conseguiu encontrar “um delegado”. Era, segundo ele, “o de uma delegacia urbana, vizinha da polícia central...” que comia sua refeição. O cronista fazia questão, no entanto, de destacar para seus leitores que a despesa havia sido paga pelo “Moisés, um dos antigos ornatos do largo do Rocio, atual solicitador do nosso foro e coproprietário de um maxixe da rua do Espírito Santo”. Desse modo, fazia questão de destacar a relação da polícia com os proprietários dos locais em que danças de perfil afrodescendente aconteciam, como os maxixes, que costumavam ganhar espaço na imprensa sendo relacionados a brigas, exotismo ou à promiscuidade¹⁶⁴. O próprio maxixe da rua do Espírito Santo receberia outras menções nas folhas da

¹⁶¹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

¹⁶² Ver: “Stadt Munchen”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1900, p. 4 e Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

¹⁶³ Sobre o caso envolvendo o Stadt München, ver: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1904, p. 1

¹⁶⁴ Ver: TOPINE, Matheus. *Os requebros do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro (1880 - 1915)*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

grande imprensa, tendo seus bailes relacionados a conflitos. Em 1904 mesmo, a *Gazeta de Notícias* tratou de uma briga generalizada e sangrenta que teria ocorrido no local. “Trocaram-se bengaladas e sopapos durante muitos minutos e a charanga, por mais forte que tocasse, não conseguia abafar o ruído produzido pela peleja”, afirmava o autor da reportagem, tentando demonstrar para seus leitores o quanto violento poderia ser aquele espaço. O conflito só teria se encerrado depois que “dois lutadores” se feriram mais gravemente, “João de Andrade, com a cabeça partida” e “Raul Claudino de Freitas” que recebeu um “golpe de faca no joelho”. Se utilizando de termos sensacionalistas, a *Gazeta de Notícias* reforçava assim uma visão que barbarizava os frequentadores do maxixe e legitimava a intervenção policial nesses locais¹⁶⁵. Tendo em vista esses estigmas que eram projetados para os maxixes, como o da rua do Espírito Santo, ao citar que Moisés teria pago o jantar do delegado, Francisco Guimarães trazia na sua coluna de abertura às negociações entre os responsáveis por esses bailes e a força policial. Complexificava deste modo, a relação entre esses indivíduos, demonstrando como elas eram construídas no cotidiano da madrugada.

Na continuação da apresentação do seu programa, Francisco Guimarães destaca que o “Stadt München continuará a ser foco dos maiores escândalos da meia-noite em diante”. A justificativa era de que “raríssimo o dia que não há por ali um charivari qualquer”, que seriam provocados pelo excesso de álcool¹⁶⁶. Logo depois, o cronista relata que ali houve um “turumbamba”, ou seja, uma discussão na hora do fechamento do restaurante que culminou na intervenção do “alferes de cavalaria rondante do Exército”. “O mais engraçado é que ouvimos dizer que a guarda civil não se metia, porque não fora criada para tais coisas, o que nos faz crer que ela não presta para coisa alguma”, afirmava Vagalume, demonstrando desse modo, que ao continuar tratando a polícia na madrugada, ele também manteria no “Ecos Noturnos”, o olhar crítico sobre o trabalho dos policiais, cujo ele já adotava no serviço de reportagem anterior. Valorizava, por outro lado, o esforço de autoridades policiais em tentar melhorar a instituição quando afirmava que, apesar de não ver “grande utilidade da grande guarda civil”, reconhecia a “boa intenção do dr. Cardoso de Castro, digno chefe de polícia, quando a

¹⁶⁵ “Dois conflitos”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904, p. 4

¹⁶⁶ Sobre a explicação do termo charivari e a sua realização na Europa, ver: DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

inaugurou”¹⁶⁷. Ao relatar isso, embora mantivesse seu olhar crítico em relação à polícia, continuava também, por outro lado, negociando com ela por dentro do seu texto.

Fazendo seu movimento pelos espaços de sociabilidade dos trabalhadores na madrugada, como cafés e restaurantes, Vagalume visitaria ainda outros dois locais ao final de sua crônica de abertura. Tratava-se do Café Ministro, inaugurado naquela mesma madrugada, cujo pavilhão havia sido “armado na escadaria dos fundos da Escola Politécnica” e o restaurante da “Tia Teresa”, localizado ali próximo no Largo de São Francisco. Diferentemente do Café Ministro, o restaurante da Tia Teresa não era uma novidade para o cronista. Ao lembrar do seu início de carreira jornalística no *Jornal do Brasil*, no livro: *Na roda do samba*, Francisco Guimarães relatou ter vivido um episódio em que o jornal estava fazendo aniversário. Em celebração, ele junto a outros colegas teriam levado a redação do periódico para o restaurante da Tia Teresa, baiana que, segundo ele, era famosa por dar festas na sua casa que “sempre tiveram seu nome na história” de tão boas. Além das festas, no entanto, ela era famosa entre os contemporâneos pela venda de comida baiana começando com tabuleiro na rua, que de tão “grande” parecia um “verdadeiro restaurante”, até de fato abrir o restaurante. De acordo com o cronista, os pratos de Tia Teresa faziam tanto sucesso entre os membros da redação, que até Fernando Mendes de Almeida, um dos proprietários do *Jornal do Brasil*, teria ido conferir a comida e revelado que estava “doido” para acompanhar o restante da redação naquele evento¹⁶⁸. Ao trazer isso no seu livro de memórias, Francisco Guimarães construía uma imagem vitoriosa do restaurante e da sua proprietária, que teria encantado os membros do *Jornal do Brasil* com sua culinária baiana de matriz africana. Valorizava assim, a culinária afrodescendente.

Essa memória vitoriosa do restaurante, no entanto, já começava a ser construída diretamente no “Ecos Noturnos”. Na sua crônica de abertura, ao chegar no local, o cronista destacou que, naquela noite, a “freguesia não parecia lá das mais baratas”, uma vez que “no pequeno espaço ali existente”, ele teria contado “nada menos de oito carros e três tálburis”. Sendo assim, apontava para uma

¹⁶⁷ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1904.

¹⁶⁸ Ver: Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da barriga, 2023 (1933), p. 99.

narrativa que buscava demonstrar como o restaurante recebia também clientes de condições sociais não tão modestas. Para reforçar a ideia da variada clientela do local, ele argumentava que a cozinheira “não sabia como atender a tantos fregueses ao mesmo tempo”. Ao trazer na crônica de abertura o restaurante da tia Teresa, mais do que começar a construir uma memória de valorização do trabalho da baiana, Francisco Guimarães mostrava que esses espaços, como bares, restaurantes e cafés, que recebiam a presença de muitos trabalhadores afrodescendentes e que tinha um cardápio recheado de comidas que remetiam a culinária africana e baiana, ganhariam protagonismo no “Ecos Noturnos”.

Ao divulgar o programa do “Ecos Noturnos” chamando atenção para a rotina policial na madrugada, além do olhar crítico sobre o trabalho desses agentes, cotidiano dos bares, restaurantes e cafés que funcionavam até depois da meia noite, Francisco Guimarães construía um caminho para sua nova coluna muito parecido com o que havia sido feito anteriormente. Ademais, ainda que de maneira velada e tímida, trazia para o programa da série às experiências de forte perfil negro na madrugada, ao jogar luzes sobre o maxixe da rua Espírito Santo e o Restaurante da Tia Teresa, que além do seu negócio, fazia sucesso também pelas festas que organizava¹⁶⁹.

Nas crônicas subsequentes Vagalume se debruçaria mais efetivamente sobre formas de lazer características do universo dos trabalhadores afrodescendentes. Se na “Reportagem da Madrugada” ele começava a trazer o cotidiano dos pequenos clubes carnavalescos durante a madrugada, nos “Ecos Noturnos” ele passaria a moldar a coluna efetivamente para esta temática, cobrindo a organização dos bailes. Poucos dias depois da sua crônica de abertura, Francisco Guimarães resolveu visitar o bairro do Catumbi, pela crônica do dia 14 de março. Ao chegar no bairro, ele decidiu visitar a sede do Iaiá Me Deixa, um clube carnavalesco que havia sido formado recentemente por trabalhadores de baixa renda, que ficava na rua dos Coqueiros¹⁷⁰. O cronista começou sua visita dizendo que aquele era o “cordão cheio de graça, alegre e espirituoso que durante os três dias de folgedos carnavalescos em homenagem a Momo soube conquistar

¹⁶⁹ Idem

¹⁷⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1904, p. 1; “Grupo Yayá me deixa”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1905, p. 2

as simpatias e os aplausos dos habitantes do Catumbi”¹⁷¹, demonstrando desde o início certa admiração pelo clube. Ao chegar na sua sede, Vagalume compartilhou com seus leitores que lá ele encontrou o presidente e secretário do grupo. Depois de pedir para seu secretário pegar um “vinho do Porto” para o jornalista, o presidente que atendia pelo nome de Juvenal, teria ficado contando sobre os “sucessivos progressos” daquela sociedade carnavalesca, tendo o cuidado de relatar “minuciosamente todo o sucesso que o grupo obteve no Carnaval”. Desse modo, o presidente do Iaiá Me Deixa aproveitava a presença de Francisco Guimarães na sede do clube para fazer propaganda dos feitos da sociedade, além de também ter aproveitado a oportunidade para cantar “uma chula” que teria feito um “sucessão” naquele Carnaval, cujo foi transcrita pelo cronista na sua coluna, abrindo ela deste modo para divulgar a produção musical do clube. Após compartilhar a música cantada no Carnaval pelo grupo, Vagalume destacou as múltiplas funções desenvolvidas por Juvenal, que além de presidente da agremiação, era cantor, compositor e “mestre de pancadaria”, isto é, responsável por tocar instrumentos como “tamborins, pandeiro e chocalhos”, demonstrando o engajamento dos membros dessas agremiações com às atividades desenvolvidas por elas. Por fim, ele ainda destacou que Juvenal teria feito um brinde saudando *A Tribuna*. Ao frisar isso na coluna, fazia propaganda para a folha que trabalhava, tentando demonstrar o reconhecimento dela entre os membros dos clubes.

Esse esforço por parte do presidente da agremiação em contar o seu sucesso não era algo particular dos membros do Iaiá Me Deixa. Como chama atenção o historiador Leonardo Pereira, no início do século XX era muito comum ver sócios de sociedades carnavalescas procurando jornalistas e as redações dos grandes jornais, seja para que estes noticiassem os seus bailes nas folhas, seja para desmentir ou simplesmente contar a sua versão da história, quando esses clubes apareciam na imprensa de maneira negativa¹⁷². Além disso, esses clubes também precisavam negociar constantemente com a polícia, para conseguir as concessões de licença para funcionamento¹⁷³. Logo, ter uma boa imagem na imprensa

¹⁷¹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1904.

¹⁷² Ver: PEREIRA, L. A. M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História (São Paulo)*, v. 35, n. 99, 2016.

¹⁷³ Sobre os pedidos de licença, ver: *Arquivo Nacional*, GIF1 6C64.

demonstrava ser uma preocupação das diretorias desses clubes para garantir a sobrevivência desses espaços.

Ao divulgar os sucessos do Iaiá Me Deixa no Carnaval, dando voz aos seus próprios representantes, Vagalume começava a demonstrar para seus leitores, que o “Ecos Noturnos” poderia servir como um desses espaços dentro da imprensa de negociação e divulgação do trabalho da diretoria desses clubes. Na mesma madrugada que visitou a sede da agremiação do Catumbi, após deixá-la e perambular por outras áreas da cidade, ele acabou parando na praça Onze de Junho, onde visitou o baile organizado pelos “Paladinos”, clube da Cidade Nova formado por trabalhadores e que costumavam ganhar destaque pelos bailes que realizavam, sendo considerados “uma vitória” pelo *O Paiz* às festas que o clube dava para seus “sócios e convidados”. Já o *Jornal do Brasil* descrevia como “deslumbrante e arrebatador” o baile dos Paladinos¹⁷⁴. Embora essas folhas valorizassem os bailes dos Paladinos, faziam isso através de pequenas notas, não entravam de fato no salão. Perspectiva diferente seguia Francisco Guimarães, que começava a sua visita a sede do clube destacando que o baile daquela noite “ia animadíssimo!”. “Tudo ali dentro daqueles salões era alegria e prazer”, complementava o cronista demonstrando satisfação com a festa. Ao falar sobre as mulheres, Vagalume destaca que “as raparigas loucas de amor caíam naquele cançã, naqueles requebros do maxixe, que era um gosto vê-las”. Ao comentar isso, conseguia fazer propaganda do baile sem deixar de apontar para a sensualidade feminina da dança, como era comum na pena de outros homens da imprensa que associavam o maxixe a promiscuidade¹⁷⁵. Mantinha deste modo, a sua negociação com os interesses dos diferentes leitores da sua coluna. Sobre a diretoria do Paladinos, Guimarães relata que ela “mostrava-se extremamente entusiasmada com a grande festa”, demonstrando a satisfação dos organizadores do evento em conseguir produzir uma bela festa para seus sócios. A celebração era tão animada, que um dos presentes teria afirmado: “nunca vi um baile tão bom!”. Apesar de adotar uma narrativa que, assim como outras folhas, valorizava o baile do Paladinos, esse relato de Vagalume tinha um ponto diferencial: o de

¹⁷⁴ Ver respectivamente: “Colomy Club”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1902, p. 3 ; “Clube dos Paladinos da Cidade Nova”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1902, p. 4.

¹⁷⁵ TOPINE, Matheus. *Os requebros do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro (1880 - 1915)*. op. cit. p. 17

colocar o seu leitor dentro do baile, trazendo todos os detalhes daquilo que supostamente observava no salão da agremiação da Cidade Nova. Essa se mostrava uma estratégia narrativa com intuito de puxar tanto os trabalhadores pertencentes a este universo, como aqueles que eram distantes dele, a acompanhar às suas aventuras noturnas na visita aos bailes.

Essa estratégia ficava ainda mais evidente na sua saída do baile do Paladinos, quando ele lançou a seguinte questão para seus leitores: “haverá no Rio de Janeiro quem ainda não gozasse das grandes sensações de uma pagodeira noturna?”, logo depois ele mesmo responde dizendo:

“Juramos que não haverá uma só pessoa que diga que não. Ir a um baile carnavalesco, depois tomar um carro aberto, atravessar as principais ruas da cidade com o cérebro esquentado pelos vapores alcoólicos e o coração transbordando de amor pela odalisca que trazemos ao nosso lado. Eis o que infalivelmente acontece depois de um baile em sociedade carnavalesca”¹⁷⁶.

Com esse comentário, Vagalume reafirmava a sua posição em favor dos bailes carnavalescos. Mais do que isso, ao falar em andar com “carro aberto” pelas ruas da cidade, bebendo e na companhia de uma dama, ele direcionava o seu discurso também para realidade social das classes médias e elite urbana, tentando atrair esses sujeitos para conhecerem mais de perto as festas noturnas protagonizadas por trabalhadores negros e pardos. Enquanto em outras colunas esses bailes da madrugada ainda eram criminalizados, atribuindo a eles a ideia de que eram espaços de desordem, o cronista negro, por outro lado, fazia questão de expor a boa sensação que esses bailes causavam nele, trazendo alegria para sua madrugada.

Ao começar a trazer os bailes carnavalescos para o “Ecos Noturnos”, Francisco Guimarães buscava estreitar a sua relação com esses espaços visitando mais de uma vez alguns desses clubes. Depois de visitar o Paladinos pela crônica do dia 14 de março, o cronista voltaria para o salão daquela sociedade na madrugada do dia 4 de abril de 1904. De acordo com ele, o baile do Paladinos daquela madrugada estava “bom e quente” e, embora a “banda de música” estivesse “um tanto fraca” na sua opinião, a “pancadaria” - se referindo não a violência e sim a animação causada pelo barulho dos instrumentos - teria sido “mais forte”. A festa teria sido tão animada, segundo o seu relato, que os

¹⁷⁶ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1904.

convidados conservavam “bem grata recordação do baile de Sábado de Aleluia...” (a crônica foi escrita na segunda-feira). “No fim da festa a coisa ficou assim mesmo, porque não há festa sem foguetes, nem música sem pancadaria... com pessoal travesso!”, concluía assim outra passagem pelo baile dos Paladinos ressaltando para seus leitores, como na primeira ida, o quanto divertida era a festa proporcionada pelos trabalhadores que formavam aquela sociedade carnavalesca. Ao destacar novamente de maneira positiva o baile do Paladinos, mais do que estreitar relações com as diretorias desses clubes, Francisco Guimarães passava também a afirmar certa filiação com essas sociedades.

Essa representatividade era construída crônica a crônica com as constantes visitas feitas por ele aos clubes. Na mesma noite em que visitou pela segunda vez o baile do Paladinos, ele seguiu direto para os Arcos da Lapa, onde outro clube, os Repentinos, davam um “magnífico e imponente” baile. “Boa música, muita ordem, boas mulheres, muita alegria, fina pilhéria e lauta mesa”, era como ele descrevia o baile daquela sociedade carnavalesca, mais uma vez adotando uma narrativa que buscava atribuir não só o lazer proporcionado por esses espaços, mas também a “ordem”, que de acordo com seu relato era “muita” dentro deles¹⁷⁷. Ao ir de um baile para outro, abordando de maneira cuidadosa o esforço das diretorias desses clubes, Vagalume demonstrava para seu público a diferença do tipo de cobertura realizada por ele em relação àquela feita por concorrentes, como João do Rio. O poeta das ruas até trazia essas experiências de perto, porém adotando certo estranhamento, narrando os acontecimentos de maneira sensacionalista e preconceituosa, reforçando olhares que bestializavam e tratavam com exotismo essas práticas e seus representantes, como fez na cobertura do baile do Rosa Branca e do cordão da rua do Ouvidor¹⁷⁸. Na contramão dessa ideia, ao apontar para uma narrativa que dava dignidade aos bailes e festas de perfil afrodescendente, Francisco Guimarães deixava de ser um mero simpatizante desses bailes, para gradativamente se tornar um porta-voz dessas agremiações dentro da grande imprensa.

¹⁷⁷ Sobre o baile do Paladinos e Repentinos no “Ecos Noturnos”, ver crônica: Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1904

¹⁷⁸ Ver respectivamente: João do Rio. “Afoché”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1905, p. 1 e 2 e João do Rio (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas/ The enchanting soul of the streets*. Rio de Janeiro: Ed. Cidade Viva (Coleção River of January), 2010 (1908). p. 248

Não por coincidência, ao fazer sua exploração noturna pelos “Ecos Noturnos”, Francisco Guimarães era reconhecido pelos seus leitores e convidado a entrar em festas, seja elas nos bailes dos clubes - como a da crônica do dia 18 de abril, em que foi convidado a ir ao baile dos Destemidos Diamantinos¹⁷⁹ - como também aquelas realizadas nas próprias residências dos trabalhadores. Na sua reportagem do dia 21 de março, ao passar na rua dos Artistas em Vila Isabel, Francisco Guimarães descobre que ali tinha um forrobodó, que acontecia na casa número 24. Tratava-se da casa de Manuel Luís Afonso, “operário da fábrica de tecidos Confiança”, que dava a festa em homenagem ao “aniversário natalício de seu filho Chiquinho”. Segundo ele, “a pagodeira estava completa, porque música e bóia não faltavam”, indicando para seus leitores que além de boa música, a festa também contava com fartura de comida. Ao se aproximar mais da celebração, o cronista diz ter encontrado “o major Dias Jacaré”, que claramente era um leitor seu, tendo em vista que, ao vê-lo, gritou: “Vagalume! Bravos! Tem mesmo que tomar alguma coisa”. Ao ser reconhecido, Vagalume teria chamado a atenção dos outros convidados, inclusive do anfitrião da festa, que teria dito que o cronista não queria participar dela por se tratar “de uma casa de operário”. Ao escutar isso, Francisco Guimarães compartilhou que ele foi obrigado a entrar no local, “para que ficasse provado que o Vagalume era despido destas formalidades”, tentando demonstrar para seus leitores a relação de proximidade com as festas operárias. Ao entrar, diz ter chegado na “hora do grude”, pois era o momento que a comida era servida aos convidados, tendo ele à “preferência para a primeira mesa”, onde se sentou junto com o “major Jacaré e o Paranhos”, este último conhecido como “Baiano”¹⁸⁰. Ao compartilhar com seus leitores que ele ficou na primeira mesa, mostrava desta maneira como já era não apenas conhecido, como também admirado entre os trabalhadores que organizavam os bailes, a ponto de receber um lugar especial na mesa de convidados.

Apesar do seu posicionamento a favor dos bailes, sejam eles nos clubes ou em casas dos trabalhadores, isso não quer dizer que Francisco Guimarães não adotasse uma posição crítica em relação a alguns deles. Na mesma crônica do dia 21 de março, ele diz visitar “um maxixe da rua do Espírito Santo, de propriedade

¹⁷⁹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1904.

¹⁸⁰ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 21 de março de 1904

de Ventura & Moisés”, cujo já havia mencionado dias antes na sua crônica de abertura¹⁸¹. Sobre o baile, ele diz ter sido “animadíssimo”, todavia lamentava que em meio a alegria haveria “bofetão em penca, pontapés a valer e cacete com fartura”. Ao pontuar isso, Vagalume negociava novamente com seus leitores mais elitizados, que costumavam ter esse tipo de olhar sobre os maxixes que ocorriam pela cidade. Na continuação do seu texto, ele ainda chamava a atenção do “dr. chefe de polícia”, para acabar com aquela “desordem”, pois para ele “um homem pacato e morigerado não vai divertir-se ali, receoso de perder a própria vida”. “Longe não está o dia em que tenhamos de noticiar um assassinato ocorrido no tal maxixe de Moisés e do Ventura”, afirmava ele adotando uma narrativa semelhante àquela citada anteriormente da *Gazeta de Notícias*, que atribuía ao mesmo maxixe da rua Espírito Santo, a ideia de que ali seria propício a violência e a práticas criminosas¹⁸². Desse modo, por mais que se colocasse como defensor dos bailes, não deixava de apontar a importância da ordem e moralidade para ele nesses espaços. Não obstante, ao seguir no seu texto, ele não deixava de esclarecer para seus leitores que:

“Não queremos dizer que sejamos contrários a tais bailes. Não senhores; eles representam uma necessidade como outra qualquer, porque nem todos gostam das danças familiares, como nem todos podem pertencer a uma sociedade carnavalesca. Assim, pois, o maxixe é uma necessidade, mas sendo frequentado por um pessoal ordeiro, ou que os desordeiros respeitem ao menos os donos da casa, o que justamente não acontece no maxixe da rua do Espírito Santo, porque os donos não têm força moral. Acabe-se com aquilo de uma vez”¹⁸³.

Ao fazer essa afirmativa, o cronista reforçava sua posição contrária à permanência do maxixe da rua Espírito Santo e também pela manutenção da ordem. Por outro lado, não deixava de marcar que seu posicionamento era contra apenas aquele espaço em específico, tendo em vista que, ao falar dos bailes de maxixe de maneira mais ampla, não deixava de pontuar que ele não era contrário “a tais bailes”, pois via eles como “uma necessidade” pelo fato de fazer parte do lazer de muitos trabalhadores, que gostavam da dança ou que não tinham meios

¹⁸¹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1904

¹⁸² “Dois conflitos”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1904, p. 4

¹⁸³ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 21 de março de 1904. Sobre a questão de moralidade dentro dos maxixes, ver: PEREIRA, Juliana da Conceição. *A era do maxixe: a história social de uma dança nacional (1870-1930)*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

para ser sócios de uma “sociedade carnavalesca”. Sendo assim, mesmo defendendo abertamente o fechamento do maxixe da rua Espírito Santo, não deixava de sinalizar a importância dos bailes de maxixe para homens e mulheres pertencentes aos mundos do trabalho, reconhecendo a validade dessas festas para a diversão dos trabalhadores. Com isso, mantinha sua descrição polifônica e polissêmica, problematizando alguns desses bailes, contemplando o olhar dos seus pares da imprensa, que coloca em suspeita as festas de perfil afrodescendente. Sem deixar, por outro lado, de tomar o cuidado de reafirmar a sua posição ao lado das formas de lazer comuns aos trabalhadores negros, cujo ele mesmo costumava ser um frequentador assíduo.

Utilizando-se dessas estratégias narrativas que faziam parte da estrutura dos jornais do período, Vagalume conseguia se comunicar com diferentes públicos leitores trazendo a vivência dos bailes que frequentava para o jornal, muito antes de cronistas como João do Rio. Mais do que fazer esse movimento, cujo havia iniciado ainda na “Reportagem da Madrugada”, no “Ecos Noturnos” ele passava também a desenvolver um perfil de representante dessas agremiações e bailes negros. Contudo, os bailes e festas de perfil afrodescendente não seriam as únicas culturas negras trazidas por Guimarães em suas crônicas.

2.3. Por dentro dos feitiços

No dia 10 de julho de 1902, o *Jornal do Brasil* publicou na sua primeira página, uma longa matéria falando sobre uma operação policial que interveio sobre uma casa na rua Senador Pompeu, onde uma mulher conhecida como Bernardina, que era “preta e baiana”, praticava feitiçaria. Ao começar a noticiar o caso, o autor dizia que tudo aquilo era “triste”, pois assim ficava evidente o quanto poderia chegar uma “crença estúpida”, que poderia “trazer os mais funestos resultados”, até mesmo a morte¹⁸⁴. Ao seguir na sua descrição, o autor usava adjetivos negativos a respeito das pessoas que se encontravam dentro da casa. Uma mulher chamada Cecília que se encontrava na residência é descrita como uma “fanática” e “meretriz”. Outra moradora, Maria da Cruz Cordeiro Carvalho era retratada como uma menina de onze anos que estaria “esquelética”, “esfomeada” e com o “corpo picado de bexigas”. Desse modo, o jornal associava

¹⁸⁴ “Bruxaria”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1902, p. 1

o fanatismo, promiscuidade, insalubridade e doenças às crenças de matriz africana. Ao continuar a matéria, o autor separou uma seção para falar sobre um suposto “quarto da mandinga”, onde se praticavam diversas “bruxarias”. Após abrir a porta do quarto, o repórter dizia vir um “cheiro nauseabundo”. “O espetáculo que nos esperava era simplesmente maquiavélico”, dizia ele, reforçando para o leitor a ideia de que tudo ali era ruim. Ao ser interrogada pelo delegado, Bernardina teria dito que tudo aquilo era “santos e bentinhos” que sua mãe “trouxe das terras da África, de onde ela era oriunda”. Contudo, tanto para a polícia como para o redator da notícia, aqueles eram objetos malignos que foram sendo despejados do quarto. Ao final da busca, Bernardina, junto com seu compadre e os filhos foram para a 2ª delegacia urbana, localidade em que seria aberto o inquérito para apurar toda aquela “feitiçaria” praticada por ela¹⁸⁵. Matérias desse tipo, relacionando religiões de matriz africana a “bruxaria” e ao “charlatanismo”, não era raras na imprensa da Primeira República¹⁸⁶. Como nesta reportagem do *Jornal do Brasil*, as coberturas costumavam privilegiar o olhar das elites que detinham certo distanciamento dessas práticas, muitas vezes se restringindo a retratá-las de maneira negativa, reforçando estereótipos em relação aos seus representantes e praticantes. Em outro caso, apresentado pela *Gazeta de Notícias* em 1904, sob o título “Feitiçaria e pauladas”, o jornal noticiava que Laurindo Pereira de Siqueira iria fazer umas “feitiçarias” contra Luiz Corrêa, quando foi “por este corrido a pauladas”. Ao dizer que Laurindo pretendia fazer feitiços contra seu agressor, a *Gazeta de Notícias* associava a prática a algo maligno, que no fim teria se voltado contra o próprio feiticeiro, que acabaria sendo agredido barbaramente¹⁸⁷. Em outra reportagem em 1905, a *Gazeta Notícias* abordava ainda o caso de outra mulher do Rio das Pedras, que seria feiticeira e responsável pela “desgraça de muitas pessoas”, por oferecer a elas “drogas e medicamentos” em seus rituais¹⁸⁸.

Em “As Religiões no Rio”, em uma edição intitulada: “No mundo dos feitiços: os feiticeiros”, João do Rio não adotava uma narrativa muito diferente em

¹⁸⁵ “Bruxaria”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1902, p. 1

¹⁸⁶ Ver: “Bruxaria?”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1900, p. 2; “Bruxaria”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1900, p. 3; “Bruxaria”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1902, p. 1.

¹⁸⁷ “Feitiçaria e pauladas”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904, p. 4

¹⁸⁸ “Os subúrbios”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1905, p. 3

relação a essas religiões¹⁸⁹. Nessa crônica em específico, o flâneur da *Gazeta de Notícias* resolveu visitar algumas casas de pai de santo com a ajuda de um informante, um homem negro chamado Antônio. Ao começar sua exploração apresentando seu guia, João do Rio afirmava que:

“Antonio é como aqueles adolescentes africanos de que fala o escritor inglês. Os adolescentes sabiam dos deuses católicos e dos seus próprios deuses, mas só veneravam o Whiskey e o Xelim. Antônio conhece muito bem N. S. das Dores, está familiarizado com os oxalás da África, mas só respeita o papel moeda e o vinho do Porto. Graças a esses dois poderosos agentes, gozei da intimidade de Antonio, negro inteligente e vivaz”¹⁹⁰.

Ao falar sobre seu informante, João do Rio claramente se colocava em uma posição de superioridade, ao mesmo tempo que reforçava uma série de preconceitos em relação aos africanos, seus descendentes e também com relação às religiões de matriz africana. Isso ficava claro na sua fala, ao dizer primeiramente que Antônio conhecia os deuses católicos e os seus próprios, porém só veneraria o “Whiskey” (bebida) e o “Xelim” (referência a dinheiro). Não satisfeito, ele reforçaria mais ainda essa ideia ao afirmar que o jovem negro conhecia “os oxalás da África”, mas que só respeitava o “papel moeda e o vinho do Porto”. Ao final, ainda assumia uma atitude paternalista dizendo que, se utilizando desses elementos, conseguiu construir uma intimidade com seu informante, para que fosse apresentado para o universo das religiões negras. Desse modo, João do Rio iniciava seu trabalho de exploração sobre o “mundo dos feitiços” ridicularizando os seus representantes, adotando desta maneira, um posicionamento comum dos homens das letras ao retratarem o universo das religiões de matriz africana. A narrativa preconceituosa em relação ao seu guia continuava no restante das linhas. Depois de falar da inteligência de Antônio, “que conversava sobre os progressos da magia na África” o repórter da *Gazeta de Notícias* não deixava de lamentar o fato do seu guia continuar acreditando naquelas “pragas”, pois não sabia ele o “trabalhão que os santos africanos dão”. Ao afirmar isso, desrespeitava novamente as divindades religiosas africanas. Sendo assim, por mais que buscasse se colocar como alguém que apresentava para a imprensa os candomblés de perto, ainda assim, não conseguia deixar de adotar

¹⁸⁹ João do Rio (Paulo Barreto). “As Religiões no Rio: No mundo dos feitiços: os feiticeiros”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1904, p. 2.

¹⁹⁰ Idem.

uma postura de superioridade em relação a elas, tratando-as como algo desprovido de racionalidade.

Em outro relato da mesma coluna, ao falar sobre uma “missa negra” em uma das suas crônicas, ele se utilizava de uma série de adjetivos negativos para descrever os presentes no evento, destacando o mau cheiro que era causado pelo “pó de arroz e suor”, que de tão forte “sufocava”. “Remexia e gania entre aquelas quatro paredes o mundo estercorário do Rio”, dizia o cronista, desqualificando o ritual. Ademais, de acordo com seu testemunho, ali era possível notar:

“Velhos viciados à procura de emoções novas, fufias histéricas e ninfomaniacas, mulatas perdidas, a ralé da prostituição, tipos ambíguos de calças largas e meneios de quadris, caras lívidas de rôdeurs das praças, homens desbriados, toda essa massa heteróclita cacarejava impaciente para que começasse a orgia. Os velhos tinham olhares cúpidos, melosos, os tipos dúbios tratavam-se entre si de comadres, com as facas pintadas, e a um canto o empregado dos Correios, esticando o pescoço depenado de condor, fixava na penumbra a presa futura”¹⁹¹.

Ao retratar desta maneira o culto, relacionando seus adeptos à promiscuidade e animalizando-os, embora conseguisse ver de perto os rituais acontecendo, não deixava de retratá-los de maneira extremamente pejorativa e sensacionalista, bestializando o ritual e os frequentadores.

Perspectiva diferente adotaria Francisco Guimarães, que como bom cronista que estava atento a este processo de abertura das folhas à cobertura das religiões de matriz africana, também faria o movimento de trazer para *A Tribuna* essa temática, que era de grande interesse popular. Ainda no seu primeiro mês com o “Ecos Noturnos”, na edição do dia 28 de março de 1904, ele encontrou um amigo, conhecido como Torres. Ao estabelecer conversa com ele, Guimarães é convidado para visitar um candomblé, que era praticado “lá para os lados do Méier”. Inicialmente ele compartilhou a sua ignorância sobre o assunto, pois confessava não conhecer o candomblé, pedindo desta maneira mais informações ao seu interlocutor. Este, no entanto, o responde que não era melhor ele “se aprofundar assim de momento, porque senão, não dá conta do recado”, pois se tratava de “uma religião”. Após isso, Torres reforçaria seu convite dizendo que ele precisava mesmo “assistir a um candomblé”, para conhecer sobre a religião, o que aparentemente entusiasmou o cronista, fazendo com que ele compartilhasse

¹⁹¹ João do Rio (Paulo Barreto). “Às religiões no Rio: A Missa Negra”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904, p. 2.

com seus leitores que gostaria de ser levado a um candomblé¹⁹². A partir desse relato, Francisco Guimarães passaria a trazer às religiões de matriz africana como uma temática da coluna.

No dia seguinte à abertura de Francisco Guimarães para o tema, João do Rio, voltava a cobrir o candomblé. Dessa vez, o flâneur da *Gazeta de Notícias* chamava atenção para “os novos feitiços de Sanin”, um pai de santo conhecido que residia na rua dos Andradas. Ao entrevistar Sanin, João do Rio apresentava em primeira mão como ele realizava seus feitiços e também, pela boca do feiticheiro, supostamente também aprendeu sobre as mandingas que eram realizadas por outros pais de santo, como: Abubaca Caolho, Ojô e João Alabá, este último, no relato fornecido pelo feiticheiro da rua dos Andradas, fazia feitiços tão poderosos, que se utilizando de alguns animais e objetos místicos para fazer os rituais, poderia “matar a cidade”. João Alabá que era considerado pelos contemporâneos um dos principais pais de santo da capital federal, sendo inclusive o pai de santo de personalidades famosas como Tia Ciata e vários sambistas do período, devido a sua aproximação com esse meio, já que ele mesmo foi fundador de um clube carnavalesco, conhecido como a Liga Africana¹⁹³. Com isso, João do Rio conseguia apresentar os rituais do candomblé para um público que até então conhecia muito pouco sobre o assunto, o que garantia o sucesso do seu trabalho, que posteriormente se tornaria uma espécie de best-seller do poeta das ruas¹⁹⁴.

O sucesso de “As religiões do Rio” respingava nas crônicas de Francisco Guimarães. No dia seguinte a cobertura de João do Rio, ao andar pela região da Saúde, Vagalume se deparou com um leitor seu, que ao vê-lo, se mostrava admirado pelo cronista negro ter “deixado a *Gazeta de Notícias* passar-te a perna relativamente às feitiçarias”, se referindo a crônica de Paulo Barreto do dia anterior. Vagalume descobriu então que seu amigo também era um fazedor de

¹⁹² Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1904.

¹⁹³ Ver: ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. in: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2009. p. 149. Sobre a ligação de João Alabá com a Liga Africana, ver: BRASIL, Eric. “O Clube Liga Africana e seu ‘inolvidável fundador’ João Alabá: estratégias de ação política e redes de solidariedade no pós-abolição carioca (cc. 1900 - 1920)”. *Capoeira - Revista de Humanidades e Letras*, vol. 5, nº 2, pp. 42 - 59, 2019.

¹⁹⁴ O’ DONNELL, Julia. *De olho na rua: A cidade de João do Rio*. op. cit. p. 25

feitiços, cujo havia aprendido com “um feiticeiro sabido”, que não era nenhum daqueles “de quem se ocupa o João do Rio na *Gazeta de Notícias*, mas sim um cabra escovado na arte da mandingaria”. Ao publicar isso, sutilmente Francisco Guimarães buscava enfraquecer a validade da exploração noturna de João do Rio sobre as religiões negras cujo vinha se dedicando. Ao perguntar se seu interlocutor conhecia de fato os feiticeiros, Guimarães obteve a seguinte resposta: “conheço muitos em todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro; e até nos subúrbios. Cada um deles sabe seu feitiço poderoso”. Após pedir uma “ligeira descrição dos mais feiticeiros”, ele recebe as seguintes informações que transcreve na sua crônica.

“Vê lá se v. me compromete... mas ouça: conheço o João Alabá, que mora na rua Barão de São Félix; um outro da rua do Resende, n. 23, quarto n. 3; tio Manuel, na rua do Hospício, n. 350; seu Félix, que reside na rua dos Leões, n. 21; Coelho, na rua comendador Leonardo, n. 26; tia Catarina, na parada de Ramos; Portinho, no Cordovil; Baltasar, atrás da igreja de Nossa Senhora do Montserrat, n. 1, morro do Pinto; a velha Luísa e d. Joana, na Praça Seca, Marangá. Olhe, se v. está disposto a me ouvir, eu contarei um feitiço interessante que o Baltasar ensina logo que o consultante faz a mesa (consiste em fazer a mesa deitar uma nota de 10\$ sobre um pano encarnado). Ele toma uma agulha ainda não servida e, depois, enfia uma linha branca de novelo; pronta a agulha, passa-a três vezes no braço esquerdo de um anjo e depois manda procurar a roupa da pessoa a quem quer enfeitiçar. Encontrando-a, dá-se-lhe três pontos, dizendo, sempre ao dar o ponto: ‘Você F., não pensará noutra pessoa, nem o teu coração será de outra pessoa, enquanto o anjo da guarda F. dormir em sua sepultura’. Feito isto, deita-se a agulha com o resto da linha no mar”¹⁹⁵.

Ao compartilhar o nome e os locais onde residiam figuras importantes do candomblé, Francisco Guimarães começava a fazer o mesmo movimento que João do Rio de mostrar o trabalho desses sujeitos. Adotava também a estratégia do seu concorrente de expor para seus leitores como eram feitos os feitiços, ao transcrever a fala do seu guia sobre o feitiço de Baltasar. Não obstante, diferentemente de Paulo Barreto, Francisco Guimarães apresentava os conhecimentos do seu informante, sem ridicularizá-lo para seus leitores. Sendo assim, ainda que assumisse uma narrativa de certo desconhecimento ainda em relação a essas práticas, tratava com respeito, aquele que seria o seu condutor neste universo.

Depois de encontrar seu amigo do bairro da Saúde pela crônica do dia 30 de março, acabaria por encontrá-lo novamente no dia seguinte, pedindo para que

¹⁹⁵ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1904.

este lhe fornecesse mais informações a respeito das “feitiçarias”. Ao começarem a tratar do assunto, seu informante fala a respeito do feitiço que seria feito por Sanin, que segundo ele era “o grande feiticeiro da rua dos Andradas”. Ao trazer Sanin para sua coluna dois dias depois de João do Rio, buscava se colocar na disputa com o cronista da *Gazeta de Notícias*, na tarefa de apresentar o mundo dos feitiços por dentro. Depois, seu informante dá detalhes dos feitiços que seriam feitos também por João Alabá, dando aos seus leitores, igual João do Rio, os detalhes dos feitiços realizados pelo pai de santo da rua Barão de São Félix. “Vejo que v. está formado nesse negócio das mandingas”, dizia Vagalume para seu guia, mostrando confiar nas suas palavras, que eram direcionadas para descrever diversos tipos de "mandingas" feitas por Alabá e para quais finalidades elas serviam. Depois de longa palestra com seu guia, Francisco Guimarães teria sido informado até o valor cobrado por Alabá nas consultas, compartilhando com seus leitores que eram 50\$ na primeira visita e 20\$ nas demais¹⁹⁶. Ao trazer detalhes sobre os feitiços praticados por diferentes pais de santo e também sobre como acessá-los, Guimarães claramente transformava a sua coluna em um espaço que os leitores poderiam saber mais sobre essas religiões, para além da coluna de João do Rio, que costumava marginalizá-las.

Para conseguir concorrer com o trabalho de João do Rio, Francisco Guimarães buscava se aprofundar ainda mais no assunto das religiões de base negra. Na crônica do dia 11 de abril, junto com um amigo chamado Ferreira que o acompanhava na exploração daquela madrugada, ele resolveu visitar um “amigo feiticeiro” na rua Conselheiro Zacharias. Ao chegar na casa do tal feiticeiro, Guimarães perguntou a este, se ele não o acompanhava até Marangá para visitar outra feiticeira, conhecida como Tia Joanna. O feiticeiro, no entanto, respondeu ao cronista que não poderia levá-lo lá, pois já era tarde, para o alívio de Ferreira que desde que havia chegado à residência do feiticeiro, estava “vermelho” aparentando estar “assustado”. Evidenciava-se, deste modo, os preconceitos de pessoas não familiarizadas com as religiões de matriz africana, que associavam seus rituais a algo perverso. A procura do cronista pela feiticeira de Marangá era para saber se ela conseguiria “arranjar um feitiço para que o dr. Cardoso descubra os 805:000\$ que desapareceram da estação central”. Tratava-se de um caso de

¹⁹⁶ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1904.

furto de caixotes com essa quantia que havia acontecido durante o final de semana anterior, que contava com às buscas do chefe de polícia Cardoso de Castro, para tentar descobrir o paradeiro do dinheiro, o que fez com que o caso ganhasse destaque na imprensa¹⁹⁷. Ao questionar seu amigo feiticeiro se Tia Joanna seria mesmo capaz de descobrir onde estava o “cobre”, Francisco Guimarães escutou deste que a feiticeira tinha “um feitiço importantíssimo e que, se o fizer, diz mesmo onde está o dinheiro”. Ao perguntar como ele era feito, obteve a explicação do feitiço e iniciou o seguinte diálogo:

“ — É muito simples: um espelho novo, um lenço encarnado, um prego de caixão de adulto, um bico de vela, um dente de defunto, um sapato de anjinho e três contas de um rosário.

— Não vejo ainda possibilidade de com tanta bugiganga descobrir-se o paradeiro de 805: 000\$.

— Pois creia que é possível e, se não fosse, teríamos o Ojô, o Coelho, o tio Chico e outros tantos feiticeiros capazes de descobrir o cobre.

(...)

Saímos em companhia do amigo Ferreira, que nos disse:

— Convide-me para uma caçada no meio de animais ferozes, que não tenho medo; mas no meio de feiticeiros?... Cruzes! Abrenúncio!...

— Pois olha, não sabes o que é bom. Um dia, quando houver o candomblé no Méier, você há de ir e há de gostar!”¹⁹⁸.

Ainda que demonstrasse não acreditar no poder mágico dos objetos do pai de santo, contemplando os interesses dos seus leitores distantes desse universo. Não deixava, porém, de trazer uma narrativa que valorizava esses espaços. Como acontece quando ele se dirige para seu amigo Ferreira, que demonstrava temer os rituais, explicando que ele não sabia o que era “bom” e que haveria de gostar quando fosse ao candomblé do Méier. Ademais, para além de pais de santos conhecidos, como Sanin, Alabá e Ojô - com os quais João do Rio costumava se ocupar nas suas crônicas - ao falar que desejava visitar Tia Joanna, Francisco Guimarães começava a trazer figuras religiosas menos populares para dentro da imprensa, dando também visibilidade a pais e mães de santo até então desconhecidos.

Ao ampliar sua série para religiões de matriz africana, Francisco Guimarães passou a ser reconhecido e falar diretamente com os representantes

¹⁹⁷ Ver: “Furto 805: 000\$000”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1904, p.1 ; “805 contos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904, p. 1; “Furto importante”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1904, p. 2. Apenas no ano seguinte a polícia chegou a um suspeito, o engenheiro dr. Saturnino de Mattos. Ver: “Os 805 contos”. *O Malho*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1905, p. 5.

¹⁹⁸ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1904.

dessas crenças. Na crônica do dia 15 de abril, ao parar no Largo de São Francisco, ele é reconhecido por uma leitora conhecida como Dona Nenê, que vinha de um trabalho em um baile, onde ela tocava algum instrumento¹⁹⁹. Ao perguntar a sua interlocutora se ela ganhava muito dinheiro com aquele trabalho, recebeu a seguinte resposta: “alguma coisa; ganho mais quando arranjo alguém para o serviço bem-feito”. Ao perguntar qual era o serviço, escutou que se tratava de feitiços que ela também sabia fazer. Curioso em “conhecer de perto essa coisa que se chama feitiçaria”, ele resolveu acompanhar Dona Nenê até o ateliê onde ela realizava o seu trabalho místico. Chegando no local, compartilhou com os leitores que a “casa tinha um feio aspecto” e que sentiu “logo o cheiro de mofo ao abrir-se a porta”, adotando assim, uma narrativa similar aquela utilizada por João do Rio na *Gazeta de Notícias*, para contemplar os interesses dos leitores distantes desse universo. Contudo, não demorou para que Guimarães focasse seu relato em trazer aquilo que a anfitriã da casa lhe apresentava. Ganhou mais destaque nesse sentido, uma “caixa de madeira”, usada por ela para guardar os objetos que seriam usados para seus feitiços. Além disso, Vagalume conseguiu acesso a “um livrinho” que constava uma relação de nomes, que correspondia aos clientes que se consultavam com aquela senhora. Demonstrava, deste modo, que mesmo com as imagens negativas associadas a esses espaços na imprensa, isso não impedia a popularidade dessas práticas entre os trabalhadores, que continuavam a se consultar nas casas de pais e mães de santo. Depois dessa exploração, ele pede para que sua informante contasse um feitiço, um bem poderoso, para que ele acertasse nos bichos²⁰⁰. Manifestava interesse, portanto, não só em aprender sobre os feitiços, mas também em praticá-los, ao pedir a sua informante para que ela o ensinasse como fazer o ritual. Diferenciava-se deste modo, do próprio João do Rio, que mesmo explorando a feitiçaria dentro do seu trabalho etnográfico, fazia questão de se manter como alguém distante deste universo que retratava²⁰¹.

Vagalume no seus “Ecos Noturnos”, começava assim, a construir um relato cada vez mais participativo, estreitando a sua relação com os feiticeiros da madrugada. Na crônica do dia 23 de abril, após pegar um bonde e saltar na praia

¹⁹⁹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1904.

²⁰⁰ Referência ao jogo dos bichos

²⁰¹ Sobre o “temperamento etnográfico” de João do Rio, ver: O’DONNELL, Julia. “A etnografia urbana de João do Rio”. in: *De olho na rua: A cidade de João do Rio* op. cit.

Formosa, ele diz que resolveu visitar “a casa do nosso amigo feiticeiro” que residia por ali perto na rua Conselheiro Zacarias²⁰². Depois de bater na porta e ser atendido pelo tal feiticeiro, que perguntou o que ele desejava tão cedo, o cronista respondeu que queria saber se ele poderia fazer um feitiço para ajudar um amigo que queria “ir para o Acre, como um grande personagem”. Depois disso, escuta do seu interlocutor que aquela era uma tarefa “fácil”, bastava ele mandar o tal amigo visitá-lo para conversar, que ele veria “como seria a viagem”. Ao perguntar se ele já havia feito algum feitiço semelhante, Guimarães recebeu a seguinte resposta: “Já. Pediram-me que me arranjasse para o Sá F... ser intendente municipal e eu arranjei”. “Sá F...” era uma clara alusão a Enéas Mário Sá Freire, que havia concorrido nas eleições municipais em 1901 e 1903, sendo eleito para o cargo de intendente municipal neste último ano²⁰³. Por mais que a imprensa imprimisse uma narrativa que em muitos casos criminalizava esses rituais, ao transcrever a fala do pai de santo e ligar o nome do intendente ao candomblé, Francisco Guimarães expunha que as pessoas em posição de poder não estavam tão distantes das práticas religiosas de matriz africana como se imaginava. Demonstrava assim, como a alta-roda também se rendia aos feitiços, ao procurar lideranças religiosas para se consultar buscando atingir ascensão social e profissional.

Ao trazer essas experiências religiosas de matriz africana para dentro da sua coluna, manifestando interesse em aprender sobre elas, apresentando lideranças religiosas, dando voz aos próprios praticantes dessas crenças e demonstrando na reportagem como autoridades políticas também se consultavam com representantes do candomblé, Francisco Guimarães trazia no seu texto uma perspectiva diferente daquela que costumava ser dada pelo restante da imprensa. Enquanto muitas folhas ainda adotavam certo distanciamento, por olhar para essas práticas com suspeita, tratando-as como exóticas e animalizando-as - como fazia João do Rio - Francisco Guimarães, por outro lado, optava por trazer uma perspectiva que se esforçava por introduzir às religiões negras na ordem republicana. Essa perspectiva contribuía para o reconhecimento do seu trabalho, como ele tentava demonstrar por dentro do seu próprio texto ao publicar o suposto

²⁰² Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1904

²⁰³ Ver: Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1904 e Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1904.

interesse dos leitores de jornais pela sua coluna. Ao andar pela região da Saúde, na crônica do dia 30 de março, ele encontrou com um “velho amigo” que ao vê-lo, demonstrou ser um leitor da sua coluna, pois além de reconhecê-lo como o Vagalume, disse a ele que lia todos os dias *A Tribuna* após o início dos “Ecos Noturnos”²⁰⁴. Tomando cuidado para não tomar esse relato como a janela do real, tendo em vista que se tratava de uma propaganda da coluna, ainda assim ele pode ser analisado como uma tentativa de Francisco Guimarães em demonstrar como seu trabalho era reconhecido entre os leitores daquela folha.

Para além dos leitores habituais d’*A Tribuna*, o “Ecos Noturnos” ganharia menção também em outras folhas. Na sua edição do dia 9 de abril de 1904, a revista ilustrada *O Malho*, publicava uma pequena entrevista com Francisco Guimarães, onde incentivava os leitores d’ *O Malho* a lerem “n’ *A Tribuna* os ‘Ecos Noturnos’”²⁰⁵. Indicando com isso, que naquela altura as crônicas de Francisco Guimarães já eram conhecidas para além dos leitores d’*A Tribuna*. Na sua edição seguinte, no dia 16 de abril, *O Malho* dedicava ainda os seguintes versos.

“Entre gentes bem corretas
 Há muito quem ora fume
 Com coisas indiscretas
 Que diz o tal Vagalume...
 Que nunca mais descanse,
 Que às cegas qual cego arrume!
 Que o pessoal grite e dance:
 — Continua Vagalume!”²⁰⁶.

Ao pedir para que ele continuasse com seu trabalho no “Ecos Noturnos” e que “nunca mais” descansasse, os versos publicados pela revista ilustrada, apontavam assim, para o sucesso da série, que fazia com que os leitores gritassem e dançassem com os ritmos e outros elementos da cultura negra abordados pelo cronista na sua exploração noturna. Esse era o resultado da perspectiva singular adotada pelo Vagalume. Ao fazer um relato participativo, tanto na visita aos bailes carnavalescos como nas residências de pais e mães de santo, ele contribuía para atrair os leitores dos mundos do trabalho a acompanhar a sua produção. Com isso, garantia o sucesso do seu trabalho, permitindo que aos poucos fosse visto como um representante das culturas negras dentro da imprensa. Possibilitando assim,

²⁰⁴ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1904.

²⁰⁵ *O Malho*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1904, p. 11.

²⁰⁶ *O Malho*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1904, p. 11 e 12.

que posteriormente se consagrasse como cronista carnavalesco e escrevesse colunas voltadas especificamente para as religiões de matriz africana, como mostrado no início deste capítulo. O modo com o qual trazia essas práticas para o jornal desde o início da sua carreira jornalística, contribuía assim, para singularizar o seu trabalho em relação ao de outros cronistas que também se debruçaram sobre essas práticas, mas não chegavam nem perto de construir a mesma afinidade com elas, como João do Rio.

3. A voz do trabalhador

Em abril de 1908, a revista *O Malho* noticiava que uma comissão operária foi para Petrópolis levar ao presidente da República, Afonso Pena, uma moção de trabalhadores que apelavam ao governo para que este lhes garantisse os direitos no caso da falência do Banco União do Comércio. A quebra deste banco colocava em risco as poucas economias feitas por muitos trabalhadores, contribuindo para reduzir à miséria “inúmeros infelizes”²⁰⁷. A matéria trazia, com destaque, uma foto com todos os membros da comitiva.



Figura 8 - “Defesa dos pequenos capitais”. *O Malho*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908, p. 15

Na imagem aparecem algumas lideranças operárias do período. Era o caso de Raphael Munhoz e Evaristo de Moraes, respectivamente o fiscal geral e o advogado da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, que estão em pé no canto esquerdo da imagem; de Moyses Zacharias, trabalhador negro que era fiscal geral da União dos Estivadores; e do Dr. Gregório Garcia Junior, advogado da União, ambos em pé no outro lado. Sentados, encontram-se

²⁰⁷ H. P. “Linhas e entrelinhas”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1908, p. 1.

Francisco Guimarães Chagas, presidente da S. R. dos T. em Trapiche e Café, e Francisco A. Figueiredo, presidente da União dos Estivadores. No centro desse grupo composto por pessoas ligadas ao movimento operário carioca, aparecia, em pé, um único jornalista: o próprio Vagalume. Embora apresentado como representante do *Jornal do Brasil*, o caráter inusitado de sua aparição em meio a uma comissão operária estava longe de ser comum. A excepcionalidade de sua presença sugeria que, mais do que simplesmente representar o jornal, Francisco Guimarães se colocava então como um dos sujeitos daquela reivindicação, apresentando-se como partícipe legítimo das demandas apresentadas pelo grupo ao presidente. Era assim como um representante do interesse dos trabalhadores dentro da grande imprensa que se apresentava Vagalume na ocasião.

O fato de que um jornalista já prestigiado como Francisco Guimarães se unisse a estas lideranças operárias para reivindicar direitos dos trabalhadores aponta para uma realidade muitas vezes desconsiderada pela historiografia relativa à Primeira República: a força e a efetividade demonstrada em diversas ocasiões por um movimento operário que, ao longo dos anos iniciais do século XX, conquistou espaço nos grandes jornais da capital e apoio ocasional de setores da imprensa carioca. A dificuldade em enxergar este fenômeno decorre, em geral, de uma visão restrita sobre as possibilidades de participação dos trabalhadores ao longo daquele período, decorrente de uma perspectiva que por muito tempo minimizou a possibilidade de agência por parte dos trabalhadores nas décadas iniciais da República. A partir da constatação do caráter oligárquico e excludente assumido pelo regime republicano brasileiro em seus primeiros tempos, autores como José Murilo de Carvalho defenderam a completa impossibilidade de que eles atuassem como sujeitos políticos – como argumenta o autor no artigo “Os três povos da República”, no qual afirma que “o escasso impacto político do movimento operário provinha do próprio sistema oligárquico”, que tolhia qualquer possibilidade de participação efetiva para os trabalhadores²⁰⁸. Ao enfatizar os mecanismos de exclusão forjados pelas elites oligárquicas, autores como Carvalho não atribuem nenhuma participação aos trabalhadores na construção do regime republicano que se afirmava a partir da última década do

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96 - 115, 2003. p. 109

século XIX²⁰⁹. Sendo assim, no argumento de Carvalho, esses trabalhadores não teriam agência, pois estariam limitados apenas a reagir à opressão imposta a eles, sendo vistos como vítimas indefesas do clientelismo e da política oligárquica do período²¹⁰.

Mais recentemente, no entanto, outros historiadores apontaram para direção diversa, enfatizando a organização e a agência dos trabalhadores do período. É o caso de Felipe Souza e Aldrin Castellucci, autores do artigo “À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República”. Embora reconheçam neste trabalho o “caráter corrupto e excludente do sistema eleitoral da Primeira República²¹¹, não deixaram de apontar que isso não impedia que trabalhadores interviessem no jogo eleitoral, contrariando o argumento de historiadores como José Murilo de Carvalho. Ao chamar atenção para a organização dos trabalhadores, Souza e Castellucci se afastam da ideia de que estes eram simples vítimas do sistema republicano oligárquico, demonstrando a agência desses sujeitos ao se organizarem em associações em defesa dos interesses operários.

De modo semelhante a Souza e Castellucci, outros historiadores também buscaram observar a luta por cidadania dentro dos mundos do trabalho da Primeira República, voltando as suas lentes para algumas categorias específicas de trabalhadores. É o caso de Fabiane Popinigis, que em artigo intitulado “‘Todas as liberdades são irmãs’: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República”, buscou mostrar como os caixeiros se organizavam na luta por direitos – apontando para a organização desses trabalhadores, que elaboravam greves e buscavam apoio político de modo a alcançar representatividade parlamentar²¹². Em direção semelhante, Maria Cecília Velasco

²⁰⁹ O autor chega a reconhecer a “participação popular durante os primeiros quinze anos do novo regime”, tal participação é analisada por ele em outras obras, contudo apenas como uma reação das camadas populares ao “arbitrio das autoridades”, o que ele define como uma “cidadania em negativo”. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 83

²¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. op. cit. p. 108

²¹¹ SOUZA, Felipe A; CASTELLUCCI, Aldrin. “À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 75, p. 6-25, Janeiro-Abril, 2022. p. 8

²¹² Ver: POPINIGIS, Fabiane. “‘Todas as liberdades são irmãs’: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n.º 59, p. 647- 666, setembro - dezembro, 2016.

e Cruz chamou atenção para a organização de muitos trabalhadores egressos da escravidão, como os trapicheiros – uma categoria com clara preponderância negra. Em artigo intitulado “Tradições Negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 - 1930”, ela demonstra como, por dentro de suas próprias tradições de organização, tais trabalhadores se fizeram sujeitos ativos da Primeira República, estando distantes da imagem de passividade sugerida por Carvalho²¹³.

Em paralelo a tal constatação, outros trabalhos sugerem que o processo de afirmação e organização dos trabalhadores ao longo da Primeira República foi muitas vezes marcado pelo apoio de pequenos jornais. No artigo “Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880 -1920)”, a historiadora Laura Maciel mostra que, para além das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora na luta por direitos, como as graves, a imprensa alternativa se constituiu em uma aliada importante na organização de diferentes grupos de trabalhadores. Desmistificando a ideia de que os trabalhadores urbanos do período não teriam acesso ao letramento, ela demonstra como eles “constituíram sua militância por meio do periodismo, uma experiência social extremamente importante e compartilhada pela maioria das categorias e organizações”²¹⁴.

O mesmo faz o historiador Leandro Clímaco Mendonça, no livro: *Jornalismo como missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920*. Neste trabalho Mendonça mostra como os trabalhadores residentes na região suburbana buscaram reclamar e reivindicar melhoramentos para seus bairros através da organização de uma pequena imprensa²¹⁵. Ainda que estivessem no caso associados à chamada “aristocracia suburbana”²¹⁶, o autor mostra como os trabalhadores da região mostravam-se atentos à força do jornalismo para amparar suas reivindicações.

Não foi apenas em pequenos jornais, no entanto, que esta relação dos trabalhadores cariocas com a imprensa se afirmou. Para além destes, eles

²¹³ Ver: VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 - 1930”. *Afro-Ásia*, 24, pp. 243 - 290, 2000.

²¹⁴ Ver: MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?”. *História & Perspectiva*, Uberlândia (39): 89 - 135, jul. dez. 2008. p. 418

²¹⁵ Ver: MENDONÇA, Leandro Clímaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920*. Rio de Janeiro: Mauad X: ANPUH-RJ, 2020. p. 9

²¹⁶ *Ibidem*, p. 9

passavam também, nos primeiros anos do século XX, a buscar espaços de afirmação e apoio na própria imprensa comercial, em geral mais próxima dos projetos de cosmopolitismo e exclusão das elites brasileiras – aproveitando-se, para isso, da busca desses jornais comerciais por um maior número de leitores²¹⁷. Neste caso, no entanto, a relação se estabelecia de forma mais complexa – pois na chamada grande imprensa esses trabalhadores não costumavam ter os mesmos espaços de fala. Partindo desse princípio, Laura Maciel argumenta que o jornalismo produzido nessas folhas de trabalhadores “se diferenciava e, quase sempre, se opunha, ao que se convencionou designar como a ‘grande imprensa’”²¹⁸. A busca de espaços de manifestação nos grandes jornais da cidade, cujo alcance era incomparavelmente maior do que aquele das pequenas folhas, se apresentava, portanto, como um desafio para trabalhadores em geral distantes do mundo das letras

A imagem da comissão operária publicada em 1908 pela revista *O Malho*, na qual aparece com destaque a figura de Francisco Guimarães, aparece assim como uma espécie de enigma, que flagra um processo de negociação que estava em curso no qual o próprio jornalista negro teve papel ativo. Frente a esta constatação, este capítulo buscará demonstrar como, por meio de suas crônicas, Vagalume ajudou a ampliar o espaço de atuação dos trabalhadores dentro da imprensa comercial. Para dar conta desta tarefa, as crônicas de Francisco Guimarães foram relacionadas com outras colunas da grande imprensa que passaram a tratar dos trabalhadores e o seu cotidiano, de modo a demonstrar a singularidade do cronista da madrugada na maneira de representar os trabalhadores nos jornais. Ao apontar para essa questão, o presente capítulo pretende mostrar como ele pode ter contribuído para a afirmação de um novo tipo de cobertura jornalística sobre os mundos do trabalho.

3.1. Um repórter suburbano

²¹⁷ Ver: PEREIRA, L. A. M. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo), v. 35, n. 99, 2016.

²¹⁸ Ver: MACIEL, Laura Antunes. “Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *ACHSC*, v. 48, n. 1, p. 383 - 413, jan. - jun. 2021. p. 389 - 390.

O intelectual Olavo Bilac, que no início do século XX trabalhou como cronista da *Gazeta de Notícias*, teve um texto seu transcrito pelo jornal *O Subúrbio*, uma folha que se localizava no bairro do Méier²¹⁹. Segundo ele, àquela altura, não se poderia mais dizer que a cidade terminava em “S. Cristóvão”, já que também existia o “Mato Grosso” – uma forma jocosa de se referir à zona suburbana, até então retratada pelos “moradores do centro da cidade” como uma região “inóspita e selvagem de desterro e castigo”. Na continuação do seu testemunho, Bilac afirmava que, quando uma família rica caía em miséria era comum escutar frases do tipo: “Os fulanos? Agora estão morando nos subúrbios!”, o que para ele, equivalia a dizer: “Morreram! Estão enterrados! Deus lhes fale na alma!”. Contudo, a crônica apontava para uma mudança de postura do cronista em relação à zona suburbana. Ao invés de apontar suas carências e precariedades, como costumava ser a regra na imprensa, Bilac reconhecia que aquilo era passado, pois os subúrbios já contariam com uma vida cultural tão intensa que deixaria bairros nobres como Botafogo e Laranjeiras “no chinelo”, abrigando “teatros, bibliotecas, salões de bailes, parques”, dentre outros espaços de lazer e cultura.

Evidenciava-se assim, na crônica, uma notável mudança de postura em relação a uma região que costumava servir de moradia para boa parte dos trabalhadores da cidade, cujo valor e interesse começava a ser reconhecido. De fato, a crônica de Bilac foi publicada em momento no qual a região suburbana começava a ser representada de forma bem diversa daquela que costuma aparecer na imprensa em épocas anteriores. Se durante muito tempo o subúrbio foi tratado como “sertão” pela imprensa²²⁰, autores como Elaina Serfaty mostram que, na virada para o século XX, o adensamento do transporte ferroviário de passageiros contribuiu para diversificar o perfil dos moradores de bairros suburbanos como o Engenho de Dentro²²¹. A chegada do trem a esses bairros contribuiu para aproximar os trabalhadores suburbanos ao Centro da cidade. De fato, não é difícil encontrar na imprensa da passagem do século XIX para o XX, alguns anúncios com vendas de terrenos, incentivando a ocupação da região, como um em

²¹⁹ “A Comemoração Cívica de 13”. *O Subúrbio*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1908, p.1

²²⁰ O’DONNELL, Julia. “Mato Grosso existe!”: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX”. in: GONÇALVES, Renata de Sá; FERRO, Lígia (Orgs). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2018.

²²¹ SERFATY, Elaina. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870 - 1906)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral, 2018.

Inhaúma publicado em maio de 1894 pela *Gazeta de Notícias*²²². Com o aumento da ocupação dos bairros suburbanos a população que a englobava também se diversificava, com a afirmação de uma “aristocracia suburbana”²²³, interessada em uma vida “bucólica e elegante”²²⁴. Entretanto, embora a população suburbana fosse variada, era inegável que os subúrbios constituíam, já então, um espaço privilegiado de moradia para os trabalhadores, que já não tinham mais condições financeiras de habitar a zona central da cidade. Ao se debruçar sobre o bairro de Inhaúma, por exemplo, a historiadora Cristiane Miyasaka demonstrou como aquela localidade era formada em sua grande maioria por operários²²⁵. Já a antropóloga Aline Cruz chamou atenção para o perfil racial desses trabalhadores suburbanos, que eram em sua maior parte afrodescendentes²²⁶. Não por coincidência, a cobertura da grande imprensa sobre a zona suburbana costumava aparecer em primeira mão nas colunas policiais, tratando dos assaltos e da gatunagem que seriam presentes na região²²⁷.

A crônica publicada em 1908 por Bilac configurava, desse modo, uma mudança do padrão de tratamento dessa zona da cidade na imprensa carioca. Ainda que centrada nas atividades da chamada “aristocracia suburbana”, ela conferia uma dignidade àquela região majoritariamente habitada por trabalhadores que era ainda pouco usual. Apesar da forte repercussão alcançada por esta crônica, ela não havia sido, no entanto, a primeira a chamar a atenção para a vitalidade da zona suburbana. Ao publicar suas polêmicas observações, o poeta se unia a uma operação de valorização da região iniciada ainda em 1901 por um jornalista que era, ele mesmo, morador dos subúrbios: o próprio Francisco Guimarães, que nos artigos da “Reportagem da Madrugada” passou a retratar a vida suburbana de modo muito diferente do modo pelo qual ela costumava a aparecer nos grandes

²²² “Terrenos em Inhaúma”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1894, p. 4. Sobre o perfil ainda rural no início do século XX de bairros suburbanos como Inhaúma, ver: MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (1890-1910)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 2011, p. 51

²²³ MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920* op. cit. p. 9

²²⁴ O’DONNELL, Julia. “Mato Grosso existe!”: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX”. op. cit. p. 78.

²²⁵ MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (1890-1910)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 2011, p. 55-56

²²⁶ CRUZ, Aline Torres Dias da. *De Madureira à Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. São Paulo: Hucitec, 2020.

²²⁷ Ver: “A gatunagem na Piedade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1900, p.2; “Assalto em Madureira”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1901, p. 2; “Os ladrões”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1905, p. 3.

jornais até então. Se os bairros da região eram até então representados como partes de uma zona precária e carente, que marcava o avesso da modernidade que se pretendia construir para a cidade, Vagalume passaria a fazer da vida social dessas regiões um de seus temas centrais. Além de apontar para a vitalidade das culturas negras da cidade, começava com isso a definir um novo tipo de imagem para os subúrbios, nos quais habitavam boa parte dos trabalhadores que acompanhavam seus escritos.

Esta foi uma postura que começou a se apresentar já em uma das crônicas iniciais da série, publicada em 15 de abril daquele ano. De forma significativa, Vagalume tratava nela de sua incursão ao bairro da Piedade, onde residia (embora o leitor não soubesse disso)²²⁸. Ao chegar na estação de trem, que ele mesmo costumava usar para se deslocar para o Centro, começava denunciando para seus leitores que aquela estação representava “uma indecência para o passageiro visitante do lugar”, tendo em vista que a plataforma se encontrava em “ruínas”, com “montão de pedras e outras coisas”. Ecoava com isso, supostamente, as imagens de privação e carências que eram frequentemente associadas à zona suburbana nos artigos da grande imprensa²²⁹. Na continuação do seu argumento, entretanto, Francisco Guimarães trataria de explicitar a singularidade de seu olhar. A partir de supostas conversas com moradores locais, explicava a seus leitores que o estado precário da plataforma seria uma consequência de uma reforma que era feita com intuito de aumentá-la. Segundo ouviu de seus interlocutores, aquelas obras estavam sendo feitas “não sabemos a quanto tempo”, sendo a demora na sua conclusão, resultante do descaso do poder público com a região, o que prejudicava a circulação dos transeuntes como ele. Corroborando o testemunho de seus interlocutores, aproveitava o espaço da coluna para reforçar a necessidade de melhoramentos para a estação devido ao “grande movimento ” que ela tinha . “E para prova de que a Piedade é uma estação que reclama tais melhoramentos, basta dizer que no ano passado deu uma renda de cento e trinta e tantos contos e que atualmente rende no mínimo 450\$ diários”, continuava ele, apontando para a necessidade de “aumento da cobertura da plataforma oposta a agência” e de “iluminação de um a outro lado das duas plataformas”. Por este motivo,

²²⁸ “A gatunagem na Piedade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1900, p.2

²²⁹ MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (1890-1910)*. op. cit.

finalizava seu relato dizendo que esperava que a “digna diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil” lançasse “as suas vistas para a importante estação da Piedade”²³⁰. Com isso, conduzia a sua crítica para o poder público, que seria o responsável pelas carências da localidade. Nesse sentido, sua crônica tinha o sentido claro de pressionar autoridades para que fosse concluída a reforma, beneficiando os trabalhadores da localidade que dependiam dos trens. Afirmava-se, com isso, a postura singular do cronista em relação à cobertura da zona suburbana: ao invés de se limitar a apontar suas mazelas, tomadas por outros cronistas como naturais em função do perfil dos moradores locais, tratava de ver nelas o resultado do descaso do próprio poder público, que não daria à região o mesmo tratamento dedicado a áreas de moradia mais nobre da cidade.

Esta é uma postura que começava a se revelar na própria atenção que o cronista passava a dar para algo que não costumava aparecer até então na imprensa carioca: as dificuldades cotidianas enfrentadas por aqueles que dependiam dos trens de passageiros da Central do Brasil. Em suas crônicas, Francisco Guimarães passaria a acompanhar mais de perto a rotina de algumas categorias de trabalhadores que saiam de casa na madrugada para tentar garantir seu sustento diário, tratando das relações cotidianas e das dificuldades dentro do trem. Os trens tiveram um papel importante na aproximação dos subúrbios com a região central da cidade. Como destaca a antropóloga Julia O’Donnell, enquanto os bondes ligavam bairros como Copacabana ao Centro da cidade, caberia por outro lado aos trens, a função de aproximar os subúrbios da Zona Central²³¹. Além da ocupação dos subúrbios, os trens funcionavam como um espaço cotidiano de sociabilidade entre os habitantes dessas regiões. Evidenciando sua atenção às experiências cotidianas dos trabalhadores suburbanos, Francisco Guimarães se valia de sua condição de morador da região, aliada à sua experiência anterior como funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, para fazer da experiência urbana do deslocamento por trens um dos temas privilegiados de sua série.

Na crônica do dia 17 de abril da “Reportagem da Madrugada”, Vagalume conta que, ao chegar na estação da Central do Brasil em um “trem de operários”, viu uma “cena bastante engraçada”. Após explicar para seus leitores que “segundo

²³⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1901, p. 1

²³¹ O’DONNELL, Julia. “Mato Grosso existe!”: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX”. op. cit. p. 78

um aviso da diretoria da estrada, nenhum passageiro poderá viajar nas plataformas”, ele diz ter escutado o diálogo entre o “condutor de trem da 4ª classe, Mário Fonseca e um passageiro”, transcrevendo-o da seguinte forma para seus leitores:

— O senhor não pode viajar na plataforma. Vá para dentro do carro.
 — Não vou porque os outros estão aqui também.
 — O senhor vá, os outros irão.
 — Não vou, já disse.
 — Pois eu lhe mostro se o senhor vai ou não vai.
 E neste momento agarrou o passageiro, levando-o à força para dentro do carro.
 O passageiro protestou e agrediu o condutor, que procurou reagir.
 Neste momento os outros passageiros investiram contra o condutor que foi ligeiramente *malhado*²³².

Ao apontar para essa ocorrência, Francisco Guimarães ilustrava para seus leitores a rotina dos trabalhadores que vinham dos subúrbios para o Centro da cidade, mostrando para eles as disputas e conflitos entre os trabalhadores viajantes e os funcionários dos trens. Mais do que jogar luzes sobre essas pequenas brigas, no entanto, o cronista, ainda que de maneira sutil, não deixava também de apontar para as redes de solidariedade entre esses trabalhadores, que cotidianamente dividiam espaço nos vagões do trem. Exemplo disso aparece ao fim do fragmento – quando ele conta que, ao tentar reagir, o condutor teria rapidamente sofrido investidas de outros passageiros. Na continuação do seu texto, todavia, o cronista explicitava que esse problema não se restringia unicamente aos trens, uma vez que “o mesmo movimento dá-se diariamente nos bondes caraduras, onde sempre se passa um mau quarto de hora durante a viagem”. Ao dar ênfase a um tipo de experiência cotidiana que não costumava merecer atenção dos jornais, ele contemplava o olhar dos seus leitores pertencentes aos mundos do trabalho – ainda que, em perspectiva polissêmica, pudesse também contemplar os interesses de seus leitores mais elitizados, que viam os trens e bondes cheio de trabalhadores vindos dos subúrbios como espaço da desordem²³³.

Àquela altura, os acontecimentos ligados à Estrada de Ferro Central do Brasil já eram noticiados com frequência por folhas como o próprio *Jornal do Brasil*, que começavam a desenvolver colunas com foco especial nas questões ferroviárias. Todavia, tais colunas, em geral intituladas com as iniciais da estrada

²³² “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1

²³³ Ver: “Conflicto em um trem”. *O Século*, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1907, p. 3

de ferro ou com “E. F. Central do Brasil”²³⁴, costumavam tratar especificamente dos “fatos burocráticos corriqueiros”²³⁵, sem atentar para as experiências dos passageiros – assim como acontecia em outros grandes jornais da cidade²³⁶. Em sentido diverso, a “Reportagem da Madrugada” de Francisco Guimarães passava a atentar para os pequenos acontecimentos cotidianos compartilhados pelos usuários da linha férrea, permitindo que seus leitores acompanhassem de perto a rotina desses trabalhadores suburbanos (fossem passageiros ou os próprios ferroviários).

Esta era uma postura que se reforçou a partir de 1904, quando o cronista se transferiu para *A Tribuna*. Na crônica do “Ecos Noturnos” do dia 15 de março daquele ano, ao passar pela Estrada de Ferro Central do Brasil, dirigiu-se aos seus leitores dizendo que estes deveriam se lembrar “daqueles memoráveis tempos em que, na Estrada de Ferro Central do Brasil, os desastres se davam por atacado”²³⁷. De fato, olhando os periódicos do período, não é raro encontrar casos de acidentes envolvendo os trens, resultando na morte de passageiros²³⁸, sendo elas atribuídas em alguns casos aos próprios transeuntes²³⁹. É o que sugeria Pereira Passos em 1878, quando era ainda diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ao escrever sobre os acidentes ocorridos naquele ano no relatório de atividades da estrada, ele começava a sessão dos “Acidentes” lamentando a morte de um indivíduo que viajava “em carro de 2ª classe entre às estações de Itatiaia e Campo Belo”, quando por “imprudência própria caiu do trem falecendo instantaneamente”²⁴⁰. Por mais que prestasse suas condolências, Pereira Passos claramente atribuía falta de cuidado do próprio passageiro como a causa do seu falecimento. Tentava deste modo afastar qualquer tipo de responsabilidade da estrutura da estrada de ferro e da diretoria na ocorrência de acidentes como este. Em sentido contrário, Francisco

²³⁴ E.F.C.B”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição da tarde, 15 de junho de 1901, p. 4; “E. F. Central do Brasil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1902, p. 7; “E. F. Central do Brasil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1903, p. 3.

²³⁵ LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o Jornal do Brasil na virada para o século XX”. op. cit. p. 4.

²³⁶ “E.F. Central do Brasil”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1902; “Estrada de Ferro Central do Brazil”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1900, p. 3

²³⁷ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1904.

²³⁸ Ver: “Morto por um trem”. *Jornal do Brasil*, edição da manhã, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1901, p.1; “Desastre e morte”. *Jornal do Brasil*, edição da manhã, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1904, p.2

²³⁹ “Salvo da morte”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1907, p. 4

²⁴⁰ ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II. *Relatório da Estrada de Ferro D. Pedro II do ano de 1878*. Apresentado ao Ilm e Exm. Sr conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, diretor da mesma Estrada. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.

Guimarães responsabilizava as companhias e apontava para possíveis consequências do descuido com as plataformas e com os trens para os trabalhadores que se utilizavam deles – como já havia feito em 1901, ainda pela “Reportagem da Madrugada” do dia 15 de abril daquele ano, ao relatar sua visita à estação do bairro da Piedade citada anteriormente²⁴¹.

Os problemas envolvendo a locomoção dos moradores suburbanos não eram, no entanto, os únicos problemas dos quais Francisco Guimarães se ocuparia nas suas reportagens. Como morador da região, seu olhar logo se voltaria para outras questões que afetavam diretamente os trabalhadores desses locais. Era o caso dos assaltos e da falta de policiamento em alguns dos bairros da região, que costumavam ser noticiados pela grande imprensa do período como forma de reforçar certos estigmas associados a esses espaços. Não por acaso, ao folhear os principais jornais do período, é possível encontrar notícias sobre os subúrbios, saudando “caçadas” da polícia contra “gatunos” e “vagabundos” que estavam agindo na região²⁴². Em sentido diverso, Francisco Guimarães trataria esses acontecimentos não como alguém que visava aumentar a reputação negativa desses locais, mas sim como um nativo interessado em melhorar o policiamento da localidade em que vivia, de modo a garantir para ele e outros moradores suburbanos mais segurança ao circularem próximos às suas residências. Na “Reportagem da Madrugada” do dia 17 de abril de 1901, que terminava com um passeio pelos subúrbios no final da madrugada, comenta que “a gatunagem audaciosa fez quartel general da 1ª e 6ª circunscrições suburbanas”, o que explicava os vários “assaltos em Cascadura e Madureira” que vinham sendo denunciados pela folha que ele trabalhava²⁴³. Na continuação do seu testemunho, Francisco Guimarães ainda mencionava uma “cena de sangue”, ocorrida no Rio das Pedras, que vinha sendo explorada por outra coluna da mesma edição do jornal. Tratava-se de um caso de tentativa de assalto que culminou na morte do próprio assaltante²⁴⁴. Embora abordasse por vezes os mesmos acontecimentos tematizados nas colunas policiais de outros jornais, o fazia assim da perspectiva

²⁴¹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1901, p. 1

²⁴² “Os subúrbios”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1905, p. 3

²⁴³ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1

²⁴⁴ “A mão armada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901. p.2

dos moradores suburbanos – colocados por ele não como responsáveis por aquela violência, mas como suas vítimas.

O diálogo entre as crônicas de Vagalume e o resto do noticiário do *Jornal do Brasil* era, de fato, explícito. No dia seguinte da publicação de sua crônica sobre os assaltos em Cascadura e Madureira, o jornal passou a publicar uma coluna intitulada “Roubos nos subúrbios”. A primeira reportagem da série, publicada no dia 18 de abril de 1901, se voltava justamente para a 1ª suburbana, abordando os altos índices de criminalidade da região que ficava sob os cuidados daquela delegacia. Frente ao crescimento da questão, o cronista resolveu visitar a delegacia da 1ª circunscrição suburbana, localizada no Engenho de Dentro – como contou na “Reportagem da Madrugada” do dia 20 de abril. Ao entrar nela, no entanto, logo se deparou com “uma novidade”:

“O delegado ordenou aos inspetores que não mostrassem o livro de partes diárias aos repórteres.

Sim, senhor, boa medida!

Há mais tempo s.s.a devia ter posto em prática, porque só assim os jornais deixarão de publicar os assaltos e roubos que ali se dão diariamente.

(...)

Assim, o delegado da 1ª suburbana quer fazer uma experiência: não consente que se publiquem os roubos, para que eles diminuam”²⁴⁵.

Parabenizando o delegado da 1ª circunscrição suburbana em tom sarcástico, Francisco Guimarães deliberadamente denunciava não apenas os problemas relacionados à violência urbana e à falta de policiamento, como também apontava para tentativa da polícia suburbana em tentar esconder essas ocorrências, que costumavam vitimar os trabalhadores que residiam na região. Era claro, nesse sentido, que as críticas feitas por Francisco Guimarães em relação ao abandono do poder público com os subúrbios influenciaram outros espaços do jornal, ajudando a mudar sua perspectiva em relação aos trabalhadores suburbanos. Ao fazer esse movimento, Vagalume ajudava a aproximar tais trabalhadores da folha na qual trabalhava, contribuindo deste modo para o sucesso da proposta editorial do *Jornal do Brasil* – que buscava se afirmar como a folha

²⁴⁵ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1901, p. 1

mais popular entre os principais periódicos do período²⁴⁶. O fazia, porém, dando forma a uma cobertura sobre o tema constituído a partir dos interesses e perspectivas desses trabalhadores, que reclamavam da falta de policiamento de seus bairros. Dessa forma, o relato de Francisco Guimarães se diferenciava de outras colunas ao deixar claro para os leitores que o problema da criminalidade nesses bairros não estava nos seus habitantes, mas no descaso do poder público que ignorava aquelas localidades.

Como morador da zona suburbana, no entanto, Francisco Guimarães não se limitaria a apontar para os problemas diários enfrentados pela região. Para além desse tipo de denúncia, suas crônicas se ocupavam também da riqueza cultural da zona suburbana, com ênfase nos espaços e espetáculos de interesse dos trabalhadores dos subúrbios. Ao tratar na “Reportagem da Madrugada” do dia 23 de abril de mais uma visita ao bairro da Piedade²⁴⁷, o cronista conta que resolveu visitar um teatro do bairro que contava com a presença de uma trupe de espanhóis que estavam levando a plateia ter um “frêmito de loucura”. Aplaudindo “os artistas no final de cada ato” o público do espetáculo fazia daquela representação um “sucesso nunca visto e sem igual” na zona suburbana. Ao destacar isso, demonstrava como o subúrbio do Rio de Janeiro oferecia aos seus moradores as mesmas formas de entretenimento que as regiões centrais da cidade, mostrando que o estilo de vida suburbano não era distante daquele cosmopolita dos grandes centros urbanos.

Para além dos teatros, os bares e cafés dos bairros suburbanos também seriam um destino comum do cronista nas suas expedições pela madrugada. Em uma das primeiras crônicas de sua “Reportagem da Madrugada”, publicada no dia 10 de abril de 1901, ele contava que resolveu visitar um “célebre botequim” no bairro do Engenho Novo. Após se dizer satisfeito com a primeira recepção, o cronista resolveu visitar o mesmo botequim na reportagem do dia 22 de abril de 1901. Nessa nova visita o cronista diz ter notado ali alguns “rapazes alegres” que “tocavam alguns trechos de música, cheio de requebros”, que teriam feito ele

²⁴⁶ Ver: FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008; SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. Sobre a relação do *Jornal do Brasil* com o subúrbios, ver: LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, p. 4

²⁴⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1901, p. 1

recordar os bailes de antigos clubes, como o “Gungunhana” (um clube dançante da Saúde que se notabilizava pelo seu maxixe e por “reunir pessoas de todas as classes sociais”) e o “Focas”, que ficava na rua do Núncio²⁴⁸. Desse modo, ainda no início do seu trabalho à frente da grande imprensa, já buscava demonstrar como a boemia carioca e as festas noturnas não se restringiam à região central da cidade ou às elites, proliferando deste modo também nos bairros do subúrbio do Rio de Janeiro habitados por trabalhadores.

Não era de se admirar, por isso, que a “Reportagem da Madrugada” passasse a dar um generoso espaço para os muitos clubes carnavalescos formados por trabalhadores nos subúrbios. Parte importante da experiência cotidiana dos trabalhadores da cidade, estes pequenos clubes dançantes e carnavalescos eram fruto de uma “febre dançante” alimentada pelo sucesso de novos ritmos atlânticos de forte marca negra, como o maxixe e o tango. Embora estivessem presentes em todas as regiões da cidade, sua proliferação era mais intensa nas regiões de maior presença de trabalhadores afrodescendentes, como a zona portuária e os subúrbios²⁴⁹. Não é assim por acaso que, na sua reportagem do dia 26 de abril de 1901, na qual tratava de sua visita ao Engenho de Dentro, Vagalume fizesse questão de lembrar da disputa carnavalescas entre os dois principais clubes do bairro, o Pingas Carnavalescos e os Pepinos Carnavalescos, que costumavam rivalizar entre si nos dias de Momo²⁵⁰. Tais clubes eram formados principalmente por trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, disputando, portanto, a simpatia desses sujeitos – o que tornava às duas agremiações muito populares não apenas entre os moradores do Engenho de Dentro, mas em toda a zona suburbana, sendo seus bailes amplamente divulgados tanto em jornais suburbanos quanto na grande imprensa²⁵¹. Francisco Guimarães contribuía, assim, para valorizar e

²⁴⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1901, p. 1. Sobre os clubes Gungunhana e Focas, ver respectivamente: “O Wenceslao”. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 1901. p.2; “Club das Phocas”. *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1900. p.3; “Club das Phocas”. *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1900. p.7

²⁴⁹ Ver: PEREIRA, Leonardo. *A cidade que dança. Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*, op.cit.

²⁵⁰ Ver: SERFATY, Elaina. “A honra dos outros: padrões de moralidade em um crime de amor nos Pingas Carnavalescos (1920 - 1921)”. Monografia de graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

²⁵¹ Ver: Mendonça Junior. “P. C. Club dos Pepinos Carnavalescos”. *Jornal do Brasil*, edição manhã, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1901, p.3; “Sociedade Pingas Carnavalescos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1902, p. 3

legitimar as atividades dessas sociedades, que costumavam animar o cotidiano dos trabalhadores do Engenho de Dentro.

Além dos clubes suburbanos, Guimarães também noticiaria os bailes nas residências dos trabalhadores dessas regiões, do mesmo modo como fazia quando cobria as festas protagonizadas por aqueles que residiam na zona central da cidade. Escrevendo pelos “Ecos Noturnos” do jornal *A Tribuna* em 1904, ele resolveu visitar o Engenho de Dentro, como relata na crônica do dia 17 de março. Ao seguir pela estação de trem do bairro, diz ter ouvido “o som harmonioso de uma polca chorosa”. Se tratava de uma festa na casa de Oto, que de acordo com o cronista era “aquele bom companheiro dos saudosos tempos de boemia, mas hoje transformado em bom marido e extremoso e dedicado pai” – ressaltando assim a conduta ordeira e respeitosa de um velho conhecido. Ao abordar um frequentador da festa que teria ido até a porta “gozar da fresca aragem”, descobriu que a celebração era em homenagem à “filhinha do Oto” que fazia aniversário, reforçando assim que se tratava de uma festa familiar. Ao perguntar ao seu interlocutor como estava a festa, escutou deste que ela estava “magnífica”:

“O Oto, alegre e satisfeito, chegou à janela.
Escondemo-nos, porque se nos visse, não nos deixaria mais sair sem que a festa terminasse.
Dos músicos apenas conhecemos o Irineu, no bombardino, o Lucas, no contrabaixo, e o Salgado no oficleide.
Por esta trindade musical, por estes três turunas, poderão os leitores adivinhar que tal estava aquele grande choro!
O gravação devia estar magnífico porque o Oto sabe tratar os seus amigos, cumulando-os de gentilezas”²⁵².

Ao citar o nome do anfitrião do evento, como costumava fazer com todos os trabalhadores que davam festas nas suas residências, o cronista começava por afastar aquela festa dos prejuízos em geral associados a esse tipo de baile – vistos muitas vezes pela grande imprensa como locais de imoralidade e promiscuidade²⁵³. Mais do que isso, fazia questão de salientar o sucesso que já fazia, entre trabalhadores, uma musicalidade que apenas começava a ser conhecida pelas elites da cidade – destacando músicos que, ignorados pela maior parte dos leitores do jornal, já seriam nomes consagrados entre os trabalhadores que costumavam frequentar eventos como aquele “grande choro”. Desse modo,

²⁵² Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1904.

²⁵³ Ver: TOPINE, Matheus. *Os requiebro do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro (1880 - 1915)*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

lançava luzes sobre um tipo de diversão suburbana que ajudava a afastar a região dos prejuízos em geral a ela associadas pela grande imprensa, dando a ver a lógica e os interesses próprios a seus moradores sem as lentes do preconceito através das quais eles costumavam ser representados nos grandes jornais da cidade.

Ao apontar para as diferentes formas de lazer noturnas dentro dos bairros suburbanos, Francisco Guimarães começava assim a construir uma imagem virtuosa daquela região que, anos depois, seria corroborada por cronistas como Bilac – resultando na transformação ou na diversificação da cobertura da imprensa sobre o subúrbio e seus moradores. Muito antes de nomes importantes do universo letrado, que na prática não tinham tanta aproximação com os subúrbios, Francisco Guimarães já desconstruía a ideia da zona suburbana como “Mato Grosso” ou “sertão” que aguardava a chegada da civilização que ecoava das avenidas centrais da cidade, que deveriam servir como espelho civilizacional²⁵⁴. Contudo, não deixava de indicar os problemas pelos quais trabalhadores residentes da região, como ele, estavam submetidos no dia a dia. Não é de se estranhar, que anos depois, o também jornalista suburbano Henrique Dias da Cruz, importante liderança da região, apontasse Francisco Guimarães como um dos “jornalistas suburbanos” que mais contribuíram para que os subúrbios ganhassem voz dentro da imprensa do período²⁵⁵.

3.2. Os vagalumes do trabalho

Se os subúrbios contavam com a presença massiva de operários, não era apenas nele que se concentrava a experiência dos trabalhadores cariocas. Para além do seu local de moradia, outros espaços cotidianos de lazer, de trabalho e de luta que, espalhados por toda a cidade, mereceram também a atenção de Francisco Guimarães. Fosse nos bairros suburbanos ou em outras regiões habitadas ou frequentadas por trabalhadores, o cronista se voltava assim para os botequins, restaurantes, repartições ou centros políticos que se mostravam relevantes na experiência dos trabalhadores cariocas, fazendo deles objeto de suas crônicas.

²⁵⁴Ver: NEVES, Margarida de Souza. “Uma Capital de Trompe l’Oeil”. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

²⁵⁵ Ver: “Obreiros Anônimos”. *Almanaque Suburbano*, Rio de Janeiro, 1941, p. 112. Ver também: MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920* op. cit. p. 11.

Tal postura se evidencia ainda nas crônicas iniciais da “Reportagem da Madrugada”, na qual ele conta sua visita a um botequim no Engenho de Dentro. Chegando no local, descobriu que lá trabalhava um caixeiro que, de acordo com o cronista, gostava “imenso que lhe chamem de *Seu funcionário*”²⁵⁶, porque o epíteto destacaria seu empenho no trabalho. É o que ficava evidente na pena do cronista na reportagem de dois dias depois, quando ele resolveu visitar novamente o mesmo botequim e destacou para seus leitores, que naquela noite, Seu funcionário “estava de uma atividade espantosa” para atender os clientes²⁵⁷.

Dias depois, o cronista da madrugada ainda visitaria pela terceira vez o mesmo botequim na reportagem do dia 22 de abril de 1901, lembrando para seus leitores mais uma vez que ali trabalhava o caixeiro “Seu funcionário” – que, àquela altura, já tinha um “certo grau de consideração” pelo cronista pelo fato de Guimarães chamá-lo pelo seu apelido²⁵⁸. O caso sugeria que, longe de inviabilizar os trabalhadores dos locais que visitava, Vagalume fazia questão de privilegiá-los, dando a ver seus pontos de vista.

Algo semelhante se nota na reportagem do dia 16 de abril de 1901, na qual o cronista relata sua visita a um café na rua Gonçalves Dias na qual se deparou com outro caixeiro, conhecido pela alcunha de *Espaço Fino*. De acordo com o cronista, “na gíria tipográfica, quando à última hora o compositor tem necessidade de fazer emenda em uma linha, usa o espaço fino, como recurso”. Era a partir disso que buscava explicar o apelido peculiar daquele caixeiro, resultante do fato de que, quando havia falta de dinheiro por parte do freguês, ele permitia que este consumisse no café “fiando-lhe a despesa”, confiando que o mesmo o pagaria depois. Por fazer este gesto de camaradagem, o caixeiro acabou recebendo seu codinome peculiar, chegando até mesmo a protestar quando não era chamado por ele²⁵⁹. Ao dar visibilidade positiva a caixeiros, como Seu funcionário e Espaço fino, que não costumavam ter seu trabalho noticiado pela grande imprensa, Vagalume fazia com que esses trabalhadores comesçassem a se identificar com as suas reportagens. De fato, na crônica do dia seguinte a do 16 de abril, Guimarães

²⁵⁶ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1901, p. 1

²⁵⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1901, p. 2

²⁵⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1901, p. 1

²⁵⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1901, p. 1

voltou ao estabelecimento da Rua Gonçalves Dias, dizendo ter encontrado o Espaço Fino muito satisfeito por ter visto publicado no *Jornal do Brasil* o apelido que reforçava a sua qualidade de “bom camarada”²⁶⁰.

Como destaca a historiadora Fabiane Popinigis, os caixeiros costumavam ter longas jornadas de trabalho, chegando a trabalhar por 16 a 18 horas diárias, passando dias e noites dentro das casas de comércio, sendo mal pagos e as vezes até sem receber salários, além de ficarem sob a constante vigilância dos seus patrões²⁶¹. Desse modo, coberturas como esta de Francisco Guimarães, contribuíram para elevar o reconhecimento dessa categoria de trabalhador, que costumava ser ignorada em outras colunas da grande imprensa. Nessas colunas, a menção ao nome de caixeiros só se dava, de maneira geral, quando ocorriam crimes e assaltos nos locais em que esses sujeitos trabalhavam, não sendo comuns reportagens reconhecendo o esforço diário desses trabalhadores²⁶². Não era de se estranhar, por isso, a gratidão ao cronista expressa por trabalhadores como Seu funcionário e Espaço Fino, que se alegravam ao ver nas páginas da grande imprensa o protagonismo assumido por dimensões importantes de sua experiência.

Postura semelhante aparece nas crônicas de Vagalume em relação aos trabalhadores das repartições públicas, em especial aquelas que tinham atividades noturnas. Na sua “Reportagem da Madrugada” do dia 19 de abril de 1901, Francisco Guimarães resolveu visitar as capatazias da Alfândega, na região portuária do Rio de Janeiro. Ao chegar lá, compartilha com seus leitores que ele assistiu “coisas do arco da velha”, pois os trabalhadores se reuniam em vários grupos, discutindo “desde a alta política até o jogo dos bichos”. “As discussões às vezes chegam a um tal calor, que são descobertos, muitos fatos que põem a gente de queixo caído”, escreveu o cronista, observando naquele local um espaço em que poderia encontrar furos de reportagem para sua coluna. Se disfarçando de trabalhador, Francisco Guimarães diz ter notado um pequeno grupo que falava

²⁶⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1901, p. 1

²⁶¹ POPINIGIS, Fabiane. “‘Todas as liberdades são irmãs’: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República”. *Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 647 - 666, setembro - dezembro, p.654.

²⁶² Ver: “Gatunos audaciosos: assalto a um armazém, soldado ferido”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, edição da tarde, 10 de abril de 1900, p. 1

sobre assuntos da própria repartição, transcrevendo deste modo, um suposto diálogo entre dois funcionários do armazém da estiva:

“— Está o diabo; até hoje ainda não veio o arame da quinzena, e as coisas assim não vão bem.

— Se o *cobre* me viesse hoje, era um arranjo! oh! ferro!

— Se os homens pagassem hoje, eu ia arriscar no bicho, porque esta noite tive um sonho medonho!

— Mas é um desaforo! Os que usam colarinho engomado já receberam e nós, que carregamos o pesado, fazemos cruz na boca!

— Ah! meu amigo, eles têm padrinho!...

Este diálogo foi atalhado pela seguinte exclamação:

Lá vem o Senna!

E o grupo dissolveu-se.

O Senna é um moço de cor parda de estatura regular, usa bigode e barba feita.

Trajava terno preto.

— É o apontador geral.

— É bom para os trabalhadores?

— Tem lá os seus defeitos.

— Sim, não há quem não os tenha. Eu pergunto se ele persegue uns para proteger outros

— Ora, o senhor bem sabe o que é uma repartição pública, onde os superiores só chegam depois do almoço.

Quem os substitui abusa muitas vezes do seu cargo e dali as perseguições aos que não têm padrinhos.

— Então há em repartições públicas que seja pagão, quero dizer, quem não seja batizado.

— Lá isto não posso lhe informar.

O que sei dizer é que nesta casa quem não tiver um *pistolão*, está arriscado a morrer à fome.

— Mas por que diz isso?

— Porque seu Senna representa um rei pequeno. Ai de nós se não fosse seu Madeira!

— Quem é este seu Madeira?

— É o ajudante do administrador a quem nos dirigimos, quando sofremos uma injustiça, porque ele é único que pune pelo trabalhador”²⁶³.

Nesse trecho, ao conseguir penetrar nas capatazias da Alfândega, Francisco Guimarães já começava sua passagem pelo local noticiando a insatisfação dos trabalhadores com o atraso do salário. Ele conseguiu penetrar na Alfândega fingindo ser um trabalhador dali - algo que era possível não só por seu próprio aspecto físico, mas também pelo fato desses trabalhadores portuários não serem fixos e terem em sua maioria o mesmo perfil racial que o dele, já que boa

²⁶³ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1901, p. 1

parte desses trabalhadores eram negros²⁶⁴. Ao conseguir se disfarçar, começou a se informar sobre o funcionamento e as hierarquias dentro da estiva. Mais do que isso, mencionava os nomes dos superiores e, a partir de um suposto relato de um dos estivadores, trazia para sua coluna a própria maneira com que esses trabalhadores enxergavam os seus patrões, apontando para aqueles que seriam mais carrascos e aqueles que os protegiam dentro daquela repartição.

Dias depois, Francisco Guimarães resolveu retornar à Alfândega para mais uma vez tentar colher informações entre os grupos de trabalhadores que conversavam. Ao visitar o armazém de bagagens fingindo ser trabalhador, ele notou novamente a presença de trabalhadores reunidos que conversavam sobre diversos assuntos. Ao se aproximar mais de um desses grupos, escutou uma conversa sobre um tal “Zé Gordo”, que aparentemente era um dos patrões e sujeitos influentes dentro da Alfândega. Ele era famoso por emprestar dinheiro a trabalhadores, porém com “juros de 40% ao mês”, agindo como agiota e fazendo com que os trabalhadores ficassem dependentes dele. De acordo com um trabalhador do local, por meio desta suposta agiotagem, Zé Gordo estaria até de casa nova “na rua Dr. Leal, no Engenho de Dentro”. Outro funcionário, no entanto, dizia que o primeiro falava “sem razão”, pois Zé Gordo seria, na verdade, “um bom camarada”. Ao trazer essa conversa para a coluna, Francisco Guimarães demonstrava as divergências entre os próprios trabalhadores em relação aos seus patrões. Na continuação do seu testemunho, após conseguir algumas descrições físicas de Zé Gordo com outros empregados, o cronista observou uma mudança no local quando os trabalhadores se evadiram após alguém gritar: “— Olha o *Ferro Velho!*”. Buscando saber o que estava acontecendo, Francisco Guimarães diz ter agarrado “um dos trabalhadores mais nosso conhecido” e feito a ele uma pergunta, que originaria o seguinte diálogo:

- “— Quem é o *Ferro Velho*?
- É o ajudante Augusto.
- E porque assim lhe chamam?
- Porque é carrança!
- O que é carrança?

²⁶⁴ Ver: ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. in: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2009 e CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 - 1930”. *Afro-Ásia*, 24, pp. 243 - 290, 2000.

— Depois eu lhe digo. Se ele me pilhar fora do armazém eu levo a *suruba*.
 E o nosso informante lá se foi correndo com uma velocidade espantosa.
 E com franqueza isto nos deu desejos de lá voltar.
 Voltaremos.²⁶⁵

A palavra cujo significado o trabalhador não quis explicar ao cronista tinha sentido claro nos dicionários do período. “Carrança” era o modo de se chamar alguém com “semblante triste, carregado”, ou as “caras feias lavradas de pedra ou bronze”²⁶⁶ – o que apontava para o temperamento supostamente ruim do indivíduo em questão, que era o superior hierárquico dos funcionários locais. Ao jogar luzes sobre conflitos de trabalho como este, Vagalume o fazia assim da perspectiva dos trabalhadores, com os quais mostrava se identificar. Não por acaso, terminava a visita daquela madrugada afirmando para seus leitores o desejo de voltar.

Como prometido, dois dias depois da crônica do dia 23 de abril, se “metamorfoseando em trabalhador da Alfândega” mais uma vez, Francisco Guimarães voltou ao local, explicando que a sua escolha por ela se dava por ser a mais rica entre as repartições públicas. “Tão rica que o Zé Gordo empresta dinheiro a 40 % de juros ao mês”, argumentava ele em tom irônico, corroborando com a fala do trabalhador indignado de dois dias antes. Na continuação do seu texto, o cronista separou algumas linhas da sua coluna para contar resumidamente a trajetória do ajudante Augusto, o “Ferro Velho”, dentro das capatazias da Alfândega. Com a ajuda de informantes, Guimarães descobriu e compartilhou com seus leitores que Ferro Velho contava com “uns quarenta e tantos anos de idade” e que “entrou para a Alfândega como trabalhador (carregando o pesado), passou depois a abridor até que afinal chegou no alto cargo que hoje exerce”, cujo era o de “informante do administrador”. Por isso, era uma das figuras mais influentes dentro daquela repartição. “Foi esse nosso camarada, quem nos fez hoje dar um passeio até a Alfândega, que vai ser um dos pontos prediletos da exploração das nossas reportagens da madrugada”, argumentava o cronista, oficializando a Alfândega como um destino regular das suas explorações noturnas. Após apresentar de maneira breve a carreira de Ferro Velho, ele diz ter

²⁶⁵ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1901, p. 1

²⁶⁶ Antonio de Moraes Silva. *Dicionário da língua portuguesa*, Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 350

encontrado um “camaradão” que lhe deu “explicações importantíssimas com referência às capatazias da Alfândega”, transcrevendo o seu diálogo com esse outro trabalhador, que não sabia estar conversando com o autor da “Reportagem da Madrugada”.

- Você também é trabalhador da Alfândega?
- Sou, infelizmente.
- Mas como é que eu não o conheço?
- Naturalmente porque sou novato na repartição.
- Ah! Então não pode conhecer bem o *Ferro Velho!*...
- Para falar verdade, não o conheço bem... mas ele parece um homem inteligente.
- Qual o que! Basta você conversar dois minutos com ele para ver que se trata de um verdadeiro *tapado!*
- *Tapado!* Que quer dizer isso?
- *Tapado* é uma espécie de indivíduo jubilado em primeiras letras...
- Mas ele é muito ruim para nós trabalhadores?
- Você ainda pergunta? É um verdadeiro carrasco... Ele, o Senna e o Bernardino são três durões.
- Leu outro dia o *Jornal do Brasil* da tarde?
- A “Reportagem da Madrugada”? Eu não dispense a sua leitura. Aquilo é que se chama descobrir os podres desta repartição, sempre esquecida da imprensa. O *Jornal do Brasil* é bom só por isso; não poupa ninguém... errou, já sabe... leva fazenda! Quando ouvimos isto, quase que arreventamos de contentes!”²⁶⁷.

No fragmento, mais uma vez Francisco Guimarães abria a sua coluna para mostrar a maneira com que os trabalhadores da Alfândega olhavam para seus superiores, chamando atenção para aqueles que seriam os “carrascos” dentro do local. Mais do que isso, entretanto, ainda que por interesse do próprio ao autor que buscava fazer propaganda da sua coluna, Guimarães demonstrava também a popularidade que ela vinha conquistando entre esses sujeitos, ao começar a cobrir a rotina desses trabalhadores – o que ficava evidente ao final do trecho, quando percebeu que o seu interlocutor era um leitor assíduo da “Reportagem da Madrugada”, pelo fato dela não deixar passar nenhum dos “podres desta repartição”. Aparentemente esse tipo de cobertura feita por Guimarães começou a incomodar alguns dos patrões. Ao retornar ali quatro dias depois, compartilhou com seus leitores que disseram-no que “o *Zé Gordo*, meio aborrecido, tem se ausentado de modo que os empréstimos, com 40% de juros ao mês, estão suspensos temporariamente”²⁶⁸. Embora não chegue a mencionar o papel da

²⁶⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1901, p. 1

²⁶⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1901, p. 1

coluna, Francisco Guimarães dava a entender para seus leitores, que a suposta irritação de Zé Gordo era com a maneira negativa com que vinha sendo mencionado na “Reportagem da Madrugada”, no qual era associado a agiotagem.

Mais do que pequenas reclamações dos trabalhadores da Alfândega, Francisco Guimarães passaria também a tratar, em suas crônicas, daqueles que seriam os maiores escândalos dentro da repartição. É o que faz na reportagem do dia 3 de junho. Ao visitar a Alfândega naquela madrugada, ele descobre que havia se verificado um “corte medonho” de trabalhadores por conta da falta de verba²⁶⁹. Todavia, ao escutar a fala de um funcionário da repartição, compartilhou com seus leitores que o corte só havia atingido em cheio os pequenos trabalhadores – enquanto para os superiores, como o apontador Senna, a consequência seria apenas uma mudança de função. A partir disso, apontava para os privilégios dentro daquela repartição, tomando partido dos empregados com cargos mais baixos. Essa exposição aparentemente rendeu à “Reportagem da Madrugada” certa popularidade dentro daquela categoria de trabalhadores. Como buscou demonstrar aos seus leitores no dia seguinte, ao voltar mais uma vez para a Alfândega, descobriu que sua reportagem da noite anterior havia tido “um sucesso verdadeiro” entre os trabalhadores. A consequência disso foi uma procura grande deles pela edição vespertina do *Jornal do Brasil*²⁷⁰. Para além da série, o próprio Francisco Guimarães, devido às suas visitas recorrentes aquela repartição, afirmava ser reconhecido entre esses trabalhadores como o Vagalume do *Jornal do Brasil*, embora não assinasse suas reportagens. Na mesma crônica do dia 4 de junho, ele diz ter encontrado um funcionário dos armazéns que supostamente seria um de seus leitores, tendo em vista que, ao encontrá-lo, teria iniciado o seguinte diálogo com ele:

“— É o sr. Vagalume?
— Ora, para que negar? já me apontaram o senhor como sendo o autor da ‘Reportagem da Madrugada’.
— Desejava alguma coisa?
— Dar-lhe os meus parabéns. Não calcula o rebuliço que houve ontem com aquela sua reportagem. O próprio inspetor leu e achou muita graça. Não há dúvida; tudo aquilo é verdadeiro”²⁷¹.

²⁶⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1901, p. 1

²⁷⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1901, p. 1

²⁷¹ Idem

É evidente que, no trecho, Francisco Guimarães aproveitava o espaço da coluna para fazer propaganda do seu trabalho e do pseudônimo que começava a construir para sua carreira no meio jornalístico. Contudo, ele também elucidava por dentro do texto como se tornava cada vez mais conhecido pelos funcionários de baixa renda da repartição. Pouco a pouco, ele começava a assumir o papel de representante desses trabalhadores dentro da grande imprensa. O sucesso atingido pela coluna entre esses trabalhadores era reafirmado no restante das linhas, quando contava a seus leitores que viu um jornaleiro lastimando não ter levado mais exemplares da edição da tarde do *Jornal do Brasil* para a Alfândega naquele dia, pois a procura era tão grande que ele chegava a vender exemplares por trezentos réis (quando o preço habitual era de apenas cem réis)²⁷².

O sucesso dessa cobertura das capatazias da Alfândega fez com que em pouco tempo o *Jornal do Brasil* criasse, em sua edição vespertina, uma seção específica para noticiar o “movimento daquela importante repartição”, que teve sua primeira edição no dia 28 de junho de 1901 e foi intitulada como “Alfândega”²⁷³. Os problemas que começavam a ser apontados por Guimarães dentro da “Reportagem da Madrugada”, a respeito da condição dos trabalhadores daquela localidade, também ganhariam força nesta nova coluna. Após suas críticas ao Zé Gordo, por ser um agiota dentro daquela repartição²⁷⁴, o *Jornal do Brasil* resolveu corroborar com o argumento do cronista, publicando na reportagem da “Alfândega” do dia 5 de julho de 1901, uma matéria com o subtítulo de “A agiotagem”. Na reportagem, a folha apelava para que o “sr. Baptista Franco, inspetor da Alfândega”, lançasse “as suas vistas para o fato altamente escandaloso” que ocorriam a algum tempo naquela repartição, que estava “sob a sua direção”. O acontecimento denunciado tratava-se justamente da continuidade dos empréstimos com 40% de juros ao mês feitos por Zé Gordo aos trabalhadores dali, o que permitia com que ele explorasse aqueles sujeitos, visto que, ao receberem a quinzena, eles deveriam pagar “vintém por vintém, ao seu

²⁷² Na primeira página de cada edição do *Jornal do Brasil*, no canto superior esquerdo aparece: “4 páginas por 100 réis”. Ver também: CALDAS, M. R. *Da escuridão da madrugada surge o brilho de um Vagalume: o início da trajetória de Francisco Guimarães na imprensa carioca (1901)*. Monografia de Graduação em História, PUC-Rio, 2020. p. 47

²⁷³ “Alfândega”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1901. p.1

²⁷⁴ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1901, p. 1; “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1901, p. 1 e “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1901, p. 1

explorador” – caso contrário teriam que “ajustar as contas com o seu superior hierárquico, o ajudante Augusto Ferreira”, o Ferro Velho. “O trabalhador que se vê sem dinheiro para o sustento da família durante quinze dias, não tem outro recurso, senão adquirir um novo empréstimo”, afirmava o autor da notícia, demonstrando como aqueles empréstimos só contribuíam para endividar ainda mais aqueles trabalhadores. Ao continuar tecendo críticas à atuação de Zé Gordo dentro das capatazias da Alfândega, a matéria continuava também reproduzindo algumas acusações que já haviam sido feitas anteriormente pelos trabalhadores da “Reportagem da Madrugada”, como a de que o agiota usava o dinheiro das “negociatas” para “construir alguns prédios no Engenho de Dentro”, onde aparentemente residia²⁷⁵. Desse modo, o *Jornal do Brasil* passava a incorporar em suas outras colunas, uma cobertura sobre a Alfândega que contemplava os interesses dos trabalhadores locais, como havia feito o próprio Francisco Guimarães – o que demonstrava uma clara influência do cronista na produção vespertina do periódico após o início de sua “Reportagem da Madrugada”.

Ao se transferir para o jornal *A Tribuna* em 1904, Francisco Guimarães continuaria a tematizar a rotina dos trabalhadores da Alfândega. Já ao final da crônica do dia 23 de março de 1904, se dirigia aos seus leitores dizendo que fazia tempo que ele não visitava seus amigos da Alfândega, resolvendo dar um passeio por lá. Todavia, mesmo após algum tempo longe, o sucesso adquirido por ele nos tempos de *Jornal do Brasil* entre aqueles trabalhadores fez com que fosse rapidamente reconhecido ao pisar na Alfândega. Ao encontrar um trabalhador conhecido pela alcunha de “Pechincha”, ele recebeu um pedido, publicando-o na coluna e também o diálogo que se originou a partir dele.

- O senhor tem que fazer uma reclamação em nosso favor.
- Com muito gosto...
- Ora, calcule que o Congresso votou uma verba de 100\$ para o nosso fardamento de guardas da Alfândega e até hoje o cobre ainda não veio.
- E vocês, porque não reclamam?
- Ora, já estamos fartos...²⁷⁶.

Ao retornar para a Alfândega pelos “Ecos Noturnos”, Francisco Guimarães mantinha a estratégia que havia garantido o sucesso da primeira coluna entre aqueles trabalhadores. Entretanto, devido à popularidade que havia conquistado entre esses sujeitos, na nova coluna ele já não se disfarçava mais de

²⁷⁵ “Alfândega”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1901, p. 2

²⁷⁶ Vagalume (Francisco Guimarães). *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1904.

trabalhador da Alfândega para conseguir um furo de reportagem. Os próprios funcionários das capatazias, por conta própria, passavam a procurá-lo para falar sobre os problemas da repartição. Por mais que Vagalume usasse episódios como estes como um evidente esforço de autopromoção, eles sugeriam, por outro lado, o seu reconhecimento por parte dos trabalhadores que viam nele o porta voz de seus interesses na grande imprensa. Desse modo, naquela altura já era evidente a representatividade conquistada pelo cronista da madrugada entre aqueles trabalhadores.

Os funcionários da Alfândega não seriam, no entanto, os únicos trabalhadores de repartições públicas a figurarem nas crônicas de Francisco Guimarães. Ainda pela “Reportagem da Madrugada”, ele resolveu visitar pela primeira vez a Repartição Geral dos Correios, como conta na crônica do dia 27 de abril de 1901. Ao descobrir que estava na 7ª seção, tratou de puxar conversa com um dos carteiros para descobrir quem eram os superiores daquela repartição. Em pouco tempo descobriu que o chefe se chamava Molina Vellasco, enquanto que o “chefe da turma” era o “1º oficial José Dias de Mello” – que, segundo o carteiro, era “muito bom homem”, pois ele “não faz injustiças” sendo, por isso, admirado pelos funcionários. Sendo assim, Francisco Guimarães iniciava sua primeira visita aos Correios, trazendo mais uma vez o olhar dos próprios empregados sobre os seus patrões²⁷⁷.

Ao continuar a sua exploração pela repartição, diz ter encontrado outro carteiro, este um conhecido dele, que assim que notou a presença do cronista teria se dirigido a ele afirmando: “O *Vagalume*, por aqui... temos novidade...”. Ao confirmar que estava de visita pela repartição, seu interlocutor ainda teria respondido para ele: “Não vá agora dizer, lá na sua *Reportagem da Madrugada*, que isto aqui é uma repartição das *onze letras*, porque nós levamos cartas de um para outro namorado...”. Ao compartilhar isso com seus leitores, demonstrava mais uma vez o reconhecimento do seu trabalho entre diferentes grupos de trabalhadores, mostrando como eles também se preocupavam com a maneira que seus espaços de trabalho apareciam no texto do Vagalume. Valendo-se daquele carteiro, que era um leitor seu, Francisco Guimarães conseguiu observar diversos pontos daquela repartição. Ademais, também conseguiu saber de alguns dos

²⁷⁷ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1901, p. 1

problemas diários enfrentados pelos funcionários, como aqueles relativos à iluminação elétrica. Reproduzia assim em suas crônicas as queixas sobre o tempo em que a repartição ficou “sem elevador, de modo que (...) tinha de pagar carregadores para conduzirem as malas para cima, porque os serventes recusavam-se a leva-las”. Contudo, o carteiro dizia que aqueles serventes “tinham razão”, pois “era verdadeiramente penoso terem os pobres homens de galgar 96 degraus, com tal peso na cabeça para chegarem às diversas seções, onde são manipuladas e distribuídas”.

A exposição dos problemas dos Correios não parava por aí. Aproveitando a presença do cronista, o carteiro perguntou se eles não queriam ver as latrinas. Ao se deparar com elas, Francisco Guimarães deixava o seguinte relato para seu público:

“Quando penetramos nessa dependência, ficamos horrorizados e tivemos que levar o lenço ao nariz...
É uma coisa vergonhosa para uma repartição pública.
— Deparamos de duas latrinas guarnecidas com tamos de madeira, imundos e infectos; dois mictórios de louça e um caixão para depósito de papéis...
O chão estava como um verdadeiro lago!...
A latrina da estalagem mais imunda, é certamente menos suja que a que fica ao lado da 7ª seção.
Brevemente voltaremos a tratar do assunto a fim de darmos mais completas informações aos leitores”²⁷⁸.

Ao começar a sua visita aos Correios condenando as péssimas condições de higiene do local, Francisco Guimarães demonstrava que suas críticas não se restringiam apenas às questões salariais e hierárquicas dentro das repartições públicas, mas também com relação ao cuidado com o próprio espaço de trabalho e saúde dos trabalhadores. Tratava-se de uma postura que, se agradava aos trabalhadores, não costumava ser bem recebida pelos chefes e diretores da repartição. Alguns dias após a publicação desta denúncia, Vagalume resolveu retornar ao local, como conta na crônica do dia 2 de maio, mas resolveu não ficar muito por lá, por haver muitos conhecidos. Segundo ele, caso “o sr. Molina Velasco (Chefe da Repartição)” soubesse que qualquer “carteiro havia palestrado com o Vagalume do *Jornal do Brasil*” poderia “torná-lo passível de alguma punição pelas informações dadas”²⁷⁹. Com essas palavras, o cronista indicava para

²⁷⁸ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1901, p. 1

²⁷⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1901, p. 1

seus leitores dos mundos do trabalho que, embora quisesse algum furo de reportagem para o sucesso da coluna, priorizava não correr o risco de prejudicar nenhum deles para conseguir o seu objetivo. Demonstrava, portanto, a sua preocupação com o bem estar desses sujeitos nos seus espaços de trabalho. Por outro lado, não deixava de acompanhar o movimento daquela repartição, o que contribuía para efetivamente trazer mudanças que melhoravam o serviço prestado.

Mesmo as autoridades responsáveis por tais repartições reconheciam, no entanto, o peso das publicações de Vagalume. Na reportagem do dia 15 de maio, ao fazer mais uma visita aos Correios depois de apontar irregularidades no serviço da repartição, o cronista diz que estava “quase levantando um viva ao sr. Molina Velasco, chefe da seção”, pois as suas reclamações feitas anteriormente haviam sido todas atendidas. Faltava ainda, todavia, o reparo das latrinas que continuavam “imundas”, representando um “verdadeiro relaxamento”²⁸⁰. A sujeira era tanta, segundo o cronista, que ele chegou a afirmar que se a Junta de Higiene passasse por lá, certamente seria “interditada aquela dependência da Repartição Geral dos Correios”. Mais uma vez, a pressão feita através da insistência no assunto parece ter surtido efeito. Ao voltar à 7ª seção dos Correios, ele deu aos seus leitores a seguinte descrição:

“Graças ao sr. Graça, ajudante do porteiro, estava hoje tudo muito bonito. Os leitores não calculam o que houve ontem lá pelos Correios. Contínuos, serventes, porteiros, ajudante de porteiro, tudo em grande atividade. Varria-se de um lado, espanava-se do outro, lavava-se o chão e... esfregava-se com potassa e casca de coco, porque o sujo era de muitos anos!... Seu Graça ou o *Menino de ouro*, trepado em cima de um caixão, gritava: seu Morinho, seu Braga, seu Joaquim, esfregue ali, vasculhe aqui, espance acolá! O homem estava de uma atividade espantosa. Até parecia que se estava preparando uma casa de família na Cidade Nova para um forrobodó...! Findo o penoso serviço o *Menino de ouro* exclamou cheio de si: — Agora eu quero ver se o Vagalume do *Jornal do Brasil* dizer que isto é uma vergonha! Mandei limpar até a latrina...”²⁸¹.

No fragmento, Francisco Guimarães, reconhecia, por um lado, o esforço dos trabalhadores em resolver o problema da falta de higiene presente naquela

²⁸⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1901, p. 1

²⁸¹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1901, p. 1

repartição, como o Seu Graça que estava em “atividade espantosa”. Por outro lado, buscava demonstrar o efeito da sua coluna entre os trabalhadores, tendo em vista que foi após as suas diversas críticas com relação à sujeira do local, sobretudo das latrinas, que foi providenciada aquela limpeza geral. Era o que ele buscava evidenciar ao final do trecho, ao dizer que, depois de terminar o serviço “penoso”, o Menino de Ouro – como era conhecido o ajudante de porteiro – teria dito que queria ver o “Vagalume do *Jornal do Brasil*” chamar aquela seção de “vergonha”.

Assim como fez com a Alfândega, ao se transferir para *A Tribuna* e começar a escrever o “Ecos Noturnos” em 1904, ele continuou noticiando o dia a dia da Repartição Geral dos Correios. Ao final da crônica do dia 24 de março de 1904, ele já adiantava que, a partir da madrugada seguinte, passaria a “publicar os últimos escândalos da Repartição Geral dos Correios”, tendo como ponto de partida “a célebre circular Costa, Siqueira & c.”²⁸². Era uma clara alusão ao administrador interino dos Correios, o major Serqueira Braga, que havia pouco tempo assumido o cargo, após a morte de Luís Betim Paes Leme, em fevereiro de 1904²⁸³. O major Serqueira Braga era um dos responsáveis pela circular instituída pela diretoria geral dos Correios, que naquele momento obrigava os empregados da seção de manipulação e os carteiros a se apresentarem para o serviço, mesmo que fossem sorteados para participar de um júri. Por conta disso, os carteiros sorteados além de compor o júri, deveriam trabalhar também nos finais de semana e nos períodos de recesso, o que representava uma “ilegalidade” para o cronista. Como ele esclareceu na crônica seguinte ao voltar no assunto, pois “uma simples circular” não poderia “revogar uma parte da lei orgânica do país”²⁸⁴.

Na crônica do dia 26 de março, Vagalume voltou mais uma vez ao assunto, apontando para a gravidade daquela circular que para ele feria “a Constituição da República” e dava à diretoria geral dos Correio poderes “ditatoriais”, fazendo com que seus trabalhadores tivessem que se apresentar para o serviço em dias de descanso. Não obstante, argumentava que era necessário que o “pequenino tenha

²⁸² Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1904.

²⁸³ Ver: “Dr. Luiz Betim Paes Leme”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1904, p. 2; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1905, p. 2.

²⁸⁴ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1904.

também uma garantia”, de modo que tivesse a “quem apelar quando veja os seus direitos calcados”. Por conta disso, apelava para que o dr. Lauro Müller, naquele momento ministro da Viação, para que tomasse “às precisas providências, a fim de que fique sem efeito aquela circular que representa uma ilegalidade”.

Ao trazer para a grande imprensa pequenos casos aparentemente desimportantes como estes, Vagalume transformava em notícia algumas práticas e mazelas que eram comuns na vida dos trabalhadores. Por mais que o interesse sobre tais temas pudesse ser socialmente restrito a grupos sociais específicos, o destaque dado a eles pelo cronista ajudava a conquistar a simpatia de novos leitores, aumentando o interesse sobre o próprio jornal. Ficava claro, aos leitores, que aquelas folhas passavam a ter um redator que de fato se interessava por sua perspectiva, ao invés de olhar os mundos do trabalho de cima para baixo. A partir daí, Vagalume de fato passava a ser reconhecido por muitos desses trabalhadores como o representante de seus interesses na imprensa comercial.

3.3. O porta-voz dos trabalhadores

Ao falar sobre aqueles que faziam da madrugada o meio de garantir seu sustento, Francisco Guimarães passava a alargar o papel das suas colunas, trazendo um serviço que não se limitava apenas a cobrir a rotina de trabalho dessas pessoas, mas também defendendo os direitos desses pequenos trabalhadores. Ainda pela “Reportagem da Madrugada”, na crônica do dia 16 de maio de 1901, ele resolveu pegar um bonde da linha Alegria, na estação de Benfica. Ao ingressar no bonde descobriu que ali não se vendia mais meia passagem, reclamando, por isso, com o condutor. Este, por sua vez, disse concordar com o cronista, mas explicava que estava apenas cumprindo ordens, uma vez que tinha que seguir o que os “homens mandam”. Notando certa insatisfação daquele trabalhador com a companhia, Guimarães resolveu então transcrever na coluna o restante do seu diálogo com ele.

“— Então não está satisfeito por aqui?

— Eu não senhor. Basta dizer que cada um dos empregados paga 3\$000 por mês para a tal associação beneficente, a qual quando a gente precisa... não pode socorrer.

— Então para onde vai o dinheiro?

— Lá para casa que não vai...

— O senhor, brevemente, tem que me arrumar um lugarzinho na Vila Isabel, porque sei que o dr. Carlos Muller é seu amigo... Eu vou abandonar isto quando entrar em execução o novo contrato pelo qual a companhia foi autorizada a aumentar o preço das passagens. Ora o senhor faça um cálculo dos conflitos que vão haver entre passageiros e condutores!...

— Este aumento vai ser o diabo.

— Vai ser a morte da companhia porque quando esta aumenta a de Vila Isabel diminui, cercanda-a em todos os pontos, com mais vantagens porque o número de carros é maior.

Um passageiro, que vinha na ponta direita do mesmo banco, interrompeu:

— Fique sabendo, que nós, os moradores da Alegria e Benfica, não estamos dispostos a marchar nesse aumento.

Vamos organizar uma empresa de diligências que nos leve de Benfica até a linha S. Luiz Durão por 100 réis e do Cajú ao mesmo ponto pelo mesmo preço. Daí em diante temos a condução da cidade até qualquer um destes pontos por 200 réis²⁸⁵”.

Ao transcrever sua suposta conversa com o condutor do bonde da linha Alegria, Guimarães expunha várias insatisfações dos trabalhadores com os serviços públicos de locomoção, como os trens e bondes. A começar pelo incômodo do próprio condutor com a companhia, pedindo ao cronista para que se utilizasse de supostos contatos, como o presidente da Companhia Vila Isabel, o dr. Carlos Müller, para que conseguisse uma vaga para ele na respectiva companhia²⁸⁶. Ademais, o condutor aproveitava o espaço da coluna para reclamar do aumento do preço das passagens, que afetava diretamente o bolso dos outros trabalhadores e, conseqüentemente, também afetava o seu próprio trabalho, tendo em vista que aumentaria os conflitos entre os passageiros e condutores como ele. Por outro lado o cronista também aproveitava a situação para expor a insatisfação dos trabalhadores que eram usuários dos bondes – como faz ao reproduzir a fala de um dos passageiros que, ao escutar a sua conversa com o condutor, teria se levantado e avisado que os moradores da “Alegria e Benfica” não iriam “marchar nesse aumento”. Com isso, Francisco Guimarães demonstrava as diferentes formas de insatisfação dos trabalhadores ferroviários e também daqueles que necessitavam desses serviços para poder chegar ao trabalho.

Do mesmo modo, ao cobrir a rotina dos bares e cafês, outro tipo de cenário constante de suas crônicas, o cronista da madrugada também zelaria pelos trabalhadores desses espaços. Na “Reportagem da Madrugada” do dia 7 de maio de 1901, por exemplo, ele resolveu visitar o Café dos Prontos. Tratava-se de um

²⁸⁵ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1901, p. 1

²⁸⁶ Sobre a presidência de Carlos Müller na Companhia de Vila Isabel, ver: “Companhia Villa Isabel”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1901, p. 2

estabelecimento aparentemente simples, localizado no Largo São Francisco, no centro do Rio de Janeiro. De acordo com a revista *Tagarela* em abril de 1902, ele não passava de um “botequim redondo” que era “muito fedorento”²⁸⁷. Diferentemente dessa descrição pejorativa, Francisco Guimarães tornaria aquele estabelecimento um dos seus pontos prediletos durante a sua exploração noturna, mencionando-o em diferentes reportagens como parte do seu esforço em levar às páginas do jornal os elementos importantes da experiência dos trabalhadores²⁸⁸. Conta Vagalume naquela crônica que, ao chegar no local, ele descobriu uma suposta arbitrariedade cometida pelo agente policial Fausto Reis. O agente teria convencido o delegado Vicente Reis, da 3ª circunscrição urbana, responsável por aquela localidade, a cassar a licença daquele estabelecimento. De acordo com um trabalhador que protestava no local, o motivo de tal determinação teria sido o fato de que um certo Machado, o dono do estabelecimento, tivesse se recusado a pagar ao agente de polícia os “dois mil réis todos os dias em um ou mais bichos”, como fazia o dono anterior²⁸⁹. Por não se subordinar à extorsão do policial, o negociante estaria recebendo uma “perseguição atroz” deste, que teria dito ao delegado que aquele era um “ponto de desordens” – o que foi o suficiente para que a sua licença fosse derrubada, o que para o cronista era uma “pouca vergonha”.

Dois dias depois de tratar deste acontecimento em sua coluna, Francisco Guimarães descobriu que o agente Fausto Reis, após ler a suas “vagalumagens de anteontem”, teria voltado ao botequim de Machado para tirar satisfações. Fausto Reis acusava o comerciante de ser a fonte daquelas informações prestadas ao “Vagalume do *Jornal do Brasil*”, fazendo com que ambos tivessem uma discussão “calorosa”. O suposto diálogo entre eles foi reproduzido por Guimarães em sua crônica seguinte:

“O agente Fausto Reis disse ao sr. Machado, que o chefe dos agentes, indo ao local do *Jornal do Brasil*, tinha resolvido abrir inquérito.

— Pois ele que me chame, disse o sr. Machado, ele que me chame que eu vou provar como o senhor levava dois mil réis por dia em um bicho e isto de diversas casas.

Se o chefe dos agentes me chamar, eu comigo levarei os outros que lhe passaram o *arame* (dinheiro).

— Mas o senhor nunca me deu um vintém.

²⁸⁷ “Bellezas da Capital”. *Tagarela*, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1902, p. 3

²⁸⁸ Ver, por exemplo: “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 9, 11, 12, 13, 17 e 22 de abril de 1901.

²⁸⁹ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1901, p. 1

— Nem o jornal disse isso. O que o jornal disse, e é verdade, é que eu me recusei a dar-lhe os dois mil réis por dia num bicho!

O agente Fausto Reis embuchou!

O repórter Henrique Guimarães, que estava presente, deu dois apartes, que fizeram o representante da segurança pública tomar o primeiro bonde.

Como vêem os leitores, o negociante Machado está pronto para provar o procedimento incorreto do agente Fausto Reis.

Naturalmente o sr. Capitão Martins, chefe do corpo de segurança pública, tratará de ouvir aquela testemunha, mesmo para que nunca se possa fazer um juízo menos justo de sua corporação” (Parênteses meus)²⁹⁰.

Desse modo, mais uma vez o cronista publicava que Machado estava sendo extorquido e ameaçado pelo agente de polícia, por se recusar a repassar o valor diário de duzentos réis. Com isso, ele claramente se colocava em defesa do pequeno comerciante. Mais do que o agente Fausto Reis, o cronista expunha também o nome do chefe do corpo de segurança pública, o Capitão Martins, de modo a pressioná-lo por dentro da “Reportagem da Madrugada” com objetivo de fazer com que ouvisse o depoimento do comerciante sobre o ocorrido. Com isso, começava a transformar seu texto em um canal dentro da grande imprensa em que esses sujeitos teriam voz contra arbitrariedades cometidas contra eles. Ao mesmo tempo, denunciava agentes de segurança que seriam nocivos aos trabalhadores, como Fausto Reis – que em outra reportagem do *Jornal do Brasil* do mesmo dia, aparecia como um dos policiais envolvidos no desmonte de uma casa de jogos²⁹¹. Com tal procedimento, Vagalume fazia de sua coluna um canal para trabalhadores e pequenos comerciantes reivindicarem seus direitos e lutarem contra o arbítrio ao qual eram submetidos.

Alguns dias depois de denunciar perseguições contra o estabelecimento de Machado, Francisco Guimarães identificou mais um problema envolvendo a polícia e outro café do Largo São Francisco. Tratava-se do Café da Baiana, que recebia este nome em função do modo como sua dona era conhecida. Na crônica do dia 20 de maio de 1901, o cronista compartilhou que a baiana “trabalhava receosa”, pois não havia conseguido uma licença para funcionar. Por isso, tinha medo que algum agente de polícia passasse por ali e lhe obrigasse a “levantar acampamento”. Percebendo a aflição da comerciante, Francisco Guimarães

²⁹⁰ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1901, p. 1. Sobre a gíria “arame” ver o dicionário de gírias do período: Raul Pederneiras. *Geringonça Carioca: verbetes para um dicionário da gíria*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1946, p. 9.

²⁹¹ Ver: “A jogatina”. *Jornal do Brasil*, edição manhã, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1901, p. 2.

resolveu abrir um espaço de fala para ela dentro do seu texto, transcrevendo a seguinte versão daquela mulher:

“— Eu tenho que sustentá oito pessoas e se não deixarem vendê, como há de ser daquelas criancinha que eu tenho lá em casa?
Olhe meu sinhô, eu não tenho filhos, todas as crianças que estão lá em casa, são filhos dos outros que levam lá (...)
Pobre velha para que persegui-la?
Deixem-na ganhar para sustentar aquelas infelizes criancinhas”²⁹².

Ao transcrever o apelo da comerciante mais uma vez de forma oralizada, assim como fez no caso dos sambistas que vinham da casa da baiana Isabel²⁹³, mostrado no capítulo anterior, ele demarcava mais uma vez perfil negro do autor da fala²⁹⁴. Desse modo, Francisco Guimarães deliberadamente usava a coluna para defender a permanência do Café da Baiana, tentando demonstrar para seus leitores que se tratava de uma mulher negra e de origem humilde. Além disso, reforçava a sua posição em defesa daquela “pobre velha” ao questionar o motivo da perseguição, argumentando que ela precisava continuar seu trabalho para sustentar as crianças que estavam dentro da sua rede de dependência. Ao jogar luzes sobre esse caso, Vagalume reafirmava seu posicionamento em favor dos mais pobres, mostrando-se solidário às dificuldades e lutas dos trabalhadores de baixa renda da cidade.

Ao se transferir para o jornal *A Tribuna* em 1904, Guimarães continuaria acompanhando a trajetória de alguns desses sujeitos nos seus “Ecos Noturnos”. Era o caso da Baiana e do Machado. Como contou na reportagem do dia 15 de março de 1904, uma das primeiras da nova coluna, Francisco Guimarães voltou a visitar o Café da Baiana, que naquele momento não ficava mais no Largo de São Francisco, mas na Praça da República. Ao puxar conversa com a comerciante, descobriu que, no seu novo ponto, não era mais incomodada nem ameaçada de perder o seu estabelecimento para a força policial, que correspondia à 10ª circunscrição urbana no distrito de Santana. Ao trazer novamente a Baiana para sua coluna, agora no “Ecos Noturnos”, Francisco Guimarães permitia com que seus leitores acompanhassem a trajetória desses pequenos comerciantes,

²⁹² “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1901, p. 1

²⁹³ “Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1901, p. 1

²⁹⁴ Ver: ALKMIM, Tania. “Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX”, em I.S. Lima e L. do Carmo (orgs.), *História social da língua nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, pp, 247-264

tornando-os protagonistas de suas crônicas²⁹⁵. O mesmo aconteceu com Machado, cujo voltou a receber a visita de Francisco Guimarães três anos depois da polêmica envolvendo seu café e o agente Fausto Reis. Ao retornar ao local na companhia de um amigo, para tomar um conhaque pela crônica do dia 12 de abril de 1904, o cronista compartilhou com seus leitores que, ao vê-lo, Machado veio ao seu encontro, “todo lampeiro, sorrindo” e dizendo para ele que havia comprado “cinquenta *Tribunas* no sábado”. Na edição em questão, publicada no dia 9 de abril, a crônica de Vagalume citava o vinho do comerciante como “bom, especial e barato”²⁹⁶. Por dar notabilidade ao vinho oferecido por Machado, Francisco Guimarães diz ter recebido “um cartão pedindo a remessa de 18 garrafas de vinho”, como reconhecimento pelos reclames do cronista. Como demonstrava o comerciante, esse ato era muito importante para ele pelo fato de ser o “Ecos Noturnos” uma coluna muito lida²⁹⁷. Esse tipo de relato reforçava assim a popularidade e representatividade conquistada por Francisco Guimarães entre esses trabalhadores e pequenos comerciantes da cidade, que desde a “Reportagem da Madrugada” ganhavam certo protagonismo nos escritos do cronista

Se desde a “Reportagem da Madrugada” Vagalume já havia começado a trazer a voz desses trabalhadores, ele passaria nos “Ecos Noturnos” a aprofundar este impulso, estreitando ainda mais a sua relação com eles. De modo direto, passava na nova coluna a receber e publicar cartas com pedidos e reclamações dos trabalhadores, que eram publicados diretamente pelo cronista na coluna. Ao final da crônica do dia 19 de abril de 1904, por exemplo, Francisco Guimarães resolveu publicar uma carta enviada pelo “pessoal da Higiene”, que escrevia para ele com intuito de que fosse divulgado que já estavam sem receber havia dois meses – o que provavelmente provocaria uma “nova greve”, pois a perspectiva era de que no máximo seria pago o valor “de um mês”. Na continuação do texto os representantes reclamavam ainda de alguns dos serviços públicos, como o das delegacias de saúde, que continuavam a ser “pessimamente feito”, pois muitos

²⁹⁵ Ver: Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1904.

²⁹⁶ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1904.

²⁹⁷ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1904.

“escriturários” não estariam na condição de “ocupar esses lugares” – estando ali, segundo o redator da carta, por serem filhos dos delegados²⁹⁸.

Alguns dias depois, pela crônica do dia 25 de abril, o cronista diz ter recebido em mãos, uma carta do tenente da brigada Oswaldo Cruz, assinada com o nome de Domésio. No documento, o tenente primeiramente se apresentava como um leitor daquela seção, que ele definia como “útil”. Após fazer isso, escreveu ao cronista que “a demora do pagamento dos pobres serventes está cada vez maior”, reforçando o argumento dos funcionários da limpeza pública presentes na outra carta publicada dias antes, a respeito da falta de pagamentos. Nas linhas seguintes, o tenente ainda compartilhava com Vagalume às seguintes informações sobre aqueles trabalhadores:

“Como é que esses coitados, que ganham 3\$ por dia para fazerem esse serviço, cheio de perigos enormes, entrando em valas de lama podre, onde às vezes ficam enterrados até o peito, como é, digo eu, que estes homens podem viver sem receber esses miseráveis 3\$000?!

Como é que um homem, que ganha esta ninharia e que não a recebe, pode satisfazer às exigências de um regulamento que só poderia ser arranjado por um desequilibrado?!

Quer ver v. uma beleza do regulamento: diariamente são multados os serventes porque se apresentam sem colarinho e gravata!

Agora, eu queria que o sr. diretor me dissesse para que servem colarinho e gravata num homem que lava caixas d’água, ralos e tanques, e enterra-se na lama até o pescoço!

Tudo isso, porém, não é nada: o que é torpe e vergonhoso é a exploração que estão fazendo com os infelizes serventes. É preciso que o sr. ministro da Justiça fique sabendo que os empregados de confiança do diretor, aproveitando-se da desgraça dos pobres serventes, estão comprando os seus ordenados vencidos a 75\$000!!! Os serventes ns. 26 e 40, obrigados pela necessidade, já se sujeitaram a esta nojenta transação. Não vá o sr. Almeida, que foi o agiota neste negócio, mandar despedir os pobres serventes, julgando serem eles o meu informante. Quem me informou assistiu à realização do negócio e viu que o sans-façon do sr. Almeida foi ao ponto de oferecer a outros os seus 75\$ por meses em atraso.

Peço, sr. Vagalume, que defenda essa pobre gente, que há quase três meses trabalha sem receber um vintém. Do seu leitor - *Domésio*²⁹⁹.

Se a carta enviada anteriormente pelos trabalhadores da Higiene chamava atenção para o atraso dos salários, a do tenente da brigada Oswaldo Cruz, para além de voltar a esta questão, apontava também para outros problemas. Era o caso das péssimas condições de trabalho e salubridade enfrentadas por aqueles sujeitos dentro do seu ofício diário, da severidade com os trabalhadores e da agiotagem,

²⁹⁸ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1904.

²⁹⁹ Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1904.

que fazia com que esses trabalhadores se aprofundassem em dívidas com os agiotas. Por apontar essas irregularidades, transcrevendo opiniões e supostos furos fornecidos pelos seus leitores, Vagalume passava a figurar cada vez mais como representante deles - algo que era reconhecido pelo próprio tenente Domésio, que ao final do texto apelava ao cronista para que ele defendesse aquela “pobre gente”.

Ao publicar cartas com reclamações dos trabalhadores, além das queixas que eram feitas diretamente a ele durante suas caminhadas pela madrugada, Francisco Guimarães explicitava de vez o perfil que definira para suas colunas. Desde o início, a novidade e o sucesso de suas crônicas se ligava ao fato de que elas eram constituídas da perspectiva dos trabalhadores espalhados pelas ruas, pelos botequins baratos, pelos bailes populares e pelos espaços do trabalho. De modo deliberado, Vagalume se colocava assim como a voz desses sujeitos dentro do universo da imprensa comercial, assumindo uma perspectiva que o singularizava em relação a outros cronistas contemporâneos. Se esta forma particular de suas crônicas contribuía para alargar o espaço de expressão desses trabalhadores dentro da imprensa comercial, ele também conferia ao cronista o papel de uma liderança importante na defesa dos direitos dos trabalhadores da cidade.

Era assim como resultado desse processo que, nos anos seguintes, outros cronistas contemporâneos também passaram a acompanhar mais de perto as experiências dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Foi o que fez João do Rio em 1908 com *A alma encantadora das ruas*, que trazia uma crônica dedicada às “pequenas profissões”. Embora desse visibilidade para algumas profissões que ele definia como “ignoradas”³⁰⁰ por se tratarem de trabalhos manuais, como fazia Vagalume, João do Rio não chegava, porém, a reproduzir sua perspectiva. Escritas sob ponto de vista superior e eivado de preconceitos, tais crônicas cumpriam o papel de mostrar aspectos de um Rio desconhecidos para os leitores habituais do jornal, mas não chegavam a tentar entender esses trabalhadores como sujeitos, atentando para sua perspectiva específica. Se João do Rio conseguiu com isso alcançar sucesso entre seus pares, figurando entre eles como um intérprete do submundo carioca, continuava a caber ao Vagalume, em novos projetos

³⁰⁰ João do Rio (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas/ The enchanting soul of the streets*. Rio de Janeiro: Ed. Cidade Viva (Coleção River of January), 2010 (1908). p 96

jornalísticos, o papel de trazer para a imprensa comercial os pontos de vista, experiências e reivindicações desses sujeitos.

Foi assim a opção de Francisco Guimarães, por usar suas crônicas como um canal dentro da imprensa em que os trabalhadores teriam voz ativa, que possibilitou que ele fosse se tornando uma figura importante tanto no âmbito da imprensa quanto no universo dos trabalhadores da cidade na defesa dos seus interesses. Não era assim por acaso que, como mostrado no início deste capítulo, ele integrava, em abril de 1908, uma comitiva com lideranças operárias que ia ao encontro do presidente em defesa das economias dos trabalhadores³⁰¹. Suas próprias crônicas mostravam que sua presença como homem da imprensa entre essas lideranças dos mundos do trabalho se deu justamente pelo vínculo dele com os trabalhadores, construído ao longo das suas duas primeiras séries de crônicas. Através de tal postura, Vagalume ajudava a visibilizar e ampliar a participação dos trabalhadores na construção da Primeira República, na negação de uma difundida percepção historiográfica acerca da suposta incapacidade de ação desses sujeitos ao longo daquele período.

³⁰¹ “Defesa dos pequenos capitais”. *O Malho*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908, p. 15

4. Epílogo: O brilho do Vagalume

O sucesso alcançado por Francisco Guimarães com a “Reportagem da Madrugada” e depois com os “Ecos Noturnos”, garantiu e alavancou sua carreira jornalística ao longo das décadas seguintes. Ao analisar a maneira pelo qual o cronista foi sendo representado pelos periódicos nos primeiros anos de sua atividade como cronista, torna-se perceptível a mudança na maneira de retratá-lo. É o que mostra a comparação de duas charges representando Francisco Guimarães durante suas explorações noturnas em momentos diferentes. A primeira, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 18 de abril de 1901, quando ele ainda estava escrevendo a “Reportagem da Madrugada”, trazia na legenda a informação de que ali estava “o Vagalume do *Jornal do Brasil* colhendo notas”:



Figura 9 - Bambino. “Reportagem da Madrugada”, *Jornal do Brasil*, edição da tarde, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1901, p. 1

Por um lado, a imagem expressava o sucesso e reconhecimento já alcançado pela coluna, que garantia a projeção do pseudônimo nela inventado pelo cronista. Não sendo a coluna assinada, no entanto, Francisco Guimarães tinha sua identidade ocultada na imagem, ao seu representado com o chapéu cobrindo a sua face – ocultando dos leitores a identidade daquele repórter da madrugada. Bem diferente dessa, no entanto, era uma imagem feita por Calixto apenas três anos depois, publicada em 16 de abril de 1904 pela revista *O Malho*:



Figura 10 - Calixto Cordeiro. “Tipos populares”, *O Malho*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1904, p. 4

Concebida em um momento no qual o cronista já era conhecido pelo pseudônimo de Vagalume, a nova charge, contemporânea ao período em que o cronista estava escrevendo seus “Ecos Noturnos” na *Tribuna*, já deixava bem evidente quem era o Vagalume. Explicitava não apenas suas feições, mas também seus traços afrodescendentes. Ademais, se restava alguma dúvida que o Vagalume era Francisco Guimarães, Calixto fazia questão de colocar as asas de vagalume nas costas do cronista. A comparação entre as charges aponta, assim, para o reconhecimento alcançado pelo cronista da madrugada entre os leitores ao longo

daqueles anos. Não por acaso, o segundo desenho era intitulado “tipos populares”, demarcando o alcance daquelas crônicas.

Nas suas próprias crônicas, ainda que como estratégia de propaganda do seu trabalho, Francisco Guimarães não deixava de expor a maneira calorosa como era recebido pelos seus leitores ao ser encontrado por eles. Dois dias depois de ter sua imagem representada no *Malho*, um leitor seu resolveu parabenizá-lo, pois havia visto a publicação da charge. O mesmo leitor confessava ainda, que havia escrito alguns versos e enviado *A Tribuna*, que eram dedicados ao Vagalume, pelo seu serviço representar “a última palavra em negócios de ‘furo’ na imprensa”³⁰². Já era claro, àquela altura, o sucesso que o cronista havia alcançado entre esses leitores de baixa renda dos jornais com os quais colaborou.

Como fruto da projeção alcançada através destas duas primeiras séries, após deixar *A Tribuna*, ainda em 1904, Francisco Guimarães daria início a outros trabalhos de maior relevo – como a direção de pequenos jornais como a *Trepação*, folha que teria curtíssima duração e que teve seu primeiro editorial apreendido pela polícia³⁰³. No final daquele mesmo ano, se tornaria também proprietário de um outro jornal, essa com duração bem maior e que carregaria o seu próprio pseudônimo, tendo em vista que a folha era intitulada como *O Vagalume*³⁰⁴. Ela tinha como foco o Carnaval carioca, fazendo uma cobertura das agremiações carnavalescas e dos seus preparativos para os dias de Momo. Francisco Guimarães dirigiu este jornal até 22 de janeiro de 1910, quando foi obrigado a colocá-lo à venda, mesmo “fazendo um sucesso extraordinário”, gerando um “lucro mensal de 1: 000\$ 000”, como anunciava o *Jornal do Brasil*, pelo fato dele se encontrar “enfermo”³⁰⁵. Entretanto, em paralelo ao trabalho como diretor do jornal que levava seu pseudônimo, o cronista da madrugada continuou prestando seus serviços como repórter para outras folhas da grande imprensa, como o *Jornal do Brasil* – ao qual regressou neste período, como mostrou a foto do *Malho* de 11 de abril de 1908, mostrada anteriormente, em que ele aparecia como um

³⁰² Vagalume (Francisco Guimarães). “Ecos Noturnos”, *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1904.

³⁰³ Ver: PEREIRA, L. A. M. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 13-33, 2015. p. 22

³⁰⁴ “Publicações”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1904, p. 3

³⁰⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1910, p. 14

representante do jornal ao acompanhar a comitiva que ia a Petrópolis defender os interesses dos trabalhadores³⁰⁶.

Não tardou para que o sucesso alcançado por ele dentro da imprensa carioca começasse a se estender para outros âmbitos da produção cultural, como o teatro. Em 15 de setembro de 1913, *O Paiz* noticiava que “Francisco Guimarães, o inteligente e arguto repórter, muito conhecido também por Vagalume, pseudônimo jornalístico que tem se popularizado, escreveu uma revista fantástica, de costumes nacionais”, que se tratava da peça *Encrenca!*. Ela estava em cartaz no Teatro Rio Branco, que ficava na avenida Gomes Freire, no Centro do Rio de Janeiro. O jornal depositava confiança no seu sucesso, tendo em vista que “ninguém” conhecia tanto “os caminhos do Rio de Janeiro” como ele, devido ao seu trabalho já de anos à frente das suas “interessantíssimas crônicas”³⁰⁷. Quatro dias depois, o mesmo jornal voltava a falar de sua peça, que apresentava como “mais um sucesso do teatro popular”³⁰⁸. Desse modo, assim como fazia com suas crônicas, Francisco Guimarães continuava a trazer a vida popular no Teatro de Revista, um gênero teatral que costumava se voltar justamente para os costumes populares, algumas vezes ironizando-os³⁰⁹. O sucesso da sua peça derivava assim, aparentemente, do tipo de perspectiva sobre o mundo das ruas que havia desenvolvido em suas explorações noturnas durante o período que serviu ao *Jornal do Brasil* e *A Tribuna*.

Para além do desenvolvimento do seu trabalho no teatro, Vagalume continuou a fazer sucesso na imprensa ao longo da década de 1910. Buscando retomar o sucesso atingido com a “Reportagem da Madrugada”, o *Jornal do Brasil* reservou para ele, em 1916, outra coluna com foco na vida noturna carioca. Embora intitulada “O Rio à Noite”, ela trazia, assim como o “Ecos Noturnos” d’*A Tribuna*, a “Reportagem da Madrugada” em seu subtítulo³¹⁰. Diferentemente da primeira série de crônicas escrita por ele para o *Jornal do Brasil*, nesta o pseudônimo de Vagalume, já então consolidado dentro da grande imprensa, figurava ao final de cada reportagem. Sua durabilidade seria, no entanto, bem

³⁰⁶ “Defesa dos pequenos capitais”. *O Malho*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1908, p. 15

³⁰⁷ “Artes e artistas”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1913. p. 5

³⁰⁸ “Theatro Rio Branco”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1913. p. 20

³⁰⁹ Ver: LOPES, Antonio Herculano. “Um forrobodó da raça e da cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 62, jul. 2006.

³¹⁰ Ver: Vagalume. “O Rio à noite: Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1916, p. 8

curta. Tendo a primeira edição em 24 de março de 1916, ela seria publicada entre a oitava e nona página do jornal durante a última semana daquele mês de março. Embora fosse uma série muito mais curta que a sua primeira versão, a escolha do *Jornal do Brasil* em retornar com a “Reportagem da Madrugada” quinze anos depois, sendo escrita novamente por Francisco Guimarães, demonstrava como o sucesso dela se mantinha vivo entre os leitores habituais do periódico. Ao apresentar seu programa, Francisco Guimarães ressaltava esta questão, ao dizer que “há mais ou menos quinze anos, iniciamos no ‘Jornal do Brasil’ (edição da tarde), a ‘Reportagem da Madrugada’, que tanto êxito alcançou”. Ao começar desta maneira a nova coluna, cativava nos seus leitores mais antigos a nostalgia das suas caminhadas noturnas, para trazer com “engenho e arte” aqueles acontecimentos que só o Vagalume poderia acessar, por ser, segundo ele mesmo, “abelhudo e indiscreto”³¹¹.

A nova “Reportagem da Madrugada” não conseguiu, todavia, alcançar o mesmo sucesso que a primeira. Mesmo assim, seis anos depois outro jornal, intitulado *O Brasil*, resolveu criar outra versão do “Rio à Noite”, também com subtítulo de “Reportagem da Madrugada”³¹². Apesar da mudança de jornal, a proposta era a mesma e a série tinha mais uma vez Francisco Guimarães como autor, assinando-a com seu pseudônimo de Vagalume. Essa tentativa dos jornais nas décadas de 1910 e 1920 em tentar recriar colunas semelhantes a “Reportagem da Madrugada” e aos “Ecos Noturnos”, tendo Francisco Guimarães à frente delas, deixava claro o impacto alcançado por suas primeiras colunas, evidenciando a transformação de Vagalume em referência deste tipo de perspectiva.

Também como fruto deste impacto, Vagalume também se transformou ao longo dos anos seguintes em uma referência fundamental na cobertura jornalística sobre a musicalidade negra e as festas carnavalescas. Frente à atenção dedicada a ele às festas e bailes negros da cidade desde o início da carreira, não era de se admirar que ele tenha se tornado então o mais importante dos cronistas carnavalescos da cidade. De fato, em janeiro de 1927 a revista ilustrada *A Rua*, ao prestar as suas homenagens ao “veterano cronista carnavalesco” que faria aniversário no dia posterior, o descrevia como “decano dos cronistas

³¹¹ Vagalume. “O Rio à noite: Reportagem da Madrugada”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de março de 1916, p. 8

³¹² Vagalume. “O Rio à noite: Reportagem da Madrugada”. *O Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de março de 1922, p. 4.

carnavalescos”³¹³. Ademais, a revista ainda confirmava que seria celebrada para ele, uma missa, organizada pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário, uma das muitas irmandades religiosas de perfil afrodescendente do período³¹⁴. Para além de irmandades negras, membros da diretoria dos clubes carnavalescos também garantiam a sua presença.

Era clara, desse modo, a importância atingida por ele como cronista, sobretudo em relação à crônica carnavalesca. Não por acaso, Jota Efege atribui a Guimarães o papel de revolucionar os jornais, ao sugerir aos irmãos Mendes de Almeida, proprietários do *Jornal do Brasil* no início do século XX, a criarem uma “seção carnavalesca” para a folha, que foi atendida por eles. O memorialista destaca ainda que a cobertura do cronista negro contribuiu para abrir caminho para outros cronistas, como o “Raboje, o K’Nôa, o Picareta, o Fofinho, o Chantecler” entre outros, formando um verdadeiro “exército de cronistas carnavalescos”³¹⁵. O jornal *A Manhã*, em fevereiro de 1953, também apontava ele como um dos responsáveis por ampliar o espaço do carnaval dentro dos jornais e também como um dos pioneiros em “reconhecer no tríduo momesco um pedaço da alma carioca”³¹⁶.

Ao se consolidar na imprensa como referência no carnaval e no samba, ao entrar nos anos de 1930, Francisco Guimarães já havia adquirido maturidade suficiente para lançar aquela que seria a sua maior obra, que de fato imortalizou seu pseudônimo para a posteridade. Tratava-se do seu único livro publicado, o *Na roda do samba*, lançado por ele em 1933, mesmo ano que o sociólogo Gilberto Freyre publicou *Casa-Grande e Senzala*³¹⁷. Diferentemente do sociólogo que apostava na ideia de que no Brasil teria havido uma “Democracia Racial”, ao escrever seu livro, Vagalume optou por valorizar as contribuições de homens e mulheres negros que, ao longo das décadas anteriores, contribuíram para a transformação do samba em um símbolo nacional³¹⁸.

³¹³ “O aniversário de ‘Vagalume’”. *A Rua*, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1927, p. 5

³¹⁴ Ver: MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no pós-Abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

³¹⁵ Ver: “Vagalume”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1946, p. 11

³¹⁶ “O carnaval carioca através dos tempos”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1953, p. 14.

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2019 (1933).

³¹⁸ Ver: Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da Barriga, 2023 (1933).

Ficava claro, portanto, a sua importância como figura dentro do jornalismo, acabando por aproximar das camadas populares, as folhas em que escrevia os seus textos. Seja cobrindo bailes ou simplesmente escutando reclamações de trabalhadores, ele acabou por tornar as suas colunas na imprensa em espaço de expressão dos trabalhadores. Sua forma singular de retratar as experiências dessas pessoas ecoaria ainda por muito tempo dentro do jornalismo carioca, imortalizado seu pseudônimo na história da imprensa da Primeira República, que como bom Vagalume, nunca deixaria de brilhar.

5. Fontes

I - Fontes manuscritas

A - Arquivo Nacional

- Fundo GIFÍ 6C 61.
- Fundo GIFÍ 6C 64.

B - Acervo PROEDES

- PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 5849 de 9 de janeiro de 1875.
- PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 8910 de 17 de março de 1883.
- PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Decreto nº 658 de 12 de agosto de 1890 .
- PROEDES, *Acervo Asylo dos Meninos Desvalidos*, Pasta 1888, Nº 18.
- Theodoro Braga. *Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo: Desde a sua fundação até o presente - 1875 - 14 de março - 1925*. Rio de Janeiro: Travessia do Commercio, 1925.

II - Fontes Impressas

A - Biblioteca Nacional

Almanaque Suburbano (1941)

A Imprensa (1901- 1910)

A Noite (1906)

A Manhã (1953)

A Rua (1926)

A Tribuna (1904)

Correio da Manhã (1901 - 1910)

Crítica (1929)
Diário Carioca (1946)
Gazeta de Notícias (1894 - 1946)
Jornal do Brasil (1890 - 1930)
Jornal do Commercio (1880 - 1909)
O Fluminense (1900 - 1905)
O Jornal (1919)
O Malho (1904 - 1908)
O Paiz (1900 - 1913)
O Tempo (1891 - 1894)
O Século (1907)
O Subúrbio (1908)
Tagarela (1902)
Vagalume (1904 – 1910)

B - Livros de verbetes e memorialistas

Alexandre Gonçalves Pinto. *O choro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978 (1936).

Antonio de Moraes Silva. *Dicionário da língua portuguesa*, Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

João do Rio (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas/ The enchanting soul of the streets*. Rio de Janeiro: Ed. Cidade Viva (Coleção River of January), 2010 (1908).

Jota Efegê. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 2007.

_____. *O Cabrocha: meu companheiro de farras*. Rio de Janeiro: Casa Leuzinger, 1931.

Raul Pederneiras. *Geringonça Carioca: verbetes para um dicionário da gíria*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1946.

Vagalume (Francisco Guimarães). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Serra da Barriga, 2023 (1933).

C - Leis e relatórios oficiais

BRASIL. “Lei do Ventre Livre”. 28 de setembro de 1871, Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/leidoventre.pdf>.

ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II. *Relatório da Estrada de Ferro D. Pedro II do ano de 1878*. Apresentado ao Ilm e Exm. Sr conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, diretor da mesma Estrada .Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870

6. Referências bibliográficas

ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890 – 1920)”. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 92 – 113, jan. / jun. 2010.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Niterói: Eduff, 2020.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. “Esperança de Boaventuras: Construções da África e Africanismos na Bahia (1887 - 1910)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n.º 2, pp. 215 - 245, 2002.

ALKMIM, Tania. “Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX”, em I.S. Lima e L. do Carmo (orgs.), *História social da língua nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, pp, 247-264.

ALONSO, Angela. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 100, novembro de 2014, pp. 115-137.

ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. in: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Elciene. “Para além dos tribunais. Advogados e escravos no movimento abolicionista de São Paulo”, em LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli. *Direitos e justiças no Brasil*, Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006, pp. 199-237.

BARBOSA, Marialva. “Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século”. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, p. 1 – 14, janeiro/ junho, 1998.

_____. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000

_____. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussman Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração; Biblioteca Carioca, 1992.

BOTELHO, Denilson. “Sobre os meios e modos de fazer jornalismo na Primeira República: Lima Barreto entre a história e a ficção”. *Antíteses*, v. 6, n. 11, pp. 32 - 52, jan/jun. 2013.

_____. “Sobre objetividade e isenção no jornalismo da Primeira República”. *ANPUH, SP: XXIII encontro estadual de história: História por quê e para quem?*, 2016.

BRASIL, Eric. “O Clube Liga Africana e seu ‘inolvidável fundador’ João Alabá: estratégias de ação política e redes de solidariedade no pós-abolição carioca (cc. 1900 - 1920)”. *Capoeira - Revista de Humanidades e Letras*, vol. 5, nº 2, pp. 42 - 59, 2019.

BRETAS, Marcos. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 - 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

BUTLER, Kim D. *Freedoms Given, Freedom Won: Afro-Brazilians Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, N. J. Rutgers University Press, 1998.

CAIMARI, Lila. “‘De Nuestro Corresponsal Exclusivo’. Cobertura internacional y expansión informativa en los diarios de Buenos Aires de fines del siglo XIX”. *Investigaciones y Ensayos*, nº 68, 2019, pp. 23-53.

CALDAS, M. R. *Da escuridão da madrugada surge o brilho de um Vagalume: o início da trajetória de Francisco Guimarães na imprensa carioca (1901)*. Monografia de Graduação em História, PUC-Rio, 2020.

CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés do chão”, in *A crônica*, Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. “Os três povos da República”. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, setembro/ novembro, 2003.

CASTELLUCCI, Aldrin. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Afro-Ásia*, n. 41, pp. 85-131, 2010.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista”. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; L. A. M.; PEREIRA (Orgs.). *História em cousas miúdas: Capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, S.P: Editora Unicamp, 2005.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: Imprensa e Carnaval na Primeira República*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

CRUZ, Aline Torres Dias da. *De Madureira à Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação (1901-1920)*. São Paulo: Hucitec, 2020

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, pp. 253-270, dez., 2007.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905 - 1930”. *Afro-Ásia*, 24, pp. 243 - 290, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

_____. “‘Acontece que sou baiano’: identidades em Santana - Rio de Janeiro, no início do século XX”. In: AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Trabalhadores da Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, S.P: Editora da Unicamp, 2009.

DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888 – 1940)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101 – 126, jan./jun. 2015.

DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867 – 1910), um ‘líder da raça negra’ na capital da república”. *Afro-Ásia*, n. 41, pp. 167 – 209. 2010.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: Redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. “Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição”. *Anos 90*, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2019 (1933).

FRY, Peter. “Negros e brancos no carnaval da Velha República”. In: Reis, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONSECA, Leticia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2008.

GALEANO, Diego. “Memorias de un ratón de hotel: delito, prensa y literatura en Brasil, 1890 - 1912”. *Claves, Revista de História*, Vol. 2, nº 3, Montevideo, Julio - Diciembre, 2016, pp. 99 - 132.

GARZONI, Lericice de Castro. “Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898 – 1901)”. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 158-177.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P. T. “Eles ficaram ‘embatucados’, seus escravos sabiam ler: abolicionistas, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade”. In: CORD, Marcelo Mac; Araújo, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio (org.). *Rascunhos cativos: Educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo, Cortez, 200.

HAHNER, June. “Jacobinos versus galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18, n. 2, May 1976, p. 125-154.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

LARA, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

LEVIN, Orna Messer. “A cidade e a modernidade: João do Rio”. *Remate de Males*, Campinas, (10,) pp. 21-25, 1990.

LOPES, Antonio Herculano. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o Jornal do Brasil na virada para o século XX”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006.

_____. “Um forrobodó da raça e da cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 62, jul. 2006.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: O caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?”. *História & Perspectiva*, Uberlândia (39): 89 - 135, jul. dez. 2008.

_____. “Evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro’: imprensa e memórias populares”. *ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

_____. “Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias”. *Patrimônio e Memória*, UNESP, FCLAs, CEDAP, v. 5, n. 2, p. 58 - 81, dez. 2009.

_____. “Imprensa, esfera pública e memória operária - Rio de Janeiro (1880 - 1920)”. *Rev. hist.* (São Paulo), n. 175, p. 415 - 448, jul. dez, 2016

_____. “Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *ACHSC*, v. 48, n. 1, jan. - jun, p. 383 - 413, 2021.

MARQUES, Pedro Guimarães. *Morcegos e policiais: Guarda noturna e a vigilância urbana no Rio de Janeiro (1885 - 1912)*. (Tese). Rio de Janeiro: PUC, 2019.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900 - 1920*. Rio de Janeiro: Mauad X: ANPUH-RJ, 2020

MUZZI, Amanda. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil – 1893-1897*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de História. Rio de Janeiro, 2006

_____. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. *Revista Cantareira*, UFF, n. 13, 2008.

NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma Capital de Trompe l’Oeil”. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no pós-Abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (1890-1910)*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição no Rio de Janeiro (1888 - 1908)*. Rio de Janeiro: FGV; FAPERJ, 2023.

O' DONNELL, Julia. *De olho na rua: A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

_____. “Mato Grosso existe!”: os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX”. in: GONÇALVES, Renata de Sá; FERRO, Lígia (Orgs). *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2018.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. *Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica: Rio de Janeiro, 1907 - 1915*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2021.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “O Paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900 - 1920). Tese (Doutorado em História Social) - PPGHIS/UFF, Rio de Janeiro, 2012.

OZANAM, Israel. “Jornalismo e pobreza na era da reportagem: o inquérito literário de 1905”. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 134 - 156, 2014.

_____. *Quem era o Doutor Anísio? O desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889 - 1916)*. (Tese), Campinas, S.P, 2018.

PEREIRA, Juliana da Conceição. *A era do maxixe: a história social de uma dança nacional (1870-1930)*. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

PEREIRA, L. A. M. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto”. *Cultura e Cidade - Projeto História*, São Paulo - SP, v. 14, p. 231-241, 1997.

_____. *O Carnaval das Letras: Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. “No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904 - 1933)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p. 13-33, 2015.

_____. “Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo), v. 35, n. 99, 2016.

_____. “A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

_____. “A invenção do Vagalume”. In: VAGALUME. *Ecos Noturnos*. PEREIRA, L. A. M.; COSTA, Mariana (org.). Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2018.

_____. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933)*. Campinas, SP: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Editora edUERJ, 2020.

_____. “As desventuras do Dr. Jacarandá: prática jurídica, racismo e luta por direitos na Primeira República”. *Afro-Ásia*, n. 64, pp. 284 - 319, 2021.

POPINIGIS, Fabiane. “‘Todas as liberdades são irmãs’: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 647- 666, setembro - dezembro, 2016.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. “‘O que o rei não viu’: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 2, 2003, pp. 237 – 279.

RODRIGUES, Antônio Edmilson. *João do Rio, a cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *A República da Espada: a primeira década republicana e o florianismo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

SCHUELER, Alessandra. “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”, *Revista Brasileira de História*. vol.19 n.37 São Paulo Set. 1999.

_____ e RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira. “Felismina e libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)”, *História da Educação*, v. 19, n. 46, pp. 145-165, 2015.

_____ e RIZZINI, Irma. “Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906)”, *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 1 (2019), pp. 160-175.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas, S.P: Editora da Unicamp, 2014.

SEIGEL, Micol; GOMES, Tiago de Melo. “Sabina das Laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889 - 1930”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, pp. 171 - 193, 2002.

_____. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and the United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.

SERFATY, Elaina. “A honra dos outros: padrões de moralidade em um crime de amor nos Pingas Carnavalescos (1920 - 1921)”. Monografia de graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870 - 1906)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SIMAS, Luiz Antônio. *O evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do salvador da República*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História. Rio de Janeiro, 1994

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Felipe A; CASTELLUCCI, Aldrin. “À margem dos grandes esquemas: o associativismo político-eleitoral dos trabalhadores de Pernambuco e da Bahia na Primeira República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 75, p. 6-25, Janeiro-Abril, 2022

SOUZA, Maria Zélia Maia. *Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875 - 1894): caminhos possíveis*. (Dissertação). Rio de Janeiro: Unirio, 2008.

TOPINE, Matheus. *Os requebros do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro (1880 - 1915)*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume I, Florianópolis: insular, 2005.

_____. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Volume II, Florianópolis: insular, 2005.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./ Ed. UFRJ, 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria R. “O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República”. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 4, p. 1169 – 1206. 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.